



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Suzana Semientcoski

**AS RELAÇÕES ENTRE O ADOECIMENTO E AS CONDIÇÕES DE TRABALHO
NA EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE
FLORIANÓPOLIS (2017-2021)**

Florianópolis
2024

Suzana Semientcoski

**AS RELAÇÕES ENTRE O ADOECIMENTO DOCENTE E AS CONDIÇÕES DE
TRABALHO NA EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE
FLORIANÓPOLIS (2017-2021)**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Soraya Franzoni Conde

Florianópolis

2024

Ficha catalográfica gerada por meio de sistema automatizado gerenciado pela BU/UFSC.
Dados inseridos pelo próprio autor.

Semientcoski, Suzana

As relações entre o adoecimento docente e as condições de trabalho na educação infantil da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis (2017-2021) / Suzana Semientcoski ; orientadora, Soraya Franzoni Conde, 2024.

156 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2024.

Inclui referências.

1. Educação. 2. adoecimento docente. 3. condições de trabalho. 4. educação infantil. 5. Rede Municipal de Ensino de Florianópolis. I. Conde, Soraya Franzoni. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

Suzana Semientcoski

**AS RELAÇÕES ENTRE O ADOECIMENTO DOCENTE E AS CONDIÇÕES DE
TRABALHO NA EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE
FLORIANÓPOLIS (2017-2021)**

O presente trabalho em nível de Mestrado foi avaliado e aprovado, em 15 de dezembro de 2023, pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof^ª. Dr^ª. Soraya Franzoni Conde
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof^ª. Dr^ª. Fabiane Santana Previtali
Universidade Federal de Uberlândia

Prof^ª. Dr^ª. Nise Jinkings
Universidade Federal de Santa Catarina

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Mestre em Educação.

Insira neste espaço a
assinatura digital

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Insira neste espaço a
assinatura digital

Prof^ª. Dr^ª. Soraya Franzoni Conde
Orientadora

Florianópolis, 2024.

AGRADECIMENTOS

Por onde começar, uma vez que meus sentimentos se misturam entre a razão e a emoção. Não sei se chorei ou se sorri; não sei se dou início ou término! Meus sentimentos estão em volta da realidade aparente que no debruçar de muitas páginas se desvelou a uma realidade efetivamente dura e inóspita.

Esta pesquisa de mestrado foi desenvolvida em um momento de crise, reforma, pandemia, ataques, resistência e coletividade. Mas também foi um momento de luta e resistência. A todas/os que de alguma maneira contribuíram para a realização dessa dissertação e do conhecimento adquirido, agradeço imensamente por cada momento que juntos passamos. Com muitas risadas e lágrimas, coragem e medo, superação e perda, ganhos e derrotas, eu inicio meus agradecimentos a pessoas cujo apoio foram essenciais em tornar possível esta pesquisa.

À vó, Maria, mulher de força, dona de casa. Me criou e ensinou-me a amar os livros e estudar, “para ser alguém na vida”, dizia ela.

À mãe, Elza, mulher de luta diária, foi meu pilar, para seguir em frente, nunca desistir.

Ao filho, Victor, menino-homem, determinado e sensível. O seu nascimento foi a inspiração para o caminho percorrido até aqui.

Ao companheiro, Rafael, homem dedicado à família, está ao meu lado nos momentos mais difíceis.

À sobrinha, Alexsandra, menina-mulher, de raça, postura feminista de luta e resistência. Sou espelho para ela seguir em frente, é seu lema. Sua admiração por mim, me impulsiona a continuar.

À cunhada, Luana, mulher dedicada ao filho e ao seu futuro. Traz alegria e a certeza de que estou no caminho certo.

À professora Soraya, orientadora de rigor teórico preciso imprescindível. Acreditou em meu potencial, mostrou-me caminhos, delineou meus traços e me encorajou a continuar.

À equipe da DGPE e NUFPAEI, em especial, Carmem, Ana Elise, Débora, Marcos, que foram gentis, prestativos, receptivos e acolhedores nos processos burocráticos de documentação. Agradeço a disponibilidade em ajudar-me.

Aos grupos de estudos TMT e GETEI (Professoras/es e demais colegas), por participarem da minha formação como pesquisadora.

A escola Osvaldo Galupo (diretora Lidy, Orientadora Rosilene, professora Rejane) e demais companheiras/os de trabalho, obrigada por estarem ao meu lado em todo o processo.

Às/os professoras/es do Programa de Pós-Graduação em Educação, pelo conhecimento adquirido ao longo desses dois anos.

Às/os professoras/es, diretoras e supervisoras com o compromisso da profissão oportunizaram-me a finalizar a pesquisa de mestrado. Agradeço imensamente ao tempo dedicado e a fidedignidade nas respostas do questionário que me possibilitou uma análise crítica e séria na busca de resultados. Obrigada!

Ao grupo de amigas/os que esteve ao meu lado, me acolhendo com sorrisos, alegria e amizade.

Ao grupo de amigas/os de mestrado, em especial Jaqueline, Natália, Rafaela, Phelipe e Karina, muitas risadas, debates, resistência, companheirismo, almoço, cafezinhos. Foram meu porto seguro nesse mundo estranho, de muito conhecimento e aprendizagem. Me ensinaram a recuar as vezes que eu queria explodir e lutar, fugir. Momentos estes, tão rico, tão coletivo, de amizade pura e singela. Minha gratidão!

À prof. de Inglês, “Bruninha”, como a chamo. Excelente professora, amiga e ouvinte. Gratidão as vezes que cedeu seus ouvidos a me escutar, reclamar e por vezes me acalmar.

À prof. Marcia, com rigor e metas, ensinou-me a cumprir datas. Esteve comigo até o final nesta caminhada.

À querida Edla, companheira de trabalho, amiga para todas as horas. Gratidão pelo tempo disponível, almoços, cafezinhos, leituras e releituras. Pela paciência das idas e vindas a prefeitura e juntas encontramos um caminho. Amigas para sempre!!

Por fim, agradeço as crianças que na inocência e alegria, me fazem sonhar e ter a certeza de que não estamos sozinhas/os, mas sim unidas/os por uma mesma causa, a liberdade e a coragem de lutar e acreditar num mundo melhor.

O QUE É SER DOCENTE?

Ser docente é impelir a compromissos que o sujeito não faz individualmente, ou automaticamente ao formar-se professor, mas que estes homens e mulheres herdaram, assumem ou negam frente ao emaranhado de fazeres, saberes, de lutas, de rotina, de conversas e cafés na sala dos professores!

Ser docente implica viver intercalando a maratona de aulas, as reuniões onde brotam projetos, os fica-quieto-menino! os diários a preencher, os conselhos de classe, greves, [...]!

Ser docente se faz no processo, pois o diploma não confere a experiência social que esse emaranhado proporciona constantemente, de modo que ser docente é, antes de tudo, fazer-se docente! (Oliveira, 2019a, p. 33).

RESUMO

Este trabalho de pesquisa tem como objetivo compreender a relação entre o adoecimento docente e as condições de trabalho na Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis. Trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo com quatro procedimentos metodológicos para geração de dados que buscam articulação entre si: 1. balanço da produção acadêmica nos anos de 2015-2021, sobre o adoecimento docente e as condições de trabalho; 2. revisão da bibliografia clássica e contemporânea sobre trabalho, condições de trabalho e docência; 3. análise de documentos cedidos pela Perícia Médica da Secretaria Municipal de Administração e pela Diretoria de Gestão de Pessoal da Educação da Secretaria Municipal de Educação acerca dos afastamentos de docentes da educação infantil na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis; 4. aplicação de questionário com profissionais de educação infantil (professoras/es, auxiliares de sala e readaptadas/os) de 11 Núcleos de Educação Infantil Municipal de Florianópolis. A discussão dos dados, fundamentada na perspectiva do materialismo histórico-dialético, demonstra que a profissão docente no Brasil está inserida em um contexto de contradições: por um lado, o trabalho docente está amparado pelas leis que procuram garantir seu reconhecimento e as condições adequadas ao exercício da docência e, por outro, trata-se de um trabalho meticuloso e complexo, desenvolvido em condições objetivas distantes das consideradas adequadas. Essas contradições estão no bojo do sistema capitalista que mascara sua real intenção à classe trabalhadora. As recentes mudanças no processo de trabalho têm culminado em diferentes formas de sofrimento e adoecimento. As discussões acerca dessas mudanças na educação são preocupação entre pesquisadores, sindicatos e os próprios trabalhadores da área. Em relação aos resultados, os documentos mostraram expressiva quantidade de afastamentos relacionados às condições de trabalho. Também, as respostas dos questionários evidenciaram jornadas intensas de trabalho, falta de infraestrutura adequada, falta de valorização econômica e social profissional e insuficiência de materiais pedagógicos. As condições de trabalho expressam as contradições do sistema, no qual o avanço da parceria público-privado e das formas gerencialistas capitalistas, incidem na intensificação do trabalho docente que culminam no adoecimento da categoria. Denunciar tal situação é ponto de partida fundamental da organização das lutas sindicais da categoria docente.

Palavras-chave: adoecimento docente; condições de trabalho; educação infantil; Rede Municipal de Ensino de Florianópolis.

ABSTRACT

This research work aims to understand the relationship between teacher illness and working conditions in Early Childhood Education at the Florianópolis Municipal Education Network. This is a qualitative research with four methodological procedures for generating data that seek articulation between them: 1. Review of academic production in the years 2015-2021, on teacher illness and working conditions; 2. Review of classic and contemporary bibliography on work, working conditions and teaching; 3. Analysis of documents provided by the Medical Expertise of the Municipal Administration Secretariat and by the Education Personnel Management Directorate of the Municipal Education Secretariat regarding the dismissals of Early Childhood Education teachers in the Municipal Education Network of Florianópolis; 4. Application of a questionnaire with teachers from 11 Municipal Early Childhood Education Centers in Florianópolis. The discussion of data, based on the perspective of historical-dialectical materialism, demonstrates that the teaching profession in Brazil is inserted in a context of contradictions: on the one hand, teaching work is supported by laws that seek to guarantee its recognition and adequate conditions for exercise of teaching and, on the other, it is meticulous and complex work, carried out in objective conditions far from those considered adequate. These contradictions are at the heart of the capitalist system that apparently masks its real intention for the working class. Recent changes in the work process have culminated in different forms of suffering and illness. Discussions about these changes in education are a concern among researchers, unions and workers in the field themselves. As results, the documents showed a significant number of absences related to working conditions. Also, the responses to the questionnaires showed intense working hours, lack of adequate infrastructure, lack of professional economic and social appreciation and insufficient teaching materials. Working conditions express the contradictions of the system, where the advancement of public-private partnership and capitalist managerial forms, affect the intensification of teaching work, culminating in the illness of the category. Reporting this situation is a fundamental starting point for organizing union struggles in the teaching category.

Keywords: teacher illness; work conditions; child education; Florianópolis Municipal Education Network.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Sintomas e sensações sentidas pelos professores em um semestre de 2016.....	33
Figura 2 – As mediações das professoras.....	42
Figura 3 – Quadro de profissionais efetivas/os e substitutas/os (2022)	88
Figura 4 – Quadro de auxiliares de sala efetivas/os e substitutas/os (2022)	89
Figura 5 – Código 05 de afastamento concedido após avaliação da Perícia Médica (2017-2021).....	92
Figura 6 – Código 37 de readaptação de função concedido após avaliação da Perícia Médica (2017-2021)	93
Figura 7 – Código 48 INSS, de afastamento concedido após avaliação da perícia médica (2017-2021)	94
Figura 8 – Código 58 de afastamento concedido após avaliação da perícia médica (2017-2021).....	95
Figura 9 – Localização das unidades educativas de educação infantil da RMEI de Florianópolis.....	98
Figura 10 – Identificação dos dados pessoais das/os participantes da pesquisa.....	100
Figura 11 – Identificação da formação acadêmica das/os participantes da pesquisa	104
Figura 12 – Identificação do vínculo, da carga horária e dos cargos ocupados pelas/os participantes da pesquisa	106
Figura 13 – Identificação das horas atribuídas para planejamento das/os professora/es da educação infantil da RMEF	107
Figura 14 – Identificação das/os participantes com as dificuldades em trabalhar na educação infantil da RMEF	112
Figura 15 – Identificação das/os participantes relacionados a ergonomia e tempo da posição corporal no cotidiano do trabalho e os incômodos que sentem	118
Figura 16 – Identificação do uso de medicamentos contínuo das/os participantes da pesquisa	120
Figura 17 – Identificação das ausências por atestado médico das/os participantes da pesquisa.....	124

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Números e percentis de registro de atendimentos para a categoria CID - 10.....	33
Tabela 2 – Descrição dos transtornos mentais e comportamentais (F00-F99).....	34
Tabela 3 – Total de unidades de educação infantil na RMEF por segmentos no ano (2022)	83
Tabela 4 – Demonstrativo de atendimento na educação infantil da RMEF (2022)	84
Tabela 5 – Composição dos grupos de crianças por grupo e turno (2023)	85
Tabela 6 – Estatística das/os profissionais da educação infantil da RMEF (julho/2022).....	86
Tabela 7 – Quantidades de profissionais por regime e cargo ocupado na educação infantil da RMEF	87
Tabela 8 – Estatísticas de auxiliares de sala na educação infantil da RMEF (julho/2022)	89
Tabela 9 – Relação do número de crianças e profissionais da educação infantil da RMEF (2017).....	90
Tabela 10 – Identificação dos motivos de afastamentos das/os participantes da pesquisa ..	122

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACT	Admissão por Caráter Temporário
BDTD	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
Capes	Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Cepal	Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
CID	Classificação Internacional da Doenças
CNS	Conselho Nacional da Saúde
CNTE	Confederação Nacional dos Trabalhadores
CNTE	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
Covid	Corona Vírus
CRB	Curso de Educação e Realidade Brasileira
CTD	Contratos por Tempo Determinado
DCNEI	Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil
DEI	Departamento de Educação Infantil
DGPE	Diretoria de Gestão Pessoal da Educação
DIPED	Diretoria de Planejamento e Dados Educacionais
EaD	Educação a Distância
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ECs	Emendas Constitucionais
FCC	Fundação Carlos Chagas
FMCSV	Fundação Maria Cecília Souto Vidigal
Getei	Grupo de Estudos Trabalho, Educação e Infância
GFC	Gerência de Formação Continuada
GPM	Gerência de Perícia Médica da Secretaria Municipal de Administração
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatístico
ICOM	Instituto Comunitário Grande Florianópolis
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
Inep	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MEC	Ministério da Educação
MPB	Movimento Pela Base
MPS	Medidas Provisórias
NEI	Núcleo de Educação Infantil
NEIM	Núcleo de Educação Infantil Municipal
NGP	Nova Gestão Pública
NRF	Novo Regime Fiscal
NUFPAEI	Núcleo de Formação, Pesquisa e Assessoramento da Educação Infantil
OCDE	Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico
OMs	Organismos Multilaterais
OMS	Organização Mundial da Saúde
OSs	Organizações Sociais
PCCV	Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos
PEC	Proposta de emenda à Constituição
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PME	Plano Municipal de Educação
PMF	Prefeitura Municipal de Florianópolis
PNE	Plano Nacional de Educação
PPGE	Programa de Pós-Graduação em Educação
PPGSS	Programa de Pós-Graduação em Serviço Social
PPP	Projeto Político Pedagógico
PSPN	Piso Salarial Profissional Nacional
QVT	Qualidade de Vida no Trabalho
RMEF	Rede Municipal de Ensino de Florianópolis
Scielo	Scientific Electronic Library Online
SEB	Secretaria de Educação Básica
SEC	Floripa Sindicato dos Empregados no Comércio de Florianópolis
SEE-SP	Secretaria Estadual de educação de São Paulo
Sesas	Secretaria de Educação, Saúde e Assistência Social
Sindibel	Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Belo Horizonte
Sintrasem	Sindicato dos Trabalhadores de Florianópolis
SME	Secretaria Municipal de Educação

STF	Supremo Tribunal Federal
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
TMT	Transformações no Mundo do Trabalho
TPE	Todos Pela Educação
UFMS	Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
1.1	METODOLOGIA.....	22
2	BALANÇO DA PRODUÇÃO ACADÊMICA	27
2.1	A PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE O ADOECIMENTO DOCENTE E AS CONDIÇÕES DE TRABALHO NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	28
2.2	CONSIDERAÇÕES ACERCA DO BALANÇO.....	47
3	O TRABALHO SOB A INDÚSTRIA 4.0, O ADOECIMENTO DOCENTE E AS CONDIÇÕES DE TRABALHO NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	51
3.1	RELAÇÃO SER HUMANO, NATUREZA E TRABALHO	51
3.2	O TRABALHO DOCENTE E AS CONDIÇÕES DE TRABALHO NA EDUCAÇÃO INFANTIL	56
3.3	INDÚSTRIA 4.0 E O ADOECIMENTO DOCENTE NA EDUCAÇÃO	66
3.4	CONSIDERAÇÕES ACERCA DO CAPÍTULO	73
4	RELAÇÃO ENTRE O ADOECIMENTO DOCENTE E AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DA EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE FLORIANÓPOLIS.....	75
4.1	REFORMAS EDUCACIONAIS E OS IMPACTOS SOBRE AS CONDIÇÕES DE TRABALHO	75
4.2	O CENÁRIO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE FLORIANÓPOLIS	81
4.3	ANÁLISE DE DADOS – A RELAÇÃO ENTRE O ADOECIMENTO DOCENTE E AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DAS/OS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE FLORIANÓPOLIS.....	91
4.3.1	A aplicação do questionário.....	96
4.3.2	Dados gerais da amostra	99
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	128
	REFERÊNCIAS.....	133
	APÊNDICE A – QUADROS BALANÇO DE PRODUÇÃO.....	151
	ANEXO A – CARTA DE APRESENTAÇÃO À DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAL DA EDUCAÇÃO - DGPE.....	156

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho faz parte das pesquisas realizadas no Núcleo de Estudos sobre as Transformações no Mundo do Trabalho (TMT) e no Grupo de Estudos Trabalho, Educação e Infância (GETEI), vinculados à linha Trabalho, Educação e Política (TEP) do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC/PPGE). O tema sobre as relações entre o adoecimento docente¹ e as condições de trabalho na educação infantil alimentam questionamentos e movimentos de resistência, impulsionando-nos em busca de mudanças.

Minha trajetória na área da educação foi marcada por processos de luta. Iniciei na docência, ainda cursando o Magistério, por regime de Admissão em Caráter Temporário (ACT) na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis (RMEF), atuando com crianças de zero a seis anos de idade em várias instituições da Rede. No final de cada ano letivo ficávamos desamparado legalmente enquanto os servidores estatutários gozavam de férias. Aos “ACTs”, restava apenas a rescisão até iniciar novamente outro processo de contratação. As situações eram adversas, e, muitas vezes, as vagas eram oferecidas por um período curto de contratação bem como eram ofertadas em locais bem distantes de nossa moradia. Foi em 2015 que eu fui efetivada na educação infantil da RMEF, na qual permaneço até então.

Nos anos de trabalho como ACT participei de assembleias, reuniões, passeatas, greves entre outras atividades. Certamente aprendi com o tempo que os enfrentamentos contra as más condições de trabalho, só é possível quando unidos estivermos; que as pautas devem ser coletivas em razão de uma classe, a classe trabalhadora. Continuei a buscar conhecimento, pensando em futuramente ingressar em um mestrado, então tive a primeira aproximação com o tema deste estudo na especialização “Educação e Realidade Brasileira”, oferecida pela UFSC. Nesse processo, eu pesquisei sobre as condições de trabalho e o adoecimento docente na educação infantil com o objetivo de revisar nas produções acadêmicas questões que evidenciassem as reais condições materiais as quais as/os docentes encaram em seu dia a dia em sala, muitas vezes sentindo um “mal-estar” docente.

Estes foram momentos foram reflexivos, em que o encorajamento me levou a lutar por algo melhor e a acreditar que era possível eu aprofundar mais meus conhecimentos por meio

¹A expressão “docente” será utilizada para identificar o título do texto ou pontos mais específicos, como “mal-estar docente”, “adoecimento docente” entre outros. Nas demais contextualizações usaremos a expressão “profissionais de educação infantil”, pois na educação infantil da RMEF, todas/os que trabalham diretamente com crianças de zero a cinco anos de idade são responsáveis pelo desenvolvimento da criança e fazem parte do processo pedagógico.

da produção científica, da ciência, para poder contribuir com novas mudanças. Desde então, apropriei-me de mais elementos necessários para continuar os estudos e, nesse momento, discurso sobre o que acredito ser imprescindível a nós, profissionais de educação, em especial à educação infantil.

Atualmente é necessário e urgente refletir não somente sobre as condições de trabalho da categoria das/os profissionais de educação em creches e pré-escolas no Brasil, mas também sobre o adoecimento dessa categoria, o que têm sido foco de debates e pesquisas nacionais e internacionais. Antunes (2008, p. 7) considera essa uma tendência “[...] em escala global, que afeta dos Estados Unidos ao Japão, da Europa à Ásia, da China à Índia. E que rebate diretamente em nosso continente e, em particular, nas condições de trabalho em nosso país”.

No panorama brasileiro, de acordo com a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE, 2018), atos e paralisações são realizados em diversas localidades do país, em que sindicatos se mobilizam para exigir melhorias das condições de trabalho, salário e carreira da categoria. A educação brasileira tem enfrentado barbáries das mais diversas naturezas, que avançam com seu “[...] orquestrado de interesses privados do capital com o alto nível manipulatório da opinião pública e negociações espúrias do interesse público no Congresso Nacional [...]” (Shiroma *et al.* 2017, p. 19).

As políticas educacionais brasileiras estão longe de se concretizar na realidade vivenciada pelas/os docentes em sala de aula. Ainda que a/o docente ocupe uma função essencial na sociedade, para muitos o trabalho docente acaba se resumindo apenas em “dar aulas”. Mariana Oliveira (2019a) reflete sobre uma pergunta frequentemente feita pelos alunos: “Professora, você trabalha ou só dá aula?”, o que acaba por evidenciar a desprofissionalização do trabalho docente e naturalizar a docência como uma atividade mecânica e burocrática. O trabalho das/os profissionais de educação infantil vai além de “dar aulas”, uma vez que engloba uma série de tarefas que acabam sendo invisibilizadas.

Em razão da desvalorização e do desconhecimento do que vem a ser o trabalho docente é que a educação continua a ser mantida em condições precárias, com demandas as/os professoras/es que perpassam o espaço escolar, desfavoráveis à profissão docente, que por sua vez impõem obstáculos que limitam a autonomia de trabalho e resultam, por consequência, em fatores como adoecimento e sofrimento docente. Portanto, o processo de adoecimento das/os profissionais da educação infantil ocorre por uma série de elementos imbrincados ao exercício de sua profissão, em relações contraditórias, medidas por fatores sociais internos/externos.

Pesquisas apontam que, na educação pública, desde a educação infantil até a universidade, são altos os índices relacionados à intensificação e as más condições de trabalho docente, o que impacta diretamente a saúde das/os profissionais da educação, levando-os ao sofrimento psíquico.

Saflate, Silva e Dunker Junior (2021) recentemente organizaram o livro *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*, cujo objetivo era “[...] analisar as clínicas de sofrimento psíquico a partir de abordagens capazes de mobilizar de modo articulado a crítica social, a crítica dos sujeitos e as críticas das formas históricas de racionalidade” (Saflate; Silva; Dunker Junior, 2021, p. 9). Essa pesquisa é relevante para tratarmos das condições de trabalho na educação, que vêm intensificando o exercício da docência dentro de um sistema dito liberal, lucrativo, empresarial, desigual e devastador. Junta-se a isso, o extremismo, adotado por gestores políticos neoliberais recentemente e, em vários aspectos travestidos de conservadorismo adotados recentemente, alinhado com os ditames dos organismos internacionais hegemônicos que estabelecem regras e ações para serem disseminadas ideologicamente na sociedade brasileira por meio da atuação de organizações da sociedade civil com foco na educação.

Nas últimas décadas, houve um aumento no número de pesquisas sobre o adoecimento no trabalho que buscam compreender os fatores que levaram os profissionais da educação infantil ao mal-estar docente, isto é, ao sofrimento psíquico, causado pelas condições de trabalho e pelas mudanças sociais que afetam a educação, bem como por problemas ético-políticos, envolvendo questões de valorização, reconhecimento e autonomia da profissão docente. Autores, como Codo (1999), Esteve (1999) e Dunker (2015) compreendem esses aspectos como geradores de um mal-estar docente que pode estar associado a diversas patologias, como a Síndrome de Burnout, o que leva o profissional ao absenteísmo, ou seja, a traçar uma rota de fuga como uma forma de alívio para seu sofrimento, uma vez que seu psíquico está abalado pelos fatores externos e internos da vida profissional e social.

Delgado, Barbosa e Richter (2019) ressaltam no contexto da educação infantil, que as/os profissionais tendem a fazer mais esforço físico, em razão de certos movimentos corporais serem repetidos com mais frequência. Ainda, a rotina de trabalho exigente caracterizada por carregar crianças no colo, trocar fraldas, dar banhos, servir refeições individuais, além da alta pressão emocional em virtude da responsabilidade de cuidar de filhas/os de outras famílias e de educá-las, levam esses profissionais à sobrecarga diária de trabalho.

Nesses trabalhos, entretanto, identificamos uma escassez da temática sobre adoecimento docente e as condições de trabalho realizada no contexto da educação infantil, nacionalmente e localmente. Conde (2018, p. 165) já nos alertava dessa ausência quando afirmou que “[...] as condições de trabalho de professores de Educação Infantil no Brasil é assunto pouco abordado nas pesquisas educacionais”.

A história da educação infantil no Brasil está marcada por um contexto de contradições, seja na formação de professoras/es, seja na trajetória da educação infantil no Brasil. Destacam-se aqui, o binômio cuidar-educar, o gênero, a desvalorização da profissão docente, a estrutura (ambiente, espaço), as nomenclaturas dadas a esse espaço educativo (creches domiciliares, jardins-de-infância, asilos dos pobres, pré-escolas, educação infantil) e os codinomes pelos quais são/eram chamadas/os as/os professoras/es (cuidadoras, babás, “crecheiras”, tias etc.).

Tal qual afirmamos, dados importantes dessa etapa da educação também se relacionam ao gênero. Estudos de Couto (2018), Solimões (2019) e Dias (2020), revelam que a maior parte do corpo docente da educação infantil é composta de mulheres e que estas acumulam o trabalho doméstico, o cuidado com a família e a docência. Somado a isso, a posição da mulher, atualmente no mercado de trabalho, continua desigual, conforme relatório do Instituto Comunitário Grande Florianópolis (ICOM), com base em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018-2019), que constatou que, somente na região de Florianópolis, a qualidade de vida das mulheres continua menor do que a dos homens, bem como o gênero também marcam a diferença salarial: “Os homens ganham 36% a mais do que as mulheres” (ICOM, 2018-2019, p. 25). Para Federici (2017, p. 11), “[...] a discriminação contra as mulheres na sociedade capitalista não é o legado de um mundo pré-moderno, mas, sim, uma formação do capitalismo, construída sobre diferenças sexuais existentes e reconstruída para cumprir novas funções sociais”.

As más condições de trabalho na área educacional são realidade também no município de Florianópolis. As escolas básicas e os núcleos de educação infantil municipais vêm passando por vários problemas relacionados à infraestrutura, à manutenção predial, entre outros. Há algum tempo que o Sindicato dos Trabalhadores de Florianópolis (Sintrasm) grava vídeos² para denunciar o descaso com as demandas existentes nas comunidades escolares que

² São vídeos denunciando escolas e Núcleo de Educação Infantil Municipal - NEIMs, com problemas na estrutura, ausência de materiais sanitários entre outros, que caracterizam a falta de condições apropriadas para trabalhar. Um exemplo é o vídeo “Escola denuncia condições precárias para o retorno presencial”, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rJR-eSWWtkI>. Acesso em: 12 jun. 2022. Outro exemplo é o vídeo

não são sanadas. As/os profissionais da educação, em conjunto com o Sindicato, têm saído às ruas reivindicando melhores condições de trabalho, por um ambiente profissional de qualidade, para que a/o docente possa manter a saúde mental e física em bom estado.

Diante desse quadro de adoecimento docente correlacionado com as condições de trabalho, indaga-se, portanto: Qual a relação entre o adoecimento docente e as condições de trabalho no cotidiano escolar da educação infantil da RMEF?

A educação brasileira, no início do século XXI, tem em seu contexto mudanças reacionárias e polêmicas que conseqüentemente impactaram também o modo de produção do trabalho das/os professoras/es em sala de aula. Representantes do Ministério da Educação (MEC), grupos empresariais, especialistas, entre outros, avançaram na discussão sobre uma nova reorganização da educação. A agenda organizada por grupos monopolistas orienta as políticas públicas da educação implementadas pelo governo Federal, “[...] como o Plano de Desenvolvimento da Educação e o Plano Nacional de Educação³ (PNE, 2014-2024) que dispõe toda educação brasileira, apesar das resistências” (Leher; Vitória; Motta, 2017, p. 18).

O projeto defendido por esses grupos multilaterais tem o propósito no controle, como afirmam Shiroma e Zanardini (2020) e Antunes (2020). Para esses autores, trata-se de uma proposta que defende um currículo fragmentado, engessado, com interesse na formação em massa, com o propósito de preparar apenas para o acesso ao mercado de trabalho. Ao contrário do que é defendido por esses grupos, os autores argumentam sobre a necessidade de um projeto que dê sentido a uma formação humanizada, com uma aprendizagem para toda a vida. Dessa forma, a educação pública como processo democrático, participativo e transparente, deve promover “[...] escolas e currículos comprometidos em promover a igualdade, o engajamento cidadão e o combate a todo tipo de exclusão e discriminação [...]” (Avelar, 2019, p. 79).

Outras medidas com impacto social, econômico e político atingiram a classe trabalhadora brasileira se deram com a proposta de reformas à Emenda Constitucional no bojo

“Única escola do município na Florianópolis continental tem desnivelamento e infiltrações”, disponível em: <http://www.sintrasm.org.br/Default/Noticia/28212/video-unica-escola-do-municipio-na-florianopolis-continental-tem-desnivelamento-e-infiltracoes>. Acesso em 5 mar. 2023. Por fim, outro exemplo é o vídeo “Situação de duas unidades de educação infantil”, disponível em: <https://www.instagram.com/p/Cz61QELPec4/>. Acesso em em 12 abr. 2023. Para saber mais, ver: Sintrasm (2021).

³ O Plano Nacional de Educação (PNE) se consolidou em 2014 com o compromisso e a necessidade da base. Estabelece que a União, estados e municípios devem implantar os direitos e objetivos de aprendizagens que devem ser desenvolvidos no ensino fundamental (Brasil, 2014, meta 2). O Plano tem a Base Nacional comum Curricular - BNCC como base para cumprir as metas estabelecidas. As (metas 2 e 3) dizem respeito à universalização do ensino fundamental; a (meta 7) à avaliação e (meta 15) ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB e à formação de professores (Brasil, 2014).

do impeachment da presidenta Dilma Rousseff, logo depois da entrada de Michel Temer no governo em 2016, por exemplo, Reforma Fiscal (PEC n. 95/2016), Reforma da Previdência (PEC n. 287/2016), Reforma Trabalhista (Lei n. 13.467) entre outras. A reforma fiscal teve um impacto direto na economia política e social da classe trabalhadora. De acordo com Leher (2021, p. 13), a reforma a Emenda Constitucional “[...] é a matriz da desconstrução de todas as políticas sociais da Constituição de 1988”, no que diz respeito ao orçamento federal e a outras demandas que corroboram para um “novo” ordenamento na estrutura econômica, social e política do país, como o congelamento dos gastos com “[...] despesas com pessoal, água, luz, telefone, limpeza, segurança, terceirizados, material de consumo, construções, aquisição de equipamentos etc., por 20 longos anos” (Amaral, 2017, p. 6). Além disso, mudanças drásticas na vida profissional e pessoal das pessoas, com a retirada de direitos, o término da segurança profissional, o tempo de aposentadoria, as extensas jornadas de trabalho, deixaram a sociedade em condições vulneráveis, precárias e adoecidas.

Em âmbito municipal, Gean Loureiro (2017-2020), o então prefeito de Florianópolis-SC, com base na Reforma Administrativa e na Proposta de Emenda à Constituição (PEC n. 32/2020) do governo de Jair Messias Bolsonaro, em 2020, enviou à Câmara de Vereadores um “pacote de maldades” contendo vários Projetos de Leis Complementares que comprometeriam os direitos das/os trabalhadoras/es da educação municipal, ferindo o Estatuto do Magistério Público Municipal de Florianópolis. Servidoras/es municipal tiveram suas férias interrompidas em janeiro de 2017 e saíram às ruas reivindicando a retirada da proposta da Câmara e a permanência de todos os direitos garantidos. Conseguimos reverter alguns pontos, mas perderam-se outros, como a Licença Prêmio. Nesse processo desenfreado, a reforma desestabilizou a todas/os, servidoras/es públicos e sociedade civil, visto que também desarticulou um serviço público, gratuito, com um atendimento de excelência por pessoal concursado, experiente e qualificado, ao inserir pessoas com indicação política e cargos comissionados.

Com base nessa exposição, percebe-se que o capital vem se articulando e reorganizando o trabalho coletivo, ancorado no desenvolvimento das forças produtivas. Com o avanço da ciência e da tecnologia, a produção entra em um ritmo cada vez mais rápido e informalizado. Com esse aceleração, o trabalhador trabalha mais, as políticas públicas vão precarizando mais as condições de trabalho e intensificando a realização do processo de trabalho. Essas mudanças nos assombram a ponto de quereremos fugir desse mal-estar, do esgotamento profissional e do distúrbio emocional que aflige nossa classe como resultado das ações do capitalismo contemporâneo. Nesse sentido, este estudo se justifica por estar inserido

nesse momento histórico e por pesquisar o tema adoecimento das/dos profissionais de educação infantil e condições de trabalho na capital do estado de Santa Catarina, no município de Florianópolis.

Na busca pela reflexão sobre a problemática enunciada, estabelecemos como objetivo geral desta pesquisa compreender as relações entre o adoecimento docente e as condições de trabalho na educação infantil da RMEF no período de 2017 a 2021. Para tanto, definiu-se como objetivos específicos: 1. Identificar em pesquisas acadêmicas a relação entre adoecimento docente e condição do trabalho; 2. Conhecer as principais doenças acometidas e os principais motivos de afastamentos de docentes da educação infantil na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis; e 3. Analisar as condições de trabalho docente na educação infantil da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis.

Fundamentada com base na perspectiva do materialismo histórico-dialético esta pesquisa pretendeu aprofundar categorias como trabalho docente, condições de trabalho e adoecimento docente com o intuito de encontrar relações entre elas. O percurso de investigação se deu, inicialmente, por meio de uma revisão bibliográfica e a produção de um balanço da produção acadêmica sobre o tema; em seguida, com uma pesquisa de campo, na qual buscou-se documentos sobre a educação infantil e os afastamentos de profissionais da educação infantil da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis (RMEF); por fim, com a aplicação de um questionário aos docentes.

Com a finalidade de nos apropriarmos de algumas categorias (trabalho docente, condições de trabalho e adoecimento docente), reportamo-nos a estudar textos que pudessem nos dar subsídios para aprofundar a pesquisa. Assim, aproximamo-nos de alguns autores: Marx (2017, 2010), Marx e Engels (2010a, 2010b, 2010c, 2009), Antunes (2015, 2020) e Previtali e Fagiani (2020), para discutir sobre o trabalho no sistema capitalista; Conde (2018), Oliveira (2019), Facci e Urt (2011, 2016), Dejours (2015), Esteve (1999) e Codo (1999), para abordar sobre condições de trabalho e adoecimento; e Kramer (2006), Stemmer (2014) e Oestreich (2020), para explanar sobre a educação infantil de Florianópolis.

Esta dissertação está estruturada em três partes que buscam interlocução entre si. A primeira parte, introdutória, tem por objetivo apresentar e justificar a pesquisa, estabelecendo o problema e os objetivos da investigação proposta. Nela, são explicitadas as motivações e a relevância do trabalho, bem como há uma primeira aproximação com o referencial teórico que a ancora. Após, é apresentada a metodologia, realizada por meio de um movimento investigativo epistemológico, que evidencia a categoria trabalho, como ponto crucial para compreender a relação entre o adoecimento docente e as condições de trabalho na educação

infantil. A segunda parte é constituída por três capítulos: 1. Um balanço sobre a produção acadêmica; 2. Uma abordagem do trabalho no sistema capitalista, as condições de trabalho e o adoecimento docente; 3. A análise de dados, em que são avaliados os documentos recebidos pelas secretarias de educação e de saúde, como também o questionário aplicado a docentes da RME de Florianópolis. Ao final, na terceira parte, encontra-se as considerações finais.

Espera-se que esta pesquisa possa contribuir para a implementações de políticas públicas voltadas para dar melhores condições de trabalho à profissão docente, bem como para área acadêmica, como investigação e produção sobre a realidade na educação como um todo, e, por fim, para a construção de um maior engajamento docente na luta da classe trabalhadora.

1.1 METODOLOGIA

Nesta pesquisa, conforme já apontado, ensejamos compreender as relações entre o adoecimento docente e as condições de trabalho na educação infantil RMEF. Para tanto, , buscaremos uma aproximação com a Rede e com as profissionais para uma investigação acerca dos afastamentos e suas causas.

Este estudo foi realizado sob a perspectiva do materialismo histórico e dialético, a qual oportuniza e possibilita ao/à pesquisador/a fazer um movimento em espiral, ou um *ditou*⁴, isto é, sair do modo de ascensão do abstrato para chegar ao modo concreto e buscar a concreticidade. Para isso, é preciso avançar e desnaturalizar o que é posto como natural, pois no mundo da pseudoconcreticidade, a vida humana segue “[...] por uma práxis fragmentária dos indivíduos, baseada na divisão do trabalho, na divisão da sociedade em classes e na hierarquia de posições sociais que sobre ela se ergue” (Kosik, 1976, p. 14).

Para tanto, os estudos da práxis humana precisam avançar no sentido científico, crítico e filosófico. Em busca de um teor metodológico no materialismo histórico, corroboramos com Kosik (1976, p. 52) quando argumenta que

[...] para o Materialismo a realidade social pode ser conhecida na sua concreticidade (totalidade) quando se descobre a natureza da realidade social, se elimina a pseudoconcreticidade, se conhece a realidade social como unidade dialética de base e de supra estrutura, e o homem como sujeito objetivo, histórico-social.

⁴ Em português, “desvio”, “o rodeio”, “a volta”, usada por Kosik (1976), no livro intitulado *Dialética do Concreto*.

No mesmo sentido, Cantarelli, Facci e Campos (2011, p. 21) refletem que “[...] a dialética do trabalho se revela no processo por meio do qual o homem, ao mesmo tempo em que transforma a natureza, transforma suas funções psicológicas”, isso se distanciando das atividades vitais dos animais, que têm por instinto realizá-las. Portanto, o trabalho como categoria de totalidade será de extrema importância nas próximas discussões desta pesquisa será de extrema importância para aproximarmos dos objetos de estudo, a saber, adoecimento docente e as condições de trabalho.

Define-se esta investigação como sendo de abordagem qualitativa, com base na teoria social crítica e fundamentada, como exposto anteriormente, na perspectiva do materialismo histórico-dialético, método que nos ajuda a compreender os fenômenos para além de sua aparência. De acordo com Minayo, Deslandes e Gomes (2011, p. 16):

Entendemos por pesquisa a atividade básica da ciência na sua indagação e construção da realidade. É a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade do mundo. Portanto, embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula pensamento e ação. Ou seja, nada pode ser intelectualmente um problema se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática. As questões da investigação estão, portanto, relacionadas a interesses e circunstâncias socialmente condicionadas.

A presente pesquisa foi estruturada com base na articulação e na análise de dados gerados por meio de quatro procedimentos metodológicos: 1. Balanço da produção acadêmica dos anos de 2015 a 2021, sobre o adoecimento docente e as condições de trabalho; 2. Revisão da literatura clássica e contemporânea sobre o trabalho no mundo capitalista e condições de trabalho e docência na educação infantil; 3. Pesquisa documental de documentos cedidos pela Perícia Médica da Secretaria Municipal de Administração, pela Diretoria de Planejamentos e Dados Educacionais (DIPED), pela Portaria de Matrícula da RME de Florianópolis e pela Diretoria de Gestão de Pessoal da Educação (DGPE) da Secretaria Municipal de Educação (SME); 4. Questionário aplicado a profissionais de 11 Núcleos de Educação Infantil Municipal de Florianópolis.

O primeiro procedimento, foi um balanço da produção acadêmica acerca do objeto investigado. De acordo com Triviños (2010, p. 98),

[...] este exame dos estudos já executados presta ao pesquisador valiosas informações sobre métodos e técnicas empregados, resultados atingidos, dificuldades ultrapassadas ou não vencidas. [...], ela é apenas uma fonte de enriquecimento das perspectivas do investigador ao redor de seu estudo. Seguramente, muitos dos aspectos que conheceu em sua inquirição geral lhe serão úteis de forma direta no desenvolvimento de sua tarefa.

A seleção das publicações sobre o tema foi realizada mediante pesquisa nas seguintes bases de dados: Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), Scientific Electronic Library Online (SciELO), Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e Banco de Dados de Teses e Dissertações da Secretaria Municipal de Florianópolis. Para tanto, o levantamento foi organizado em quadros, por blocos temáticos, com a divisão por categorias (condições de trabalho, adoecimento docente, precarização e trabalho docente).

As publicações acadêmicas foram selecionadas com o intuito de conhecer o estado da arte e revelar as relações entre o adoecimento docente e as condições de trabalho como geradoras de mal-estar docente, estresse laboral, entre outros problemas que afetam diariamente a vida das/os profissionais da educação infantil. Para realizar a busca, por meio do uso de determinados descritores, percorremos os bancos de dados selecionando produções que conversassem com a temática em destaque. Depois das primeiras leituras, separamos 21 produções científicas que contribuíram para a construção do estado da arte/balanço⁵ da produção acadêmica. Desse total, encontramos apenas oito textos que discursavam especificamente sobre o adoecimento docente e as condições de trabalho das/os professoras/es da educação infantil.

O segundo procedimento metodológico empregado foi uma revisão da literatura clássica e contemporânea do trabalho sob o viés capitalista, bem como as condições de trabalho e docência na educação infantil. A categoria “trabalho” foi apresentada à luz do materialismo histórico-dialético de Marx, por meio da relação entre o ser humano e a natureza na produção e reprodução capitalista. Nesse sistema econômico, mantido pela burguesia e pelo Estado, visam a acumulação das riquezas por meio do lucro gerado pela exploração da força de trabalho e da expropriação da propriedade privada e dos meios de produção, de modo a impactar diretamente as condições de vida da classe trabalhadora e, conseqüentemente, trazer sofrimento adquirido pelo mal-estar docente.

O terceiro procedimento consistiu em uma análise dos documentos cedidos pela Diretoria de Planejamentos e Dados Educacionais (DIPED) da SME, pela Portaria de Matrícula da RME de Florianópolis da SME, pela Perícia Médica da Secretaria Municipal de Administração, pela Diretoria de Gestão de Pessoal da Educação (DGPE), acerca dos

⁵ Balanço é nome este dado durante o Seminário de Dissertação II – Trabalho, Educação e Política, pela professora doutora Eneida Oto Shiroma, para a discussão sobre os textos que selecionamos com base em alguns descritores, discutidos no capítulo 2.

afastamentos de docentes da educação infantil na RME de Florianópolis no período de 2017 a 2021.

Segundo Lüdke (1986, p. 38), “[...] a análise documental pode se constituir numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema”. Ao mencionar Patton (1980), o autor explica que a “[...] análise de dados qualitativos é um processo criativo que exige grande rigor intelectual e muita dedicação. Não existe uma forma melhor ou mais correta. O que exige é sistematização e coerência do esquema escolhido com o que pretende o estudo” (Lüdke, 1986, p. 42).

Nessa direção, foram solicitados dados referentes a afastamentos de professoras/es regentes, professoras/es de educação física, auxiliares de sala e professoras/es auxiliares da referida etapa da educação básica que estão na ativa e ou tenham sido readaptadas/os. A seleção dos códigos de afastamentos solicitados levou em consideração a Instrução Normativa n. 004/SMA/2018⁶, que orienta o controle de frequência dos servidores codificando seus afastamentos. Nosso recorte considerou, portanto, os seguintes afastamentos: 05 - Ausência para Tratamento de Saúde, por até três dias; 37 - Readaptação de Função; 48 - Licença para Tratamento de Saúde INSS, a partir do 16.º dia; e 58 – Licença para Tratamento de Saúde acima de três dias.

Durante o processo de pesquisa, tivemos um longo período de reuniões, visitas e e-mails para conseguirmos documentos que traduziam apenas o quantitativo de afastamentos conforme os códigos anteriormente descritos.

Em relação ao quarto procedimento, obtemos os por intermédio da aplicação de um questionário elaborado com um total de 40 perguntas fechadas, organizadas nos seguintes blocos: 1. Dados pessoais; 2. Formação acadêmica; 3. Trabalho e carreira; 4. Condições de trabalho; e 5. Adoecimento. Para a aplicação do questionário, inicialmente foi realizado em

⁶ Código: Instrução Normativa n. 004/SMA/2018, que resolve orientar os órgãos e entidades da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo Municipal acerca dos procedimentos para utilização do sistema digital de ponto eletrônico e controle de frequência dos servidores públicos municipais. Dessa normativa utilizamos apenas os seguintes códigos: 05, que concede a ausência para tratamento de saúde por até três dias, por motivo de doença, comprovada por atestado médico; o código 37 - Readaptação de Função é concedido pela Gerência de Perícia Médica nos casos em que haja impossibilidade do servidor continuar exercendo sua função; o código 48 concede a Licença para Tratamento de Saúde pelo INSS quando há o afastamento por motivo de doença (porém para efeito do INSS, o atestado é lançado no sistema somente no 16.º dia); 58 – Licença para Tratamento de Saúde, com afastamento acima de três dias por motivo de doença, para tratamento da própria saúde, sem prejuízo da remuneração. Disponível em http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/25_09_2018_8.00.14.dc9648e822cee67812a48343d96d2877.pdf. Acesso em: 15 abr. 2022.

parceria com o Núcleo de Formação, Pesquisa e Assessoramento da Educação Infantil (NUFPAEI), um levantamento das unidades por região (norte, sul, leste, centro e continente). Utilizando como critério instituições que apresentavam uma quantidade relativa de ausência das/os profissionais que trabalhavam diretamente em sala de aula fez-se a seleção. Nessa busca, encontramos 22 unidades de educação infantil (NEIMs). Em um segundo momento, realizamos um primeiro contato por telefone com a diretora e a supervisora de cada unidade, para buscar informações sobre a rotatividade de profissionais em sala, afastamentos, readaptadas/os, ACTs, problemas com falta de materiais, e, pôr fim, a disponibilidade de as/os profissionais da educação infantil participarem do questionário. Das 22 unidades, foi possível ter contato efetivamente com 17; destes, em apenas 11 foi aplicado o questionário. Nos demais as ligações telefônicas não foram atendidas e não houve interesse pelo questionário.

Depois de obter os dados, analisamos os resultados encontrados com base na realidade das/os respondentes da pesquisa, que vivenciam e experienciam o cotidiano do trabalho com crianças pequenas. Buscamos nas vozes, no movimento da instituição, nas contradições imposta pela classe dominante que determina as condições de trabalho ao trabalhador. “Isso o que será visto a seguir na revisão de literatura”. Para a análise da pesquisa de campo, partimos do questionário respondido pelas/os profissionais de educação infantil ativas/os nas instituições no município de Florianópolis, que compartilharam questões reais nas situações vivenciadas no interior da unidade educativa. Essas mesmas questões se evidenciaram também nas conversas informais em visitas que fizemos durante o processo da pesquisa de campo. Visitamos 11 instituições, cada uma durante meio período, por meio das quais, em conversas nos momentos de lanche e almoço, foi-nos proporcionado maior aproximação com as/os respondentes e a equipe pedagógica. Nas interações, observamos sentimentos diversos entre a relação trabalho e condições de trabalho – saúde e adoecimento, como satisfação e estresse, realização e exaustão, segurança e medo, desejo de continuar e o mesmo de desistir da profissão. São alguns dos elementos que se traduzem nas vozes das/os trabalhadoras/es da educação infantil na RME de Florianópolis.

2 BALANÇO DA PRODUÇÃO ACADÊMICA

Neste capítulo, será apresentado o balanço atualizado da produção acadêmica de 2015-2021, realizado por meio de recorte na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), na Scielo e no Portal de Periódicos da Capes, consideradas bases confiáveis para busca, empregando os descritores: “trabalho docente”, “condições de trabalho”, “adoecimento docente” e “educação infantil”.

Para obter o balanço de produção buscou, buscou-se, na literatura acadêmico-científica, artigos, dissertações e teses que aproximassem temas referentes ao adoecimento docente e às condições de trabalho na educação infantil – foco desta pesquisa.

O levantamento mostrou um total de 67 trabalhos que estavam direcionados para diferentes níveis educacionais. Em seguida, realizamos uma breve leitura dos resumos, das introduções e dos títulos, e selecionamos, então, 21 trabalhos para uma leitura detalhada, dos quais apenas oito abordavam a educação infantil. Durante a busca, escolhemos alguns descritores, conforme a seguir.

Por meio da busca dos descritores “trabalho docente”, “condição de trabalho”, “adoecimento docente” e “educação infantil” na BDTD, obtivemos um total de 32 trabalhos, dos quais apenas nove foram selecionados e registrados. Na primeira busca, usamos todos os descritores mencionados, o que resultou em apenas seis trabalhos, dos quais eliminamos um, por não se relacionar com esta pesquisa. Então, realizamos uma segunda busca, substituindo o descritor “educação infantil” por “educação básica”. Localizamos mais 26 trabalhos com diferentes temas e abordagens e, no total, finalizamos com oito trabalhos para a discussão.

Para a pesquisa realizada no Portal de Periódicos da Capes, efetuamos a consulta por intermédio dos descritores “trabalho docente”, “condições de trabalho” e “adoecimento docente”, que resultou em 29 trabalhos. Porém, quando realizada a leitura dos títulos e resumos, oito destes se repetiam na base de dados da BDTD; dois tinham como foco professoras/os de universidades e oito tinham abordagens diferentes do nosso interesse. Por essa razão, selecionamos 11 trabalhos com foco na temática da pesquisa.

Por fim, a pesquisa realizada na Scielo resultou em três trabalhos direcionados para os estudos sobre o “adoecimento docente” e as “condições de trabalho”. Durante a busca, utilizamos os descritores “trabalho docente, condições de trabalho e adoecimento docente”, bem como filtramos “universidade pública” e “ensino superior”. Destes, um trabalho foi retirado, pois a pesquisa não tinha como objeto o tema desta pesquisa, sendo selecionadas apenas duas pesquisas.

2.1 A PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE O ADOECIMENTO DOCENTE E AS CONDIÇÕES DE TRABALHO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Nesta subseção, buscamos apresentar a produção acadêmica selecionada nas bases de dados acerca das relações entre o adoecimento docente e as condições de trabalho por diferentes autores que pesquisaram sobre a temática. Essas publicações acadêmicas foram organizadas em blocos temáticos conforme assuntos nelas abordados.

Por intermédio dessas pesquisas, foi possível traçarmos um cenário da educação pública. Verificamos, com isso, a intensificação, em vista dos resultados aviltantes apontados no que se refere à saúde dessas/es trabalhadoras/es com problemas de saúde física e mental, o que pode culminar em mal-estar docente, estresse laboral, na Síndrome de *Burnout*, dores físicas (osteomusculares, articulações etc.), e a precarização do trabalho docente ocasionadas pelas más condições de trabalho e pelas mudanças sociais que afetam as/os profissionais da educação infantil. Os resultados evidenciam, índice alto de contratações por tempo determinado com o mínimo de direitos, salários baixos, insatisfação no exercício do magistério, desvalorização a carreira e a profissão entre outros assuntos discutidas/os por autoras/es como, (Reis, J., 2017; Bispo; Aguiar, 2018; Couto, 2018; Guedes, 2019; Sampaio, 2019; Favaro *et al.*, 2020; Assis, 2020; Souza *et al.*, 2021; Santos; Fernandes; Gomes, 2021).

O debate acerca do trabalho e as especificidades da educação básica brasileira foi tema de pesquisa de Couto (2018), que realizou um levantamento com base na Revisão Sistemática da Literatura (RSL), optando pela utilização do cruzamento das técnicas de análise de conteúdo, análise de grafos e de redes semânticas, percorrendo as principais pesquisas nacionais e estrangeiras acerca da temática “adoecimento docente na educação básica”, com o objetivo de obter uma visão geral do que tem sido investigado, desde 2006 a 2017.

Couto (2018) estabeleceu categorias para discutir os 45 artigos publicados, a saber: (saúde mental/emocional, condições de trabalho, estratégias de enfrentamento, saúde física, formação e remuneração e desvalorização profissional). Os resultados apontaram maior frequência (77,8%) de estudos investigando condições de trabalho, saúde e sofrimento e estratégias de enfrentamento, revelando que as pesquisas têm sido direcionadas na busca pela relação entre trabalho e adoecimento docente.

Segundo o autor, o interesse acadêmico pelo tema “adoecimento docente” vem crescendo ao longo dos anos. Em 2015, foram registradas oito (17,7%) publicações e, em 2016, somaram-se sete (15,5%) registros, totalizando o índice com maior registro de publicação. Um dado importante apontado pela pesquisa foi a análise da localidade em que se

efetivaram as publicações: no Sul e Sudeste do Brasil registraram-se no total 17 (37,7%) publicações; no Nordeste (Ceará), quatro (8,9%) publicações; no Norte, uma publicação; e um artigo publicado em periódico com sede no Distrito Federal. Ademais, o autor contabilizou 23 (51,1%) pesquisas publicadas em língua inglesa em revistas internacionais. Na categoria de saúde mental/emocional, Couto (2018) encontrou uma investigação de Bannai, Ukawa e Tamakoshi (2015) associada a longas horas de trabalho e estresse psicológico em professores no Japão em 2013 na cidade de Hokkaido. A pesquisa japonesa foi realizada com 522 professores sendo 337 homens e 185 mulheres, e constatou que, quanto ao estresse psicológico, 47,8% deles eram afetados, em comparação à 57,8% delas. O resultado apontou ainda que há mais incidência de estresse psicológico em professoras.

A pesquisadora Maria José Pereira Dias (2020) discorreu, em sua tese, sobre o mal-estar docente no contexto da educação infantil e os motivos que levaram profissionais a adoecer no âmbito do trabalho. Na investigação empírica, foram sorteadas 15 instituições distribuídas pelo município de Goiânia, das quais 29 professoras que aceitaram a contribuir com a pesquisa. Para realizar a investigação, a autora aplicou em momentos distintos dois questionários: o primeiro, com perguntas objetivas, e o segundo, com perguntas discursivas (entrevista gravada e transcrita).

Todas as entrevistadas eram mulheres acima de 30 anos e com uma faixa etária de até 50 anos, atuantes nas instituições de educação infantil do município de Goiânia. Destas, 20% se declararam brancas, 53,3% se declararam pardas e as demais se declararam negras, o que evidenciou a presença de um mínimo de mulheres negras nessas instituições. Diante desse dado, faz-se pertinente em uma pesquisa futura refletir sobre os motivos pelos quais as mulheres negras estão em menor número entre as concursadas.

Os cuidados com os filhos, somados à jornada de trabalho, à renda familiar precária são elementos que sobrecarregam ao/à trabalhador/a da educação, resultando no afastamento por motivo de doença. O direito a ter momentos de lazer entre família e amigos e a uma vida saudável e tranquila está sendo retirado da classe trabalhadora. As pesquisas mostram as adversidades, as mazelas que professores enfrentam diariamente.

Algumas professoras dividem a jornada com mais de uma instituição (pública e privada). Além disso, o cotidiano das mulheres é mais sobrecarregado que o dos homens em razão de geralmente acumularem as tarefas domésticas e o trabalho remunerado, sendo que 43,03% delas fazem todo o trabalho de casa e ainda contribuem com a renda familiar (Dias, 2020, p. 113).

Sobre as condições de trabalho, as respondentes sentem-se frustradas ao terem que levar atividades para corrigir em casa aos finais de semanas, outras sentem-se estressadas, pois a jornada excede o tempo diário de trabalho efetivo. Dessa forma, essas docentes deixam seus lares e seu lazer, bem como abrem mão do tempo em família e até mesmo de descansar para cumprir o excesso de trabalho. Em meio a esse processo de fadiga sofrido pelas/os docentes diariamente, o mal-estar docente se faz presente na vida profissional e pessoal levando-as/os ao afastamento do trabalho.

A pesquisa de Dias (2020), apontou que 50% das/os professoras/es se afastaram durante os últimos cinco anos de trabalho docente (2015-2020). Ainda em uma análise geral realizada pela pesquisadora com base em documentos tanto expedidos pela perícia da Secretaria Municipal de Educação de Goiânia como disposto *on-line* sobre afastamentos das/os docentes na Rede Municipal de Goiânia no período de 2013 a 2017, foi constatado um total de 2.112 docentes afastado/as da Rede Municipal de Goiânia.

Do total de afastamentos, 22% dos professores foram diagnosticados com depressão, causada pelas situações vivenciadas em seu cotidiano de: “[...] desvalorização, cansaço, sobrecarga, desmotivação [...], agravamento das condições de trabalho, insalubridade [...]” (Dias, 2020, p. 128-129).

Além disso, quanto a problemas de saúde física, como distúrbios osteomusculares (lombar, coluna, fibromialgia), gastrite, virose, estresse entre outras doenças, 47,05%, em algum momento, tiveram que se afastar. Guedes (2019) considera que, por afetar a saúde física e mental das/os docentes, bem como levá-los a absenteísmo e, às vezes, ao abandono da profissão, as condições de trabalho constituem um dos fatores principais do mal-estar docente.

Solimões (2015), faz uma análise crítica sobre as condições de trabalho em pesquisa que realizou com o objetivo de analisar os impactos da precarização do trabalho sobre a saúde das docentes da educação infantil, a autora faz uma análise crítica sobre as condições de trabalho. Em seu estudo, evidencia que há uma quantidade expressiva de fatores que influenciam o processo de trabalho, o que reproduz um mal-estar que pode levar a um processo de adoecimento. De acordo com a autora “[...] como mecanismo de defesa ou resposta à tensão gerada no ambiente de trabalho, as docentes que atuam na educação infantil podem estar buscando no absenteísmo trabalhista uma fuga, ainda que momentânea, do acúmulo de tarefas por elas assumidas” (Solimões, 2015, p. 34).

Assim como Dias (2020), Souza (2018) e Bispo e Aguiar (2018), ficou evidenciado, também por Solimões (2015), uma quantidade significativa de mulheres entre os docentes

atuando na educação básica, especificamente, na educação infantil, seja na creche ou pré-escola.

Na compreensão de Solimões (2019, p. 34, grifo da autora), os

[...] processos de precarização do trabalho vivenciado, sobretudo a partir da reestruturação produtiva que “captura a subjetividade” dos trabalhadores, tem impactado de forma intensa as mulheres, e seus desdobramentos sobre a saúde das docentes que atuam na educação infantil possuem um duplo espectro. Em virtude da composição majoritariamente feminina da categoria, as docentes sofrem tanto com a divisão social, como sexual do trabalho. Assim, não há outra forma de superar as contradições existentes na sociedade de classes, se não o empenhar-se em superar o processo de alienação ao qual estamos subjugados com vistas à construção e outra sociedade, indo para *além do capital*.

A autora destacou ainda que o trabalho feminino está vinculado a cuidados e a organização familiar e que efetivamente é um trabalho não remunerado. O cuidado com a casa, os filhos, o marido, familiares próximos, não deixa de ser trabalho e presume um trabalho assistencialista da “mulher-cuidadora” (Solimões, 2015, p. 138). Mesmo as mulheres atualmente ocupando a cada dia novos postos de trabalho – sobretudo trabalhos precarizados e desvalorizados –, isso não as exime do trabalho sem remuneração.

Em relação aos homens, a autora comenta que sofrem a precarização do trabalho, mas geralmente contam com o apoio feminino nas tarefas de casa e o cuidado com as/os filhas/os. O quadro mostra rara as ações de enfrentamento coletivo diante das insatisfações manifestadas pelas/os docentes no ambiente de trabalho. Destaca, a autora, que os docentes ainda têm dificuldades de se reconhecer em sua coletividade, e as saídas individuais talvez sejam as formas mais simples de se “enfrentar” o problema (Solimões, 2015, p. 140).

Assim também encontramos no trabalho de Eugênio, Souza e Lauro (2017) uma pesquisa realizada com professores de um município no interior do estado da Bahia sobre a saúde e o adoecimento docente. Os autores aplicaram um questionário para 53 professores e realizaram entrevistas com cinco docentes. Novamente tivemos resultados exorbitantes com vários fatores de adoecimentos e as precárias condições materiais de trabalho, que nas entrevistas e questionários são denunciadas pelas/os professore/as. Foi verificado pelos autores que em média anual é de 250 atestados entregues ao Departamento de Pessoal da SME. Atestados de no máximo 15 dias.

Esteve (1999) relaciona os afastamentos como uma forma de fuga para os docentes se escapar momentaneamente das tensões acumuladas em seu trabalho. Bem como a pesquisa de

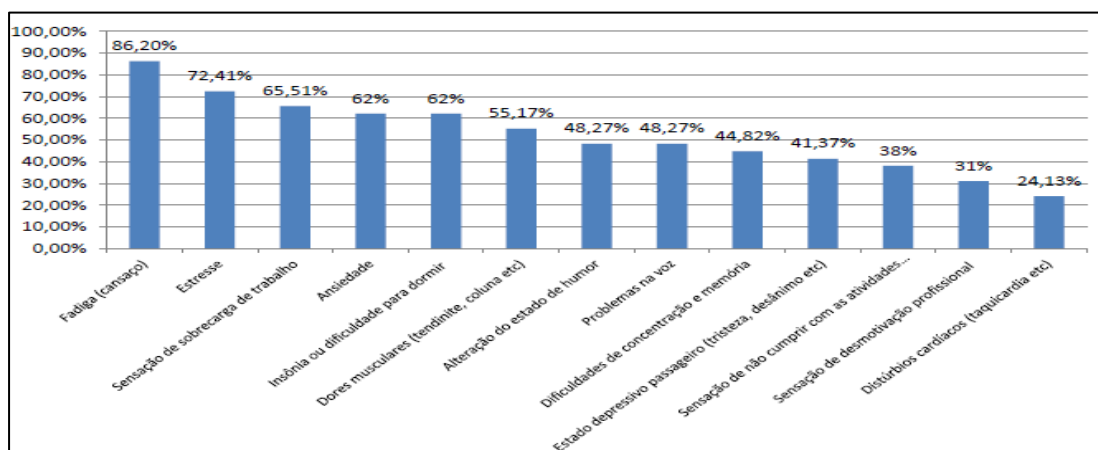
Reis G. (2017), que buscou compreender e analisar o sofrimento no trabalho a partir da perspectiva do professor da educação básica nos anos de 2015 e 2016.

A investigação foi em uma escola pública municipal da zona periférica de um município do estado de São Paulo com um público de 29 professores respondente ao questionário e 8 professores por entrevista. A partir do questionário, foi possível traçar um perfil do professor municipal da unidade escolhida e comparar com o perfil municipal e nacional além de ter contribuído com o que os professores pensam a respeito de temas, como: “adoecimento no trabalho, reconhecimento, sobrecarga de trabalho, satisfação e insatisfação no trabalho etc.”. (Reis, G., 2017, p. 81). Algumas questões relevantes encontradas nos resultados a partir do questionário a respeito do mal-estar docente, 48,27% dos respondentes concordam parcialmente que possam ter a partir do trabalho, enquanto outros 20,68% discordam parcialmente, 20,68% simplesmente discordam, e 6,89% concordam. Para ter mais consistência nas respostas as respondentes citaram motivos, nos quais vivenciavam diariamente na escola (fofoca, falta de comprometimento de alguns, muitas aulas semanais, estresse entre outros).

Questões como ‘você considera que o professor pode adoecer em função do trabalho?’. A pesquisa apresentou um índice de 86% professores acreditando que o trabalho pode, sim, adoecer; 44,82% responderam com muita frequência, 34% responderam que sempre e ainda com 41,3% os que responderam algumas vezes. Além do que 72% dos respondentes disseram que o trabalho já os levou a adoecer (Reis, G., 2017, p. 112).

Para os sintomas e sensações sentidas pelos professores nos últimos seis meses a maior ocorrência foi a fadiga (cansaço) com 86%, seguida do estresse com 72,41% e sensação de sobrecarga de trabalho com 65% entre outros como mostra o gráfico a seguir organizado por Reis G. (2017).

Figura 1 – Sintomas e sensações sentidas pelos professores em um semestre de 2016



Fonte: Reis G. (2017, p. 113)

O estudo também demonstra os motivos de afastamentos docentes a partir de uma análise dos dados oficiais, segundo coleta na Divisão de Medicina e Segurança do Trabalho no município que se refere ao ano de 2015, perfazendo um total de 566 professores atendidos no local, representado na Tabela 1.

Tabela 1 – Números e percentis de registro de atendimentos para a categoria CID - 10

REGISTRO DE ATENDIMENTO	PORCENTAGEM	DESCRIÇÃO DOS CAPÍTULOS DO CID – 10
154	24,48%	Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo (M00-M99)
136	21,62%	Transtornos mentais e comportamentais (F00-F99)
68	10,81%	Lesões, envenenamentos e algumas outras consequências de causas externas (S00-T98)
51	8,10%	Neoplastia [Tumores] (C00-D48)
43	6,83%	Doenças do aparelho digestivo (K00-k93)
29	4,61%	Doenças do aparelho circulatório (I00-I99)
28	4,45%	Doenças do sistema nervoso (G00-G99)
25	3,97%	Fatores que influenciam o estado de saúde e o contato com os serviços de saúde (Z00-Z99)
20	3,17%	Doenças do aparelho respiratório (J00-J99)
18	2,86%	Doenças do aparelho geniturinário (N00-N99)
16	2,54%	Gravidez, parto e puerpério (O00-O99)
13	2,06%	Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas (E00-E90)
11	1,74%	Sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e de laboratório, não classificados em outra parte (R00-R99)
4	0,63%	Doenças do olho e anexos (H00-H59)
1	0,15%	Doenças da pele e do tecido celular subcutâneo (L00-L99)
1	0,15%	Algumas doenças infecciosas e parasitárias (A00-B99)

Fonte: Reis G. (2017, p. 116)

A imagem demonstrativa apresenta os registros de atendimento, percentual e descrição por capítulos da CID. Conforme se vê, as doenças que mais se destacam são as do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo com 24,48% dos diagnósticos, seguida dos transtornos mentais e comportamentais com 21,6% e em terceiro lugar vem as lesões e traumatismo com 10,81%.

Para os transtornos mentais e comportamentais (F00-F99), interpretada pelas CIDs, a Tabela 2 a seguir mostra os diagnósticos que prevalecem os adoecimentos.

Tabela 2 – Descrição dos transtornos mentais e comportamentais (F00-F99)

QUANTIDADE APRESENTADA POR CADA SUBCATEGORIA	CATEGORIA	DESCRIÇÃO
57	F 32	Episódio depressivo leve
36	F 33	Transtorno depressivo recorrente, episódio atual leve
35	F 41	Transtornos ansiosos
18	F 43	Reação aguda ao “stress”
11	F 40	Agorafobia
5	F 31	Transtorno afetivo bipolar, episódio atual hipomaniaco
4	F 32.1	Episódio depressivo moderado
3	F 32.3	Episódio depressivo grave com sintomas psicóticos
3	F 33.2	Transtorno depressivo recorrente, episódio atual grave sem sintomas psicóticos
1	F 14.2	Transtornos mentais e comportamentais devidos ao uso de cocaína – síndrome de dependência
1	F 31.6	Transtorno afetivo bipolar, episódio atual misto
1	F 41.1	Ansiedade generalizada
1	F 41.2	Transtorno misto ansioso e depressivo
1	F 41.9	Transtorno ansioso não especificado
1	F 42	Com predominância de ideias ou de rumações obsessivas
1	F 43.2	Transtorno de adaptação
179		

Na Tabela 2, é possível verificar que o maior índice foi o da depressão 35,75% de episódios depressivos e 21,78% com transtorno depressivo recorrente, portanto somando um total de 57,53% de profissionais com depressão, considerado 103 registros encontrados. Ademais, com 38 registros, os transtornos ansiosos também são expressivos na categoria F41. Segundo Reis J. (2017, p. 120),

[...] de acordo com a Classificação estatística internacional de doenças e problemas relacionados à saúde (CID-10), da Organização Mundial da Saúde (2007), os transtornos do humor (afetivos), (F30-39), são transtornos nos quais a perturbação fundamental é a alteração de humor ou de afeto, como depressão, com ou sem ansiedade associada. Eles correspondem a um número elevado de registros obtidos em nossa pesquisa.

Numa proporção alarmante de adoecimentos, há professoras/es que seguem rumo ao afastamento da sala de aula, devido a problemas de saúde, afastando-se permanentemente em direção à readaptação e ou à aposentadoria precoce.

Nesse sentido, Xavier (2015) investigou quadros de adoecimentos que contribuíram para uma aposentadoria precoce de dois professoras/es. O autor “[...] parte do pressuposto de que a categoria docente vive um mal-estar permanente, convivendo com múltiplos determinantes avessos ao fenômeno educativo e intensificadores dos índices de adoecimento profissional e do abandono da profissão” (Xavier, 2015, p. 8). Para isso, se apropria de um estudo de caso, com um professor e uma professora que atuavam na área do ensino médio com o curso do magistério. Aposentadas/os precocemente, devido a doenças psíquicas ocupacionais. O pesquisador analisou “[...] a dinâmica e a patologia causadora da aposentadoria precoce” (Xavier, 2015, p. 102), e encontra nos resultados a destruição do trabalho docente; as condições materiais de trabalho, salas lotadas, o desrespeito, a desvalorização do magistério, o assédio moral entre outros, contribuíram para diminuição da capacidade laboral das/os profissionais de educação infantil, desencadeando em doenças psicossomáticas e mentais, propiciando a interrupção da carreira precocemente, com a aposentadoria (Xavier, 2015, p. 134).

Sobre o tema readaptação, Farias e Miguel (2019) pesquisaram processos de readaptação funcional vivenciado pelas/os professoras/es efetivos da rede pública municipal do município de Banabuiú-CE, com problemas patológicos que levaram os profissionais deixarem a sala de aula, portanto, limitando-as a desenvolverem atividades em outros setores, no interior da escola. Segundo autores estes profissionais “[...] são colocados em funções

alheias à sua formação ou percebidos como “invisíveis” e “jogados” em um canto da escola como se fossem estorvos que vivem à custa do poder público” (Farias; Miguel, 2019, p. 302).

Assim, para o profissional que se readapta, a expectativa não é favorável a situação que lhe cabe, pois um/a readaptada/o vai exercer funções que não são de sua formação profissional, que muitas vezes tendem a ser incompletas, além do sentimento de não pertencer àquele lugar, perdendo sua identidade profissional (Farias; Miguel, 2019). Por isso, a pesquisa encontra um caminho longo e árduo a ser percorrido pelas/os professoras/es no momento que tem sua saúde afetada, com uma infinidade de visitas ao médico em busca de diagnóstico, junta médica e finalmente a indicação para a readaptação. Farias e Miguel (2019, p. 304), apontam que a

[...] readaptação funcional, que *a priori*, se constitui como “uma solução” para resolver os problemas relacionados à saúde que os professores enfrentam, carregam em seu bojo, outras situações de ordem profissional e socioafetiva que, dificilmente, são considerados na hora de fazer a inserção desse profissional na nova função designada para ele desempenhar.

Essas situações de ordem pessoal podem trazer outros sentimentos que no processo de readaptação invisibilizam os que não passam por essa experiência. Para os autores, dor e sofrimento são sentimentos inter-relacionados que não afetam somente o aspecto físico e pessoal do indivíduo, mas prejudicam seu desempenho e sua relação com seus pares. Nesse sentido, os docentes, que por alguma razão maior que sua vontade, perdem o direito de exercer sua função, vivem um dilema tanto profissional quanto pessoal.

Souza (2018) fez sua pesquisa numa escola municipal da cidade de Congonhas/MG, com o objetivo em descrever e analisar os aspectos que fazem parte da organização do trabalho de uma escola pública, com professoras/es que atuam no ensino fundamental I (1º ao 4º) e II (5º ao 9º ano). A pesquisa foi realizada com 13 professores, 10 do sexo feminino, com a faixa etária de 34 a 57 anos. São professoras/es efetivas/os com uma longa experiência entre 10 e 20 anos. No total de professoras/es pesquisados, 8 trabalham em outras escolas para aumentar a renda.

Quanto as atividades dirigidas ao professor estão: lecionar aulas, elaborar o planejamento anual de todo o conteúdo da disciplina; elaborar o plano anual com uma análise sob o perfil de cada turma, com o intuito em buscar “estratégias diferenciadas e inovadoras para o processo educacional” (Congonhas, 2014); elaborar o Plano de Desenvolvimento Individual (PDI), que consiste num planejamento individualizado para alunos que sejam portadores de necessidades especiais e, logo preencher os relatórios de encaminhamento e

acompanhamento especializado deste aluno, conforme instrução no regimento escolar da Secretaria de Educação (Congonhas, 2016). Outras atividades estão a avaliação do processo educativo, elaborar, corrigir provas, exercícios, trabalhos e outros instrumentos avaliativos (Congonhas, 2014); participação em projetos da secretaria, desenvolvimento de projetos, participação de reuniões, elaboração de relatórios, apoio à equipe pedagógica no relacionamento com os familiares dos alunos, lançamento de notas, frequência nos diários de classe, orientação e acompanhamento dos alunos. Por fim, estar em constante formação continuada (Souza, 2018). Desta forma, os autores comentam que os professores não encontram tempo suficiente para melhorar sua formação ou mesmo se atualizar.

Diante fatores de precarização e sobrecarga, a pesquisa apontou problemas com riscos de adoecimentos, pelas condições precárias de trabalho, dificuldades no relacionamento com os alunos, falta de autonomia, problemas de gestão, sobrecarga de trabalho, dificuldades de exercer suas atividades e pouca valorização profissional. A coleta de dados foi realizada por meio de pesquisa documental, entrevistas semiestruturadas, visitas *in loco* e entrevistas em profundidade. Foram discutidos os temas: organização do trabalho, condições de trabalho, relações interpessoais, sintomas e adoecimento, sentido do trabalho e reconhecimento social, riscos presentes no trabalho e formas de enfrentamento dos problemas e caso de adoecimento. Alguns dados que compreendem a discussão sobre esses elementos referem-se à autonomia. A maioria delas/es relataram não ter autonomia, e mesmo nas discussões coletivas, suas opiniões não eram levadas em consideração. A escola já passou por duas gestões que na colocação das/os entrevistadas/os uma era muito ditatorial, e a outra se envolvia pouco com os problemas. Assim, consideravam as gestões com problemas e os efeitos negativos sobre os docentes caracterizou mais um fator patogênico. Quanto às formas de reconhecimento do trabalho realizado pelas/os professoras/es, o autor salientou que um trabalho permeado de normas, leis e regras nem sempre pode ser utilizado na prática, pois dificilmente retratava a realidade do processo de trabalho, buscando alternativas para a sua prática.

A remuneração também é um outro fator que afeta a vida profissional e social do professor. Estes profissionais ganham como salário inicial o valor de R\$ 2.000,00 reais, considerando insuficiente pela maioria das/os entrevistadas/os, razão pelo qual as/os professoras/es procuraram atividades extras e ou trabalharam em outras escolas para completar a renda. A ausência da família no processo do desenvolvimento escolar do/a filho/a, também contribuiu com a dificuldade do aluno para efetivar a aprendizagem, a disciplina e o interesse pela escola. O professor/a sente-se culpado, acreditando não conseguir cumprir seu

papel com qualidade. Por certo este trabalho docente tornou-se mais sofrido, agonizante, desestimulador, gerando mais uma fonte do mal-estar docente.

Quanto às condições de trabalho, a pesquisa demarcou que os recursos são escassos na escola e os docentes utilizaram do seu dinheiro para comprar materiais pedagógicos. A falta de investimentos também chegou na estrutura da escola, como iluminação, vidraças quebradas, equipamentos roubados, goteiras nas salas, espaços sujos entre outros. Apesar de a direção ter feito várias solicitações de manutenção, a ausência de recursos e a morosidade na solução dos problemas fazem com que persistam por meses (Souza, 2018). A esses problemas, a realidade imposta nas escolas destoava do que se entende por condições de trabalho, uma vez que a qualidade nas condições de trabalho que “[...] pressupõe a oferta de um conjunto de recursos que viabilizam a realização da atividade profissional, o que inclui instalações físicas, os materiais e os equipamentos disponíveis e outros tipos de apoio” (Gomes *et al.*, 2019, p. 280).

Na sequência, outro fator que se destacou refere-se às relações interpessoais, que teve um número significativo de respondentes afirmando terem boas relações entre os pares e quase todos da escola, exceto com a gestão, explicitado anteriormente. Mas, há de ser ter atenção, por mais que as relações fossem um fator relevante para a saúde, considerando um ambiente amigável portanto não é o suficiente para compensar todas as dificuldades mencionadas (Souza, 2018). Além disso, a pesquisa identificou vários sintomas físicos e mentais, além de adoecimentos, que levaram aos afastamentos.

Enquanto reconhecimento social e sentido do trabalho, diante as dificuldades as/os professoras/es sentiam restrições ao desempenhar seu trabalho adequadamente, seus relatos revelaram frustrações e despersonalizações, pois não conseguiam perceber qual é o seu papel dentro da escola, e assim perdiam o sentido do trabalho. Relataram também que a figura do/a professor/a está desvalorizada em todas as esferas da sociedade. A sociedade percebe o/a professor/a como um profissional “sofredor” e um “coitado” (Souza, 2018, p. 112).

Os sintomas físicos, por exemplo foram relatados dores musculares e nos ombros, enxaquecas, fadiga, taquicardia, dores no estômago e tonteados. Os sintomas mentais já identificaram problemas de insônia, alteração no humor, ansiedade, perda de apetite, esgotamento, depressão e sentimento de frustração. São usados medicamentos pelas/os professoras/es para aliviar os sintomas (Souza, 2018).

Por fim, as/os docentes contribuíram com a pesquisa respondendo o item que apresentava ‘haver possibilidade de exercerem o trabalho na escola sem adoecer’ e a maioria considerou tal hipótese impossível. Mas alguns defenderam a necessidade de desenvolver

estratégias para não adoecerem e aliviarem as tensões no trabalho, enquanto outros simplesmente consideraram o adoecimento inevitável. Nas palavras de um/a professor/a, “É muito difícil, tem que ser muito frio para conseguir vencer tudo sem adoecer. Vira e mexe a gente tem professor com atestado (E10)” (Souza, 2018, p. 114).

Bispo e Aguiar (2018) propuseram a analisar aspectos relacionados à saúde e ao adoecimento psíquico de professoras/es de escolas públicas e privadas do estado da Bahia. A pesquisa foi realizada com 60 professores, a maioria do sexo feminino (83%,3%) e pós-graduados (69,5%). No percurso da leitura não foi encontrado o nível escolar no qual foi realizado a pesquisa. O instrumento de pesquisa contou com Escala de Burnout e de Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) validadas para o contexto brasileiro.

Como resultado da análise realizada por dimensões de escalas de Burnout (baixo, moderado e alto), segundo dados na distribuição das dimensões da Síndrome de Burnout na amostra de professores 56% apresentaram um grau moderado na dimensão exaustão emocional, 53,3% na dimensão de despersonalização e 48,3% em realização profissional. Os autores perceberam uma pré-disposição nos professores com Síndrome de Burnout⁷, mesmo que a Síndrome não tenha se manifestado ainda (Bispo; Aguiar, 2018). E quanto à combinação das dimensões de QVT na amostra de professores, houve uma notável insatisfação da classe em relação à remuneração e ao suporte organizacional recebido, corroborando, dessa forma, para um maior sofrimento no trabalho. Por fim, com uma representação significativa de síndrome nos professores, o estudo constatou uma vulnerabilidade dessa categoria ocupacional no que diz respeito ao adoecimento psíquico (Bispo; Aguiar, 2018).

Outros estudos estão a fatores de adoecimento revelaram docentes que adoecem com problemas físicos e mentais, com uma prevalência elevada da Síndrome de Burnout, considerada uma doença psíquica, e, é a que afetou diretamente a categoria docente.

Mariana Esteves de Oliveira é doutora em História e atua como professora adjunta na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), no campo de Três Lagoas. O artigo “Piorou a diabete pelo emocional: precarização do trabalho docente e o adoecimento dos professores Paulistas”, realizado por Oliveira (2019b) fez parte da pesquisa intitulada: “Professor, você trabalha ou só dá aula? O fazer-se docente entre história, trabalho e precarização na Secretaria Estadual de Educação de São Paulo (SEE-SP), que abordou a

⁷ Esta doença já é reconhecida no Brasil desde 1996 e regulamentada pela Previdência Social. Esse é um termo derivado do verbo inglês *to burn out*, o qual significa “queimar por completo” ou “consumir-se” utilizado no campo da saúde pela primeira vez por Freudenberg, que destacou como esgotamento emocional (Bispo; Aguiar, 2018; Souza, 2018).

temática sobre as condições de trabalho e dos dados de adoecimentos de trabalhadores docentes da SEE-SP a partir de 128 entrevistas em questionários estruturados e três entrevistas orais com professores aposentados, que possibilitaram reconstruir o cenário em que se engendraram a precarização do trabalho e da educação. O cenário apresentado revelou um quadro de precarização na educação, no bojo da reestrutura produtiva do capital e do advento do neoliberalismo (Oliveira, 2019a).

A pesquisa teve as categorias materiais do trabalho com a tríade *salários, jornadas e contratos*, que apontou uma intensa desvalorização material e social na profissão docente da educação de São Paulo, nos últimos 20 anos; com perdas dos poderes aquisitivos e de consumo, por conta de salários baixos, dívidas constatadas adquiridas ao longo dos anos, incentivo institucional com o objetivo do governo em aumentar a carga horária dos profissionais e se efetivou o aumento gradativo da jornada de trabalho, para o professor permanecer mais tempo em sala e a flexibilização da legislação sobre o acúmulo de cargos públicos (Oliveira, 2019a).

A ampliação da jornada de trabalho levou profissionais a um processo de intensificação no trabalho, devido o tempo a mais de trabalho em sala de aula. Nisso o planejamento e a avaliação, que seriam realizados na escola, passaram a fazer parte de atividades extras para casa. Oliveira (2019b, p. 113-114), comenta que a posição tomada pelos docentes

[...] não é uma escolha deliberada dos professores, apesar da adesão ser voluntária. É uma consequência material dos baixos salários, com uma curva histórica ascendente porque, apesar de jamais terem sido bem remunerados, nunca foram tão desvalorizados quanto nos últimos anos. [...] De forma articulada as novas leis foram norteadoras para a implementação de mecanismos de precarização e controle, como as provas seletivas anuais para professores não concursados e a fragmentação dos docentes em categorias [...]

Nesse sentido, as/os professoras/es, que trabalhavam por contratos temporários, entraram em pânico ao fim desses contratos, pois perderam seu vínculo empregatício com o trabalho e ficaram à mercê do desemprego. Foi a partir das categorias salários, jornadas e contratos e das experiências relatadas pelos docentes, que os dados apontaram docentes em processo de constante e progressivo adoecimento e sem o respaldo local à saúde. As licenças e faltas médicas tornaram-se recursos cada vez mais utilizados frente ao esgotamento e morbidade docente. Nesse quesito, sobre as licenças e atestados, o estado de São Paulo, na tentativa de limitar os direitos docentes, implementou a Lei 1.041/2008, que enquadra

[...] o servidor ao número de faltas médias para seis por ano, sem exceder uma por mês, sob pena de desconto pecuniário. As licenças-saúde também passaram a ser descontadas para fins de contagem de tempo de aposentadoria na formulação do instituto próprio de previdência social dos servidores estatutários de São Paulo (SPPREV), na tentativa de limitar que os professores lancem mão deste recurso (Oliveira, 2019a, p. 121).

Em suma, a autora compreendeu que a exploração na qual os professores foram expostos não adoececeram apenas por consequências biológicas. “Suas doenças devem ser compreendidas como sintomas metabólicos desse tecido social esgarçado pela superexploração do trabalho, de um tempo precário que se expande e se mecaniza/desumaniza” (Oliveira, 2019b, p. 122). Ainda questionou como o Estado e o poder lidam com esses trabalhadores docentes e se preocupam com os “*corpos-máquinas*”, ou ainda como o/a distanciamento/alienação entre currículos e docente produzem sofrimento (Oliveira, 2019b).

Semelhante às discussões de Mariana e outros os quais já comentamos, o artigo de Moura *et al.* (2019) contribuiu com um levantamento bibliográfico que evidenciou após análise as condições de trabalho precárias e a importância de romper com a situação de precarização do trabalho docente. A autora destacou a necessidade de uma mobilização de professoras/es em conjunto com os sindicatos e outros setores da sociedade, no propósito de requerer das autoridades competentes cumprir as leis que ampara a valorização docente e sugere adequadas condições de trabalho para esses profissionais, além de mudanças que devem ser amplamente discutidas e efetivadas (Moura *et al.*, 2019).

Da mesma forma, Sampaio (2019, p. 19) encontrou, nos resultados de sua pesquisa, a necessidade em “[...] pensar a luta pelas conquistas da classe trabalhadora e a possibilidade de intervenção na sociedade capitalista, para expor sua lógica destrutiva e fundar uma nova forma de sociedade”.

Seu trabalho discutiu acerca das contradições que envolveram o trabalho docente na educação básica pública no município de Fortaleza e as relações que envolveram a busca por resultados (avaliações internas e externas), no período de 2013 a 2018. O estudo teve como base as orientações dos organismos internacionais, tendo, como o Banco Mundial (BM), a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal); a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), entre outros (Sampaio, 2019).

Nesse sentido, as políticas educacionais para a educação básica dos países periféricos, são influenciadas pelas conferências realizadas pela “Declaração do México (Ciudad de México-México, 1982), a Conferência Mundial de Educação para Todos (Jomtien-Tailândia,

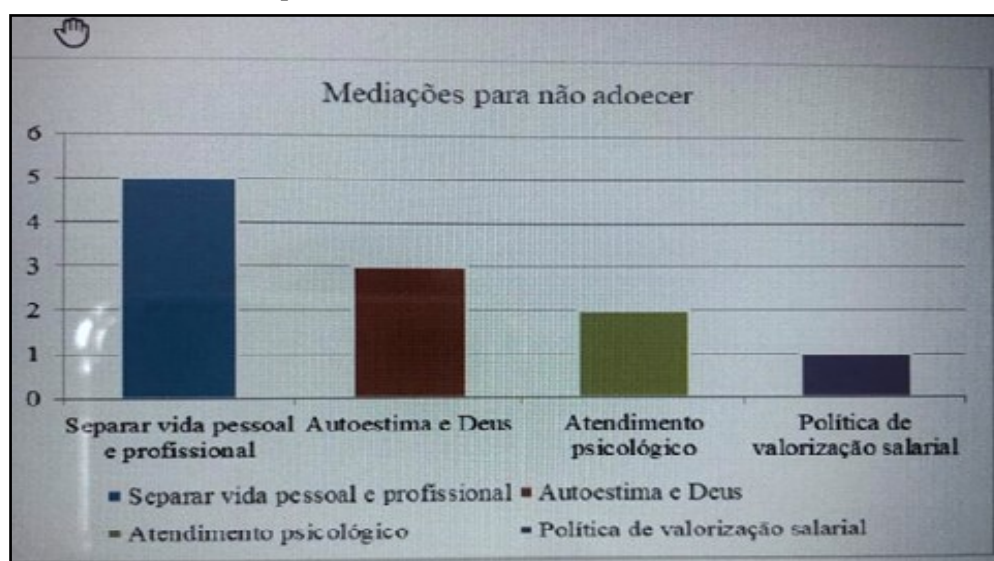
1990) e o Fórum Mundial da Educação (Dakar-Senagal, 2000)”. Sampaio, (2019, p. 12). As conferências serviram como um influenciador na “[...] formação, qualificação e investimento em educação como forma de atender à demanda por mão de obra barata, explorada e ligeiramente qualificada” (Sampaio, 2019a, p. 12).

Para o autor “[...] os professores encontram-se em um cenário de ‘guerra’ pela sobrevivência e pelo direito ao trabalho, esses profissionais estão em um verdadeiro ‘beco sem saída’, ante os direcionamentos das políticas educacionais que se apresentam” (Sampaio, 2019, p. 73). As parcerias público-privadas deixam em desvantagem o trabalho docente e o poder transformador da educação. Essa é uma das estratégias do capital em desmoralizar as lutas de classe. Esse “envolto de contradições faz parte das estratégias do capital para a desmobilização das lutas de classe, lutas essas que esses profissionais travam diuturnamente com os órgãos oficiais que regem a educação, nesse embate os docentes buscam se manter em plena atividade e vivos” (Sampaio, 2019, p. 73).

Assis (2020), ao dissertar a temática do mal-estar docente na educação infantil da Rede Pública Municipal de Mineiros/GO, buscou analisar a mediação como atividade humana na sua relação com a realidade. E na sua análise diante às respostas realizadas na entrevista, os trabalhadores utilizaram a mediação para se relacionarem com o cotidiano, os colegas, os alunos e, de modo geral, com a organização do trabalho.

A autora questionou as professoras entrevistadas, quais seriam os caminhos para a saúde na docência (Figura 2).

Figura 2 – As mediações das professoras



Fonte: Assis (2020, p. 94)

A pesquisa mostrou através do gráfico que a maioria acreditou ser possível separar a vida pessoal e profissional. Para a autora a resposta vem no sentido de que fosse mágica, apagar o tanto de trabalho nos fins de semana e sentem-se mais protegidos. Nesse sentido, a autora entendeu que “[...] na realidade, isso não acontece, pois o trabalhador, enquanto ser social, é o mesmo no trabalho e na vida social” (Assis, 2020, p. 95). Para essa questão “[...] 100% das entrevistas elegeram mediações de ordem individual para lidarem com o sofrimento psíquico, fundamentadas no discurso da autoajuda, característica da sociedade atual” (Assis, 2020, p. 95). De outra forma, esses discursos têm cunho hegemônico no interesse de moldar o/a trabalhador/a para reproduzir o capital, “pautados no “ensinar a ser”, estão na mídia, nas cartilhas, nos enunciados da própria gestão escolar. Nas palavras de Assis (2020, p. 96), “[...] para a luta contra a alienação, as medidas individuais não conseguirão dar conta da complexidade do desafio. É preciso retornar à Tese onze de Marx sobre a necessidade de se sair do papel de interpretação para o de transformação do mundo, por meio da luta coletiva”.

As entrevistas e os questionários aplicados por Oliveira e Silva (2015) e Assis (2020), entre outras/es autoras/es, já contemplados neste balanço de produção têm similaridade com o artigo de Paula e Lima (2020), que analisaram a percepção de professoras/es de um núcleo de educação infantil sobre a produção de dignidade pelo trabalho, no contexto da categoria teórica “repúblicas inacabadas”.

As autoras constataram que a produção de dignidade pelo trabalho perpassa a solidão, que aparece quando, no dia a dia do trabalho, o professor de crianças pequenas se sente invisível, pouco ouvidas/os pela comunidade escolar, gestão, poder público municipal e outros. Para as autoras, há de ter “[...] amadurecimento republicano em direção a uma sociedade efetivamente cidadã, que faça valer, de fato, a legitimidade da soberania popular e o Estado Democrático à maneira brasileira” (Paula; Lima, 2020, p. 17).

Favaro *et al.* (2020) constataram ao longo da pesquisa índices de afastamentos por adoecimento e sua desvalorização social e que o enfrentamento deste processo necessita de apreensão imediata das causas desses adoecimentos. As autoras direcionaram seu tema para pesquisar o desmonte das políticas sociais, que trazem no seu bojo a expansão da privatização do setor educacional, bem como a intensificação e a proletarização do trabalho docente revelando a subsunção da educação e do trabalho às demandas do capital.

A investigação teve leituras bibliográficas e análise documental de legislação e dados empíricos. Além dos dados do Censo Escolar 2018, organizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (Inep), mostrou dados que

[...] há 2,2 milhões de professores na Educação Básica brasileira. A maior parte, 62,9% atuam no Ensino fundamental, representando um contingente importante de trabalhadores docentes. Por outro lado, há uma baixa atratividade pela carreira, revelando a complexidade e os problemas de sua realidade concreta (Favaro *et al.*, 2020, p. 4).

No Brasil, houve alguns avanços quanto ao reconhecimento da profissão na década de 1980, com o fim da ditadura burguesa-militar (1964-1985). Pelas lutas e embates históricos, a categoria conseguiu alguns regimentos para a garantia e proteção dos seus direitos. Porém apenas a lei não assegura, de fato, a sua efetivação, pois, enfrentam aspectos, conforme Favaro *et al.* (2020, p. 6) “[...] econômicos e políticos que extrapolam questões morais ou ‘vontades’ pessoais”. Esse campo, que rege normativas, leis e regulamentações é considerado pelas autoras como um “[...] campo carregado de tensões e contradições, pois trazem em seu bojo aparatos legais que encontram barreiras para sua execução e efetivação”.

Uma pesquisa de Basílio (2017) afirmou que depois da aprovação da Reforma Trabalhista, Lei nº 13.467/2017 e da Lei da Terceirização, Lei nº 13.429/2017, alguns estados já mantêm, em seu quadro, mais da metade de seus docentes como temporários, como Mato Grosso, 60%, Santa Catarina, 57%, entre outros (Basílio, 2017 *apud* Favaro *et al.*, 2020, p. 5). “[...] os contratos flexíveis e temporários, sem direito e sem as vantagens da carreira, expressam os reais ataques contra os trabalhadores da educação” Favaro *et al.* (2020, p. 15).

Em seguida, as autoras comentam sobre a Reforma da Previdência em 2019, por conta da regulamentação na lei que foram adicionados mais tempo de trabalho em suas carreiras, professoras/es terão que trabalhar por mais anos. O Piso Nacional também teve repercussão com a Lei nº 11.7388/2008 e que estipulou, tardiamente o salário nacional para os docentes da educação básica, embora não tenha atendido às expectativas dos docentes e suas demandas, considerou o aumento aos estados e municípios que pagavam valor menor ao Piso. (Favaro *et al.*, 2020). Atualmente, os gastos sociais reduzidos pelo Estado evidenciam um processo de

[...] degradação nas políticas educacionais, bem como a intensificação do trabalho docente. [...] Os efeitos deste processo são observados tanto no campo objetivo, no que se refere à falta de condições de infraestrutura, recursos humanos, entre outros; como no aspecto subjetivo, que interfere em condições físicas e emocionais dos professores, levando-os ao esgotamento e adoecimento em função do trabalho.

Simultaneamente a esse cenário, aprofundou-se ainda mais a educação, com uma recente pandemia de Covid-19, decretada oficialmente pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em março de 2020. A educação foi um dos setores mais atingidos pelas mudanças no

trabalho docente, com atividades, que eram presenciais e passaram a ser remotas. Todo o trabalho pedagógico foi “[...] imposto por gestores educacionais, à revelia das críticas, manifestações e resistências de entidades representantes dos educadores e dos interesses populares” (Favaro *et al.*, 2020, p. 9).

Nesse sentido, Souza *et al.* (2021) e Santos *et al.* (2021) contribuem sobre o tema da pandemia de Covid-19, trazendo questões relevantes sobre a situação dos docentes no período de maior infestação do vírus e isolamento social e os impactos na área da educação.

A pesquisa de Souza *et al.* (2021) foi desenvolvida por meio de uma investigação quantitativa, em querer investigar se as condições de trabalho docente na pandemia de Covid-19 afetaram a saúde mental das/os professoras/es brasileiras/os quanto à depressão, à ansiedade e ao estresse. Para isso, foi necessário compreender como os professores têm vivenciado sua atividade profissional em nessa pandemia. Na compreensão das/os autoras/es, “[...] a Covid-19 é uma síndrome viral respiratória que tem como principais sintomas febre, tosse e falta de ar, podendo, em alguns casos levar a morte” (Souza *et al.*, 2021, p. 143).

Medidas foram tomadas e a mais radical foi o isolamento social, que, por conseguinte, provocou reestruturação no modo de vida das pessoas. As consequências, foram o medo em contrair a doença e ou infectar outras pessoas, além das sensações de angústia, solidão, tristeza e insônia. Estudos realizados no Brasil, citados por Souza *et al.* (2021, p. 144), revelaram inferências psicológicas e psiquiátricas, provocando aumento de pessoas com doenças mentais, com transtornos de ansiedade e depressão. Segundo Souza *et al.* (2021, p. 146),

[...] os transtornos depressivos são uma categoria de doenças que afetam prioritariamente o humor e os afetos, cujos principais sintomas são a manifestação persistente e contínua de tristeza ou irritabilidade e a perda do interesse e do prazer na realização de quase todas as atividades. Os transtornos de ansiedade, por sua vez, decorrem de uma alteração nos mecanismos psíquicos responsáveis pela identificação de estados vulneráveis a situações potenciais de perigo. Assim preocupações e medos ocorrem de forma inespecífica ou desproporcional a situação.

A pesquisa foi realizada pelas/os autoras/es a partir da coleta de dados via formulário *on-line*, que ficou disponível durante um mês e dez dias (setembro e outubro de 2020), com o intuito de recrutar participantes a cada semana. A divulgação e convite para participar da pesquisa aconteceu via mídias sociais (WhatsApp, Facebook, Instagram) enviando um *link* do Google Forms contendo os instrumentos da pesquisa (Souza *et al.*, 2021). Teve a participação de 733 professoras/es que lecionavam em diferentes níveis de ensino.

Todo o processo de análise e escritas foi realizado com o auxílio de programa específico. Os resultados alcançados tiveram a contribuição dos participantes para: as atividades fora de casa, contou com 86% das/os professoras/es que saíram de casa apenas para fazer o necessário como ir ao supermercado, farmácia e acesso a serviços de saúde. Mesmo tendo que trabalhar de forma remota, esse modelo virtual contou com 65% das/os professoras/es, manifestando-se contrários a esse formato de ensino. As condições adversas enfrentadas pelas/os professoras/es na transição do ensino presencial para o ensino remoto são evidenciadas por 92% das/os professoras/es brasileiras/os.

A maioria (51%) relatou dificuldades no início do processo em lidar com as tecnologias e durante o processo, os recursos como, a precarização da internet, do computador. Dificuldade na relação com os pais de alunos e coordenadores, dificuldade em trabalhar em casa etc. Além do que os instrumentos de trabalho necessários para o desenvolvimento das atividades passaram a ser custeados pelo profissional da educação.

Segundo Santos *et al.*, (2021, p. 34), “[...] as transformações ocorridas pela intensificação das tecnologias digitais em processos de interação entre professores e estudantes, mediados por um aparelho conectado à internet, foram repentinas e sem preparo ou planejamentos prévios”.

Na pesquisa de Santos *et al.* (2021), jornada de trabalho, acúmulo de funções, baixos salários, falta de estrutura adequada são variáveis que já traziam instabilidade à saúde desses profissionais, porém com a pandemia de Covid-19, essas variáveis agravaram ainda mais as condições de trabalho. A jornada de trabalho passou a ser mais extensa, uma vez que o processo de elaboração do planejamento por meio digital foi maior do que costumava ser numa organização presencial.

Para professores que trabalharam com contrato temporário e que eram vinculados ao estado e município, um grande contingente de professores ficara desassistidos durante a pandemia, sem os direitos garantidos, sem benefícios, além dos salários baixos e para os professores que trabalhavam eventualmente, isto é, profissionais que exerciam a função por hora-aula trabalhada, “na pandemia esses trabalhadores ficaram sem nenhum tipo de remuneração e não tiveram direito ao auxílio emergencial, em razão de possuírem um contrato com o Estado” (Santos *et al.*, 2021, p. 44). Se por eventualidade estes profissionais rompessem o vínculo empregatício com o estado para receber a ajuda financeira ao retorno perderiam seu emprego. Segundo Santos *et al.* (2021, p. 44), “[...] esta é a parcela mais mal remunerada e mais explorada de docentes brasileiras/os que vêm se constituindo em ampla e crescente fração do professorado brasileiro nas últimas décadas”.

Ao longo dos textos e das leituras realizadas, as pesquisas evidenciaram que a precarização do trabalho docente vai muito além da pandemia de Covid-19, mesmo que a grave emergência sanitária tenha contribuído em uma labuta mais difícil, as condições materiais de trabalho imposta por essa nova reorganização do trabalho na educação intensificou e precarizou as atividades docentes que estava permeada por diversas demandas foi se materializando em problemas físicos e mental, de um modo a sentirem um mal-estar docente.

2.2 CONSIDERAÇÕES ACERCA DO BALANÇO

O balanço aqui exposto a partir de buscas realizadas pelos sites da BDTD, Scielo, e CAPES, nos proporcionou aproximarmos dos objetos de estudo (adoecimento e condições de trabalho) e encontrarmos nas diferentes abordagens (entrevistas, questionários, revisão bibliográfica, revisão sistêmica da literatura, estudo de caso etc.); categorias de análise e discussão com base na perspectiva do materialismo histórico-dialético.

O intuito desta investigação literária foi encontrar pesquisas na área da educação pública que evidenciassem as reais condições de trabalho vividas por professoras/es que trabalharam nas unidades de educação infantil e que trouxeram a real situação entre as condições de trabalho e o adoecimento. Durante o percurso percebemos a ausência de pesquisas que debatessem sobre as temáticas em questão na educação infantil, portanto ampliamos as buscas para a educação básica (ensino fundamental), contudo conseguimos 8 trabalhos a nível de educação infantil que foram relevantes para a abordagem e os estudos.

Como procedimento realizamos as leituras e nos deparamos com questões pertinentes sobre a temática. Os estudos apresentam um cenário caótico e devastador a educação brasileira, que traduz uma educação pública à subsunção real do capital, isto é, ao domínio do capital. No bojo da reestruturação produtiva do capital com o auge do neoliberalismo, esse sistema vem precarizando as condições de trabalho e intensificando o processo do trabalho docente. Neste cenário, o adoecimento docente vem se proliferando travestido no mal-estar docente, na Síndrome de Burnout e até mesmo no absenteísmo das/os profissionais da educação. Os impactos estão inseridos nas novas formas de trabalho, que por obséquio consta nas agendas neoliberais, com afronta nos diversos meio acadêmico: a flexibilização de contratos de trabalho, o direito trabalhista, a terceirização (OSs), a privatização de empresas estatais, a ampliação da jornada de trabalho e a sobrecarga de tarefas, a desvalorização salarial entre outras formas de ataques a educação. É de se esperar que isso acontecesse no auge das

reformas anunciadas e aprovadas por gestores governamentais em parceria com os setores monopolistas.

Mencionamos também a evidência do gênero feminino na profissão docente. A maior parte da docência é composta por mulheres, que acumulam o trabalho remunerado com o trabalho doméstico e o cuidado com a família. Segundo Dias (2020, p. 113), algumas professoras dividem a jornada com mais de uma instituição entre a pública e a privada; sendo que quase 50% delas fazem todo o trabalho de casa e ainda contribuem com a renda familiar. É destacado por Solimões (2015), que o trabalho feminino está vinculado a cuidados, organização familiar e que efetivamente é um trabalho não remunerado, e o trabalho da profissão docente não é valorizado. A pesquisa de Assis, (2022, p. 65), contribuiu nos chamando atenção para este trabalho remunerado que tem a grande maioria mulheres. A “feminização” do trabalho docente, apresenta um processo contraditório, por mais que tenha contribuído na inserção da mulher no mercado de trabalho num passado remoto, demonstra a precarização e a desvalorização de um trabalho considerado na sua maioria pelo sexo feminino. Portanto, isso não garantiu “[...] a superação das relações sociais de subordinação de gênero” (Assis, 2022, p. 65)

Acerca, ainda da profissão docente Dias (2020), contribuiu com sua pesquisa mencionando que a profissão docente é uma das profissões brasileiras que mais exige tempo para além da sala de aula, pois a complexidade do trabalho perpassa as 8 horas trabalhadas e neste caso, as horas a mais são realizadas em casa, entre as tarefas domésticas, o cuidado com filhas/os, os compromissos particulares. Este tempo deveria ser destinado a seu bel prazer com sua família e amigas/os, mas seu compromisso com a comunidade escolar, com a educação é constituído pela práxis pedagógica, pela responsabilidade com os sujeitos envolvidos no processo de ensino e nas demandas exigidas pelo capital. Portanto, este processo de trabalho intensificado, precarizado afeta diretamente a saúde docente levando-os ao sofrimento, desânimo, cansaço, podendo até desencadear um sentimento de desprofissionalização, por ser submetido a situações de sobrecargas no cotidiano laboral e chegando até a sentir-se culpado pelas mazelas sociais.

Refletindo sobre as demandas que intensificam e precarizam a profissão docente, repercutido nos vários fatores de adoecimento, por conta das mazelas das políticas públicas de descaso com uma educação pública, gratuita, de qualidade, as/os profissionais da área da educação chegam ao absenteísmo, como fuga e o mal-estar docente, com patologias que muitas vezes são invisibilizadas num contexto de pressões e desgastes emocionais. Há profissionais readaptadas/os, pesquisas apontaram que professoras/es se afastaram, devido às

condições de saúde, alguns chegaram a se aposentar precocemente, outros saíram da sala para atuar em outros setores. Este último vive em conflito profissional por sentir-se não pertencente aquele lugar, com sentimento de perda a sua identidade profissional. Além do que para que esta/e profissional consiga o afastamento permanente ou não, o caminho é árduo e longo. Diagnósticos foram realizados a cada visita ao médico. O retorno ao trabalho é sempre um problema que também gera sofrimento, portanto adoecimento.

Por fim, as pesquisas mostraram que as maiores incidências no adoecimento estão nos fatores psíquicos e físicos com mais de 60% com sintomas psíquicos (depressão, estresse, ansiedade etc.) e mais 50% com sintomas físicos (osteomusculares, LER/DORT, esgotamento, cansaço, tensão etc.). Essas entre outras pesquisas abordadas nos fazem refletir sobre a educação pública brasileira e os impactos que afetam todos os servidores públicos, e sobretudo os/as professoras/es de nosso país.

Esta educação pautada numa formação humana, numa histórica de lutas, conquistas, progressos e retrocessos, numa história do povo brasileiro, na cultura humana de cada etnia, é palco de investimentos no controle de avaliações, violência profissional, políticas educacionais voltadas para a mercadorização, formação em massa de manobra para o trabalho explorado. A realidade efetiva que a todo instante nos afeta, mostrou-nos caminhos a serem explorados, interferiu nos nossos sentidos e pensamentos, nas nossas opiniões e ideologia. Este momento de investigação possibilitou-nos um conhecimento teórico aprofundado sobre o tema no qual pesquisamos. Mostrou que a realidade nas palavras de Vianna (2019, p. 24), pode ser “[...] concebida como aquilo que está sendo constantemente transformado pelas próprias pessoas – e não como indivíduos solitários agindo sozinhos, mas como atores de práticas sociais”. A pesquisa reverenciou a dialética e a práxis humana e se aprofundou teoricamente numa história constituída pela humanidade que vivencia, experimenta seu próprio desenvolvimento no tempo presente. Acreditamos ser imprescindível ampliar a discussão com o intuito a conscientização real do que vivenciamos no dia a dia em sala de aula. Se faz necessário ação coletiva, para que a luta seja efetiva.

No próximo capítulo, abordaremos acerca da categoria trabalho no sistema capitalista e as novas formas de trabalho que apresentam mudanças desafiadoras para a classe trabalhadora refletindo na vida de cada pessoa. A grande diversidade dos modelos atuais trabalhista tende a precarizar as condições de trabalho e intensificar a labuta diária, levando trabalhadoras/es ao sofrimento na realização das tarefas. Profissionais na área da educação estão propensos ao adoecimento, por conta da sobrecarga e dos problemas que são

visibilizados no interior da sala de aula. Para essas/es profissionais, os desafios são muitos e resultam em mal-estar docente.

3 O TRABALHO SOB A INDÚSTRIA 4.0, O ADOECIMENTO DOCENTE E AS CONDIÇÕES DE TRABALHO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

3.1 RELAÇÃO SER HUMANO, NATUREZA E TRABALHO

Nascer é penetrar nessa condição humana. Entrar em uma história, a história singular de um sujeito inscrito na história maior da espécie humana. Entrar em um conjunto de relações e interações com outros homens. Entrar em um mundo onde ocupa um lugar (inclusive, social) e onde será necessário exercer uma atividade.

(Charlot Bernard, 2020).

O pensamento de Bernard retrata claramente a importância que tem o exercício da atividade humana em sociedade, que para manter a vida social e satisfazer suas necessidades materiais necessita transformar a natureza. Portanto ele explora a terra e se adapta aos poucos a todos os outros seres vivos, a natureza e ao clima. Com o desenvolvimento das mãos, da linguagem e do cérebro, o ser humano aprendeu a executar operações cada vez mais complexas (Engels, 1876). Suas mãos, como recurso exclusivo à elaboração de instrumentos, foram essenciais também, para a pesca, a caça e a plantação, no anseio pela alimentação, pela vestimenta e pela habitação. Essa é uma relação em que “[...] cada indivíduo aprende a ser um homem. O que a natureza lhe dá quando nasce não lhe basta para viver em sociedade. É-lhe ainda preciso adquirir o que foi alcançado no decurso do desenvolvimento histórico da sociedade humana” (Leontiev, 2004, p. 264).

Diferentemente do ser humano, os animais interagem com a natureza por uma relação imediata com o meio no qual se encontram; em sua genética, os animais possuem o aparato necessário para manter a vida; já o ser humano, é por meio do trabalho que obtém satisfação material. A satisfação material é realizada pelas atividades, apontadas por Marx e Engels (2009), como base fundamental para que o ser humano se constitua como ser social, o trabalho. Assim, o trabalho “[...] é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza” (Marx, 2017, p. 255)”. Nesse sentido, o processo do trabalho é controlado, mediado e regulado pelo próprio ser humano em que ao desenvolver sua produção material, também realiza suas trocas, mas “[...] que ao mudarem essa sua realidade, mudam também o seu pensamento e os produtos dos seus pensamentos” (Marx; Engels, 2009, p. 32).

Saviani (2007, p. 155) define o trabalho como essencial à vida humana; o ser humano de ontem e de hoje não vive sem trabalhar.

Já que o homem não tem sua existência garantida pela natureza, sem agir sobre ela, transformando-a e adequando-a às suas necessidades, o homem perece. Daí o adágio: ninguém pode viver sem trabalhar. No entanto, o advento da propriedade privada tornou possível à classe dos proprietários viver sem trabalhar. Claro. Sendo a essência humana definida pelo trabalho, continua sendo verdade que sem trabalho o homem não pode viver. Mas o controle privado da terra onde os homens vivem coletivamente tornou possível aos proprietários viver do trabalho alheio; do trabalho dos não-proprietários que passaram a ter a obrigação de, com o seu trabalho, manterem-se a si mesmos e ao dono da terra, convertido em seu senhor.

De acordo com o autor o ser humano faz sua própria história, revoluciona o que está ao seu redor e a si mesmo, organiza a vida em grupo e depois em sociedade, marca o início de um desenvolvimento em que se apropria das riquezas deste mundo participando de um trabalho coletivo, a princípio com atividades direcionadas a produzir sua subsistência, que mais tarde é concentrada nas mãos da classe dominante.

A classe dominante, ou seja, a sociedade burguesa, segundo Marx e Engels (2010, p. 40), “[...] brotou das ruínas da sociedade feudal, não aboliu os antagonismos de classe. Não fez mais do que estabelecer novas classes, novas condições de opressão, novas formas de lutar em lugar das que existiram no passado”. Observa-se que o capitalismo tornou as relações de exploração ainda mais intensificadas ao longo da história. Marx e Engels (2010), em o Manifesto Comunista, contestaram a ideologia burguesa em favor a ideologia comunista, discutindo aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais. Para os autores, o proletariado é a “verdadeira classe revolucionária” (Marx; Engels, 2010, p. 49).

Do século XVIII ao XIX, o avanço da Revolução Industrial se consolidou e marca a história com a ascensão da burguesia, a divisão de classes (proletariados e burguesia) e a expropriação dos meios de produção de uma parte da sociedade, evidenciando dessa forma o capital. Um sistema em que a riqueza produzida pelo trabalho humano é apropriada pela burguesia.

Retomamos um pouquinho antes da Revolução para contextualizar a Idade Média (476-1453), que teve importantes contribuições no processo capitalista. Esse foi um período que avançou com o Sistema Feudal de produção, sistema que demarcou a história do trabalho pela atividade manual, também conhecida pelo artesanato. Nesse período, as produções eram individuais ou de pequenos grupos, com uma carga de criatividade, arte e imaginação. O artesanato se desenvolveu no interior das casas de família, no século XII e foi até

aproximadamente o século XVII (Idade Moderna). O modelo artesanal, dessa época, levava o artesão a aprender a fazer. Suas habilidosas mãos como ferramentas davam-lhe a precisão e a originalidade do trabalho final. O artesanato se constituiu no trabalho individual, independente com controle dos meios de produção. Por séculos, o trabalho artesanal perdurou num processo de valorização para si e para o próprio trabalho, e a educação esteve centrada na aprendizagem, na personalidade de cada mestre, na totalidade de um artesão (Rugiu, 1978; Manacorda, 1989).

De acordo com Marx (2017), o ponto de partida no processo histórico chamado de “acumulação primitiva” foi um processo fundamental para o surgimento do capitalismo como sistema econômico dominante. O auge do capitalismo foi o domínio da burguesia pelas terras e recursos naturais dos povos colonizados e camponeses, assim como, a escravidão e o trabalho forçado, por meio da força da lei e violência. Ao deixar as terras, grandes massas de trabalhadores saíram de seu território para enfrentar o trabalho nas fábricas. A saída do meio rural para o “urbano-industrial” (Conde, 2019, p. 890) corroborou com avanço industrial. Não é para menos que uma grande massa de trabalhadoras/es ficaram sem emprego, desalojados, e sem possibilidade de voltar para o campo para continuar a vida com a agricultura.

Na obra “O Capital” de Marx (2017), o capítulo 24 intitulado “A assim chamada acumulação primitiva”, escrito por Marx no século XIX nos conta “o segredo” de como a classe burguesa se apropriou da matéria-prima, dos meios de produção, da força de trabalho, para estabelecer o sistema capitalista com uma base econômica de desenvolvimento, para o mercado mundial. Logo, com a expulsão dos servos dos feudos, os burgueses separam o trabalhador dos meios de subsistência obrigando-os a viverem da venda da sua força de trabalho. Diz Marx (2017, p. 786) que a

[...] relação capitalista pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições de realização do trabalho. Tão logo a produção capitalista esteja de pé, ela não apenas conserva essa separação, mas a reproduz em escala cada vez maior. O processo que cria a relação capitalista não pode ser senão o processo de separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização de seu trabalho, processo que, por um lado, transforma em capital os meios sociais de subsistência e de produção e, por outro, converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados. A assim a chamada acumulação primitiva não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ela aparece como “primitiva” porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde.

O início do desenvolvimento do sistema capitalista de produção é caracterizado pela manufatura. Na manufatura, não existiam máquinas, apenas ferramentas manuais, mas os trabalhadores eram organizados na fábrica combinando atividades feitas por indivíduos

diferentes. Assim se dão os primeiros passos para a indústria e a “[...] primeira divisão do trabalho [...], de rotinas operativas, dentre de cada setor de produção e de cada estabelecimento, através do qual cada trabalhador realiza agora somente uma parte do processo produtivo completo da sua ‘arte’” (Manacorda, 1989, p. 270).

Com a Revolução Industrial, a manufatura foi aos poucos sendo substituída pela maquinofatura com novas técnicas de produção e novas tecnologias. Nas palavras de Marx (2017, p. 504), “[...] o meio de trabalho liquida o trabalhador [...] quando a maquinaria recém-introduzida concorreu com a tradicional produção artesanal ou manufatureira”. Conforme Marx (2017), os trabalhadores ficam sujeitos ao ritmo de trabalho das máquinas. Além disso, como as máquinas faziam os trabalhos mais pesados, mulheres e crianças passaram a trabalhar nas fábricas também e os trabalhadores passaram a ser mais explorados, não somente um, mas toda a família.

Nas palavras de Marx (2017, p. 504), “O meio de trabalho liquida o trabalhador [...] quando a maquinaria recém-introduzida concorreu com a tradicional produção artesanal ou manufatureira”. Portanto, a burguesia ampliou sua rede de interesses e trouxe novas formas de produção, inserindo máquinas que avançariam na produção de mercadorias e explorariam a força de trabalho humana. O ser humano explorado pelo próprio ser humano, utiliza a sua força de trabalho com a finalidade em produzir mercadorias para criar valor maior que o valor pago ao trabalhador sob forma de salário. De acordo com Marx (2017, p. 495), “[...] toda produção capitalista, por ser não apenas processo de trabalho, mas, ao mesmo tempo, processo de valorização do capital, tem em comum o fato de que não é o trabalhador quem emprega as condições de trabalho, mas, ao contrário, são estas últimas que empregam o trabalhador”.

Ao longo do desenvolvimento do capitalismo e, especialmente com o uso das máquinas nas fábricas, as condições materiais dos trabalhadores no interior das fábricas são decadentes, insalubres, punitivas entre tantas outras atitudes abusivas da burguesia, retratadas por Marx (2017) em sua obra “O capital”. “O sistema de produção vigente pouco contribuiu para o desenvolvimento máximo das potencialidades do trabalhador, distanciando-o, cada vez mais, do gênero humano. O trabalho está precarizado. Isso é fato” (Facci; Urt, 2016, p. 16). Desde então, numa sociedade na qual o capitalismo impera sob o modo de produção, ou seja, numa sociedade capitalista, o trabalho assalariado é alienado, uma vez que o próprio trabalhador vende sua força de trabalho por um salário (Marx, 2010). Na leitura de Antunes (2015, p. 239), “[...] o trabalho alienado (ou estranhado) é a forma como a atividade humana se objetiva na sociedade capitalista, onde o que deveria ser uma *atividade vital* do ser social

que trabalha se converte em mercadoria, e o produto do trabalho aparece como alheio e estanho ao trabalhador”.

Ainda segundo Antunes (2004, p. 8-9), sobre o trabalho,

[...] a sociedade capitalista o transforma em trabalho assalariado, alienado e fetichizado. O que era uma finalidade central dos ser social converte-se em meio de subsistência. A “força de trabalho” [...] torna-se uma mercadoria, ainda que especial, cuja finalidade é criar novas mercadorias e valorizar o capital. Converte-se em meio e não primeira necessidade de realização humana.

A alienação do trabalho, ou seja, a separação entre produtor e produto faz com que a humanização no processo de trabalho seja uma humanização desumanizada. Ressalta-se a importância do trabalho como condutor no processo de humanização. Nesse sentido, a alienação no processo de trabalho se consolida na separação entre produtor e produto, ou seja, quando a força de trabalho é vendida e comprada no mercado, virando mercadoria (Tonet; Lessa, 2004). De acordo com Marx (2010, p. 82, grifo nosso), “[...] o estranhamento não se mostra somente no resultado, mas também, e principalmente, no *ato da produção*, dentro da própria *atividade produtiva*”.

Marx (2017) já salientava que a exploração da força de trabalho humana se intensificou com a invenção das máquinas. Para Marx (2017, p. 495), “[...] o trabalho morto a dominar e sugar a força de trabalho viva”. Nesse sentido, há impacto sobre as condições materiais, ou seja, sobre a jornada de trabalho, a exploração da força de trabalho, as condições de vida, a divisão de trabalho. Desde o surgimento da maquinaria até a atualidade, com o progresso tecnológico e digital, as/os trabalhadoras/es têm realizado suas atividades na produção capitalista sob condições de exploração, com condições de trabalho precarizadas, impactando diretamente na vida dessas/es trabalhadoras/es.

Segundo Marx e Engels (2009) apreender o processo histórico das relações contraditórias com a produção da realidade é importante para a superação da exploração, da alienação, da propriedade privada, de muitas outras subjetividades da vida real no capitalismo. Compreendemos Kosik (1976, p. 15), quando nos mostra a consciência dos indivíduos em transformação, ao asseverar, “[...] fenômenos que povoam o ambiente cotidiano e a atmosfera comum da via humana, que, com sua regularidade, imediatismo e evidência, penetram na consciência dos indivíduos agentes [...]”. É nesse sentido que Cantarelli, Facci e Campos (2011, p. 31) contribuem com a afirmação “[...] é necessário reconhecer o movimento da consciência face às condições de alienação, que caracterizam o trabalho em uma sociedade marcada por relações capitalistas de produção”.

Por isso é tão verdade que a consciência é determinada pelo ser, tanto quanto o ser também é determinado pela consciência, “[...] que as circunstâncias são modificadas pelos próprios homens e o próprio educador tem de ser educado” (Marx; Engels, 2007, p. 533). É assim que se deve compreender a noção de modo de produção em Marx, profundamente interrelacional, dialética, caracterizada pelas determinações recíprocas (Antunes; Pinto, 2017, p. 11).

Torna-se imprescindível nesse modo de produção capitalista buscar mudanças, perceber o mundo do trabalho para além dessas condições materiais aparentes, e desvelar as relações de produção existentes que nos mantêm em condições precárias de subordinação, de subserviência, de sofrimentos.

Discutimos nessa seção a categoria trabalho no sistema capitalista de forma mais ampla. Entendemos que o trabalho, em sua dimensão, é um fenômeno complexo, que abrange aspectos econômicos, sociais e políticos, assumindo particularidades caracterizada pela produção de mercadorias pela exploração da força de trabalho.

Na próxima seção faremos a discussão acerca do trabalho docente e as condições de trabalho na educação infantil, refletindo sobre a profissão docente, majoritariamente realizada por mulheres na produção do trabalho capitalista.

3.2 O TRABALHO DOCENTE E AS CONDIÇÕES DE TRABALHO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

No Brasil, a história revela que a educação brasileira, em particular, a educação infantil, vivenciou intensas transformações a partir da Constituição Federal de 1988. A Carta Magna reconheceu o direito das crianças de zero a seis anos à educação. O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90) reafirma esse compromisso. Mais tarde, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), em 1996, “[...] passa a reconhecer que as creches e pré-escolas, para crianças de 0 a 6 anos, são parte do sistema educacional, primeira etapa da educação básica” (Kuhlmann Jr., 2000, p. 6). Compreende-se que estas transformações se deram, em consequência do crescimento de urbanização, industrialização, a entrada da mulher no mercado de trabalho, da maternidade entre outras (Fernandes, 2010).

Nas décadas de 1980 e 1990, havia um intenso aceleração “[...] na criação e manutenção de creches domiciliares e outras iniciativas similares em todo o Brasil, assumidas pela sociedade civil e pelo Estado, marcada pela não profissionalização e pelo atendimento

em espaço não institucionalizado” (Brant, 2013). O discurso das políticas públicas, direcionado pelo Estado, muitas vezes ficam só na teoria, na prática não se materializam.

Segundo Campos, 2011, p. 218) “Apesar da farta produção acadêmica e mesmo da legislação educacional apontando sua especificidade, esse processo continua a ser desafiado não apenas pela tradição, mas pela lógica produtivista e mercantil do presente”. As políticas e as práticas pedagógicas precisavam ser repensadas, planejadas, discutidas por todos os envolvidos que desejavam uma educação voltada para as crianças pequenas, afinal deve-se discutir sobre condições de vida de sujeitos constituintes da história. Para Kramer, Nunes e Corsino, (2011, p. 72), a educação infantil

[...] implica conhecer e reconhecer que creches e pré-escolas guardam identidades muito diversas, produzidas, ao longo da história, em torno do conceito de educação para crianças de pouca idade. A ideia de educação infantil é uma construção histórica e social, sendo, portanto, impossível conhecê-la apenas pelos critérios legais que a envolvem. O termo é circunstanciado na legislação, mas adquire significação a partir da experiência e do lugar que creches e pré-escolas ocupam no sistema de ensino no Brasil e em outros países.

Kramer (2006, p. 799) contextualiza a educação infantil brasileira entre lutas e discussões acerca das leis instituídas nos anos de 1990, “por coletiva de intelectuais, militantes e movimentos sociais”, que trouxeram importantes debates acerca do perfil do profissional da educação infantil. Desta forma, discussões em torno da formação docente, ampliou-se relacionadas a políticas públicas, práticas e pesquisas científicas, permeadas por concepções de infância, de educação infantil e profissionalização docente (Buss-Simão; Rocha, 2018).

Com a LDB/96 em vigor,

[...] a carreira docente na educação infantil foi equiparada a de professor dos anos iniciais do ensino fundamental. Nesse sentido, a professora de educação infantil passou a ter direito a plano de carreira e a todas as conquistas da categoria, como a inclusão na lei n. 11.738, de 16 de julho de 2008, que institui o piso salarial nacional para professores da educação básica pública. Outra mudança diz respeito ao decreto n. 6.755/2009, que passou a fazer da Política Nacional de Formação, compreendida como compromisso público de Estado e como política permanente de estímulo à profissionalização (Buss-Simão, Rocha, 2018, p. 3).

Para isso, foi preciso, segundo Kramer (2006, p. 802), criar “[...] políticas de formação de profissionais e de estabelecer alternativas curriculares para a Educação Infantil”. Esse foi um compromisso que os sistemas municipais de educação tiveram que assumir, diante das

demandas de uma política educacional com o compromisso no desenvolvimento social, cultural, econômico e político. Como sabemos, a educação infantil no Brasil, constituída pelas creches e pré-escolas, diferencia-se, historicamente, em função da origem social e das faixas etárias das crianças, com a especificidade no educar e cuidar.

Enquanto compreensão do binômio do educar e cuidar, as discussões trazem polêmicas, para o sinônimo de ‘cuidar’, vinculada à esfera da vida reprodutiva. Sabemos que a sociedade capitalista está estruturada no mercado produtivo e reprodutivo, temos a produção da riqueza mediante a força de trabalho humana e a reprodução da vida humana (Sayão, 2020). Para este sentido, as funções atreladas as mulheres, podem ser exemplificadas pela profissão de: enfermeiras, cuidadoras, costureiras, professoras entre outras.

No caso das atividades das profissionais da educação infantil, eram vistas como “[...] cuidadoras, mães, irmãs de caridade, filantropas e demais pessoas que se encarregavam do cuidado e educação das crianças pequenas nos primórdios da sua constituição como espaço necessário de guarda” (Stemmer, 2014, p. 54). Sobre a profissão docente, muitas concepções se deram ao longo do tempo, e estas foram divididas

[...] como maternagem relacionada ao aspecto do cuidado entendido como a satisfação das necessidades básicas de higiene, sono e alimentação, semelhante a ação desempenhada pelas mães; à docência como ensino, quando as professoras buscam se assemelhar às professoras do ensino fundamental através do ensino e da preparação das crianças para o ensino fundamental; à docência como educação e cuidado indissociável sem predomínio ou submissão de nenhum dos aspectos na ação junto as crianças; e como múltiplas funções entendida como uma profissão cujos profissionais assumem múltiplas identidades, um misto de funções e ações junto as crianças, e para tanto necessitam de diferentes domínios de conhecimento (Fernandes⁸, 2010, p. 4).

A profissionalização docente na área da educação infantil “[...]teve um percurso histórico que não possibilitou nem uma formação adequada nem clareza sobre o seu papel como docente” (Stemmer, 2014, p. 61). Podemos dizer que nos dias de hoje o/a professor/a da educação infantil ainda é visto/a como um/a cuidador/a, protetor/a. Há os que compreendem que, por exemplo, ser docente na educação infantil é ser um pouquinho mãe, amorosa, protetora. Alves (2006, p. 7) remete “[...] à tradicional imagem social de mulher doce, ingênua, mãe generosa, abnegada à família, educadora paciente na transmissão dos valores e na formação do bom caráter das crianças [...]”.

⁸Pesquisa realizada com o objetivo em investigar as concepções de docência na educação infantil presente nas dissertações de mestrado cadastradas no Banco de Dados da CAPES entre os anos de 1996-2009.

A mulher, enquanto ser sexuado e reprodutor, carrega um peso de responsabilidade maior que os homens e, por isso, é considerada vulnerável no trabalho em relação ao ser humano. Os problemas de ordem natural, como a gravidez, o aleitamento se correlaciona com os problemas de ordem social. Na vida profissional de uma mulher grávida com filhos e/ou amamentando, o absenteísmo a sobrecarrega, evidenciando ausências com muito mais frequência que o ser humano no trabalho, com isso, provocando descontinuidade do trabalho feminino (Saffioti, 2013). No panorama brasileiro, dados do IBGE confirmam que as mulheres trabalham em média 9,6 horas por semana a mais do que os homens (incluindo atividades domésticas e cuidados com outras pessoas), e ganham apenas dois terços (76%) do rendimento deles. Cabe lembrar que “[...] a mulher, em virtude de seu sexo se constitui um ser mais espoliado” (Saffioti, 2013 p. 76).

Complementando com as palavras de Nogueira (2011, p. 191-192):

O mundo produtivo recebe cada vez mais a força de trabalho feminina, confirmando a sua feminização, situação essa que se apresenta sob a lógica da expansão do sistema capitalista. Esse é um movimento que exige muita atenção da luta feminina, pois ele não deve acontecer sem que se considere a questão da igualdade de direitos da mulher, eliminando do processo as desigualdades existentes. Cabe ainda lembrar que essa inserção acentuada da força de trabalho feminina se dá não pelo interesse do capital na emancipação da mulher, mas pela lógica de uma maior acumulação de valor.

Ao longo do século XX, sobretudo nas últimas décadas, o atendimento em instituições de educação infantil por um lado, se expandiu e foi relevante para a qualidade do processo educativo, por outro lado a referida Lei de Diretrizes e Bases Nacional nº 9.394/96 reorganizou o trabalho no interior das instituições educacionais, mas também sobrecarregou os profissionais da educação com outras funções.

Desta forma as políticas públicas adentraram em todos os níveis de ensino com a intenção de controle total sob os docentes e gestores procurando explorar mais força de trabalho da classe e assim fragilizar as condições de trabalho. Assim, as exigências e pressões relacionadas à atuação docente se intensificou “[...] devido à precariedade que caracterizou historicamente o atendimento como ação emergencial e caritativa” (Alves, 2006, p. 1), sobretudo com as mulheres, uma vez que eram parte fundamental nesse processo.

Mediante a implementação de um modelo administrativo gerenciado por gestores e docentes alterando o seu processo no plano organizacional do trabalho pedagógico das instituições, essas alterações no trabalho contribuiriam para um processo de intensificação do fazer docente.

A sociedade capitalista se deparou com as mulheres no campo de trabalho e a vê como “um mal necessário”, se assim pode-se dizer, sob uma ótica machista. O modo capitalista trouxe a mulher para o trabalho e na proporção da renda familiar o salário foi dividido por dois, explorando a força de trabalho com mão de obra barata e em dose dupla. Com o advento do capitalismo, a mulher está diante de uma sociedade que a enxerga em dupla dimensão (Saffioti, 2013, p. 72): submissa ao homem e excluída das funções produtivas. Numa sociedade em que impera o patriarcado⁹, a mulher é considerada um ser frágil, descabida de sua posição atual, na qual deveria estar em seu lar cuidando da família.

O caráter submisso que há milênios as sociedades vinham moldando nas mulheres facilitava enormemente a elevação do montante de seu trabalho excedente. A consciência que os homens da burguesia tinham da situação da mulher representava também um dado importante da colocação em prática de tal sistema de exploração (Saffioti, 2013, p. 72).

Ao interesse do capital, estamos diante do patriarcado que mantém a mulher sob domínio da vida privada, atingindo as marcas da secularização nas mudanças da estrutura das famílias na sociedade de classe:

A secularização do pensamento é, pois, fenômeno subordinado aos interesses da ordem imperante nas sociedades classes. Os preconceitos, aparentemente retardadores da implantação da ordem capitalista, funcionam no fundo, como fatores auxiliares ponderáveis da conservação dessa mesma ordem (Saffioti, 2013 p. 88).

Saffioti traz elementos consideráveis a uma vida secular, na qual o homem não questiona sua integridade e improvável visão de que o poder está nas mãos de uma minoria. A mulher como supostamente mais frágil, de forma naturalizada não alcança o homem no sistema de produção de bens e serviços. Atualmente, mulheres resistem em tornar-se única responsável pelo lar, desigualdade social, preconceito no trabalho, na esfera pública e privada, pela reprodução etc.

Pesquisas¹⁰ apontam índices significativos evidenciando menor participação das mulheres ainda no mercado de trabalho em relação aos homens e a dedicação às tarefas

⁹ Lélia Gonzalez (2020) traz em seu livro “Por um feminismo afro latino americano”, a discussão sobre o feminismo e racismo, como papel fundante nas lutas e conquistas, neste “capitalismo patriarcal (ou patriarcado capitalista), ele revelou as bases materiais e simbólicas da opressão das mulheres, o que constitui uma contribuição de importância crucial para a direção de nossas lutas como movimento”. Disponível em <https://mulherespaz.org.br/site/wp-content/uploads/2021/06/feminismo-afro-latino-americano.pdf>. Acesso em 10 jan. 2024.

¹⁰ A British Broadcasting Corporation (BBC NEWS, 2019) noticiou em pesquisas realizadas pelo Fórum Econômico Mundial (WEF), que a desigualdade de gênero ainda é um problema no mundo do trabalho, no último ano: menos mulheres do que homens têm entrado no mercado de trabalho; sua participação na política e em cargos sêniores ainda é inferior à masculina, em tecnologia prevalecem os homens. Em *ranking* mundial,

domésticas são uma responsabilidade atrelada ainda às mulheres. Exploradas pelos diferentes papéis que exercem, oprimidas dentro do núcleo familiar e por uma parte da sociedade que as discrimina. Mesmo com as lutas feministas das mulheres nos espaços políticos, fortalecendo ideologias, formando movimentos operário e mudanças sociais ocorridas ao longo do tempo, ainda se percebe uma sobrecarga de tarefas acumuladas no cotidiano das mulheres.

E não seria de outra forma se não as tarefas da profissão docente realizada majoritariamente por mulheres, “[...], mas nem sempre reconhecida [a atividade] como uma profissão que requer formação específica, condições de trabalho e remuneração digna” (Alves, 2006, p. 1). O trabalho docente dessas profissionais é um constante desafio, pois no processo de sujeito ativo de ensino, elas/es organizam seu dia, traçam metas e objetivos de ensino a partir da realidade de cada criança, além de um compromisso com a escola e o sujeito envolvido no processo educativo. Não basta trocar fraldas, alimentar, higienizar, brincar, mas também e, mais do que isso, as funções que se acumulam com outras tarefas que sobrepõe a sala de aula, como as relações com as famílias, reuniões pedagógicas, organização do espaço, cursos de aperfeiçoamentos, planejamentos, avaliações, registros, agendas entre tantas outras tarefas. Estudos de Delgado, Barbosa e Richter (2019), Gomes (2018) e Oliveria (2019) revelam que as atribuições dadas aos profissionais de educação infantil atualmente, trazem consequências relevantes a saúde docente. Para Conde (2018, p. 169), as atribuições direcionam o trabalho docente à “[...] divisão de tarefas, a jornada, os recursos materiais [...], os tempos e os espaços, [...] a avaliação e o desempenho, horário de trabalho, formas de regulação, controle e autonomia, estruturação das atividades escolares, relação, número de alunos por professores etc.”.

Atualmente as condições materiais na vida do trabalhador contribuem com o “[...] prolongamento desmedido da jornada de trabalho [...]” (Marx, 2017, p. 481), aumentando ainda mais a exploração da força de trabalho, devido a ampliação no modo de produção capitalista.

O trabalho precisa de tempo para satisfazer as necessidades intelectuais e sociais, cuja extensão e número são determinados pelo nível geral de cultura de uma dada época. A variação da jornada de trabalho se move, assim, no interior de limites físicos e sociais, porém ambas as formas de limites são de natureza muito elástica e permitem as mais amplas variações. Desse modo,

realizado recentemente o Brasil caiu cinco posições, ficando em 95^a, devido a diferença na participação e oportunidade econômica de gêneros.

encontramos jornadas de trabalho de 8, 12, 14, 16, 18 horas, ou seja, das mais distintas durações (Marx, 2017, p. 306).

Dessa maneira, toda uma relação de trabalho, não somente, mas também “[...] diz respeito ao processo de trabalho e ao mercado de trabalho, mais especificamente, às condições de emprego, ou seja, formas de contratação, remuneração, carreira e estabilidade” (Oliveira; Vieira, 2012, p. 156). Portanto as condições de trabalho estão atreladas à produção da força de trabalho, às relações e às atribuições imediatas.

Segundo Oliveira, (2019a, p. 62),

[...] tais indícios nos apontam que a precarização do trabalho se tornou questão crucial na vida do professor a partir da junção e sobreposição dos elementos do tripé: salários, jornadas e contratos que, por analogia, poderiam se converter respectivamente nos termos: empobrecimento, intensificação do trabalho e instabilidade”. Estes elementos, ao relacionarem e se sobreporem, constituem o cenário material de precarização docente em conjuntura neoliberal no Brasil [...].

Essas contradições estão no bojo do sistema capitalista que mascara sua real intenção à classe trabalhadora. O cenário atual condiciona a educação a uma nova reorganização produtiva, na qual o salário docente não acompanha este vigente paradigma que pressiona o/a trabalhador/a vender mais força de trabalho. O trabalho torna-se cada vez mais precário e subordinado ao patronato. Estamos diante de um ataque neoliberal, de uma educação hegemônica em que o tecnicismo é predominante na sociedade midiática. Os novos modelos de serviços terceirizados ameaçam a classe trabalhadora, e seus direitos historicamente conquistados. O/a trabalhador/a perde seus aparatos (férias, aposentadoria, Fundo de Garantia) e o trabalho torna-se uma obrigação. Nessa “nova” relação de trabalho, a educação pública está afetada diretamente pelas vias de coerção.

O professor está ameaçado, pressionado, abandonado a profissão, com salário e carreira precarizados. Jargões empobrecedores apesar da aura positiva – professor polivalente, empreendedor, protagonista, inovador, eficaz, nota 10, empoderado – adjetivam-no e pretendem desconstituí-lo no que tange às suas funções profissionais específicas de viabilizar a apropriação crítica e ativa do conhecimento histórico e socialmente produzido (Shiroma *et al.* 2017, p. 20).

No panorama brasileiro, de acordo com a CNTE, atos e paralizações acontecem em diversos cantos do país, sindicatos se mobilizam para melhorar as condições de trabalho, salário e carreira da categoria (2018). A educação brasileira tem enfrentado as barbáries do

governo, que avança com seu “[...] orquestrado de interesses privados do capital com o alto nível manipulatório da opinião pública e negociações espúrias do interesse público no Congresso Nacional [...]” (Shiroma *et al.* 2017, p. 19).

A valorização profissional na carreira do magistério tem provocado embates, lutas e resistência entre gestores públicos e Sindicato, que juntamente com a categoria de docentes vão às ruas reivindicar o novo piso salarial. Pelos documentos legais, respaldados na Constituição de 1988, no art. 206, inc. V, é legítimo um mínimo garantido. A Carta Magna “[...] determina a valorização dos profissionais de ensino, garantidos, na forma de lei, plano de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos [...]”. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96), no seu art. 67, reafirma os princípios constitucionais de ensino e assegura nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público. Desde então, as/os profissionais obtiveram a instituição do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN), por meio da Emenda Constitucional nº 53, de 2006 e da Lei nº 11.738/2008 (Oliveira; Vieira, 2012, p. 154). Esse piso entrou em vigor apenas em 2011, quando o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu sua constitucionalidade.

O assalariamento está presente desde a origem do modo de produção capitalista, mas atualmente com a nova forma de trabalho e a flexibilização da jornada, o que vemos, é a redução dos direitos trabalhistas e a ascensão do trabalho informal e desregulamentado. Na expressão de Antunes (2009, p. 99), “aquela-que-vive-do-trabalho” chega à ruína e luta diariamente por melhores condições de trabalho e de vida. E dessa forma as lutas crescem, os movimentos sociais saem as ruas para manifestar ordem, força, resistência, coragem, a classe-que-vive-do-trabalho. Em 2014, foi aprovado pelo Congresso Nacional, com a Lei nº 13.005/2014, o PNE, (2014-2024), que reafirma o compromisso com os educadores brasileiros. Em seus 14 artigos, estabelece 20 metas para serem atingidas no decênio e ainda conta com estratégias a serem aplicadas com intenção de alcançá-las. Mas, estamos no final da vigência do Plano, e há uma expressão negativa no cumprimento das metas estabelecidas. São divulgados relatórios na mídia apontando que 86% dos objetivos previstos ainda não foram cumpridos e 45% das metas estão em retrocesso, e ainda falta dados para análise de resultados (Balanço, 2022).

As demandas continuam sob as políticas públicas que norteiam o novo currículo construído, delineado na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). O MEC, lançou a “nova” BNCC em 2017, elaborada pelo setor público e privado, impactando diretamente nas políticas que correspondem “[...] aos currículos escolares, à formação dos profissionais de educação,

bem como os processos avaliativos nas escolas e sistemas de ensino” (Aguiar; Dourado, 2018, p. 7). Os interesses para o campo da educação

No campo educacional, a BNCC foi alvo de muitas especulações. Adrião e Peroni (2018, p. 51) destacam que foi uma

[...] ampla dimensão da privatização, um “movimento” de base empresarial que, “por fora” do Estado, é investido de prerrogativas de governo. Mesmo que o texto tenha sido objeto de “consultas” pulverizadas e online, a participação organizada de educadores e universidades foi insuficientemente considerada.

Questões necessária e pertinente para a área da educação deveria ser presente a públicos-alvo, como comunidade escolar, professoras/es das escolas de educação básica e formadores. Como diz Peroni e Caetano, 2015, p. 343) “[...], definir uma política tão importante para o País com pouca participação dos principais envolvidos, os professores e formadores, pode ser um risco à educação brasileira”.

Ademais, o documento aprovado, ainda repercutiu diversas discussões quanto a questões de gênero e afins por setores conservadores, que tinham interesse na exclusão do conteúdo. O processo na elaboração do currículo foi vasto e denso, e tornou-se um campo de disputa na educação. Contudo, não alcançou o conhecimento por dentro das escolas, por onde se aprende a fazer no dia a dia, no contexto que está inserido na cultura social, no convívio com o outro, na constituição familiar, nos “[...] currículos criados em cada dia, em cada aula [...]. Felizmente, as escolas não são um campo vazio, são *espaços tempos* de práticas curriculares de produção e circulação de conhecimentos [...]” (Oliveira, 2018, p. 57).

Nesse contexto, percebemos o Estado como um representante da burguesia desempenhando um papel ativo na reestruturação produtiva do capitalismo no contexto do neoliberalismo, na legitimidade em precarizar o trabalho por meio de mudanças político-jurídica, como a Reforma na BNCC. O Estado é o que facilita a entrada do capital privado no serviço público da educação, eximindo-se de chamar efetivos, fazer concursos. Torna-se mais barato contratar terceirizados, uma vez que demite e contrata sem direitos, pois o custo é menor, embora ele não faça isso diretamente, cria condições para a burguesia empresarial. Nas palavras de Saflate, Silva e Dunker Junior (2021, p. 264), “No neoliberalismo, por sua vez, o Estado deixa de ser pensado como um fim em si mesmo e passa a ser concebido como um regulador minimalista do mercado como tal”. As investidas neoliberais têm contribuído para promover a precarização do trabalho docente.

A educação está sob o domínio da gestão empresarial que de um lado atua como agente, na defesa de uma proposta articulada no desmonte da educação pública, e por outro lado defende o ascender de uma educação mercantilizada, privatizada, flexível, ajustável aos interesses do capital. Gestão essa que envolve setores diversos, como institutos, fundações e organizações empresariais, formados pelo Movimento Pela Base (MPB)¹¹ que inclui, além de outros, o movimento Todos Pela Educação (TPE)¹². As mudanças ocasionadas com a troca de governo, corroboraram com drásticas modificações nas políticas públicas educacionais e adentraram ainda mais no plano de privatização ao bel prazer do capital e dos monopólios empresariais, com a educação produzindo conhecimento a serviço da burguesia, pela força de trabalho intensificada, e em condições precárias de trabalho.

É neste sentido que a

Educação está sendo sequestrada pelo empresariado para atender a seus objetivos de disputa ideológica. A educação, vista como um “serviço” que se adquire, e não mais como um direito, deve ser afastada do Estado, o que justifica sua privatização. Do ponto de vista ideológico, a privatização também propicia um maior controle político do aparato escolar, agora visto como “empresa”, aliado à padronização promovida pelas bases nacionais comuns curriculares e pela ação do movimento “escola sem partido”, este último, um braço político da “nova” direita na escola” (Freitas, 2018, p. 29).

O autor chama atenção para um contexto neoliberal nos processos produtivos com novas demandas coordenado pela OCDE e agências internacionais, “visando a inserção das cadeias produtivas nacionais na lógica das cadeias internacionais, o que exige um alinhamento com as necessidades da “Revolução Industrial 4.0 e as reformas que ela demanda” (Freitas, 2018a, p. 29). Comenta na necessidade de que em breve é preciso nos aprofundar nos estudos e organizar a resistência.

¹¹ Movimento Pela Base (MPB) “Grupo composto de grandes instituições privadas que tem se articulado com instituições educacionais globais, visando promover mudanças na educação dos países, especialmente no currículo e avaliação e, conseqüentemente, na formação docente, entre outros [...]. Destacamos algumas instituições privadas ou fundações e institutos aos quais os integrantes representam, como a Fundação Lemann, principal apoiadora e articuladora da reforma curricular, Cenpec, Instituto Natura, Instituto Ayrton Senna, Instituto Unibanco [...]” (Peroni; Caetano, 2015, p. 345-346). O Movimento tem atuado desde 2013, com o intuito em facilitar a construção de uma base de qualidade.

¹² O Movimento Todos Pela Educação visa se articular com as instituições apoiadoras do Movimento pela Base e vários de seus membros têm assento no Fórum Nacional de educação, criado pela Portaria MEC nº 1.407/2010. “Esse movimento é um dos parceiros de diferentes organizações e eventos relacionados ao tema, tendo seus representantes como membros do Movimento pela Base. [...], Consed e Undime estão lado a lado do Todos pela Educação. Visa fortalecer, no meio empresarial, a importância de um organismo com capacidade para defender interesses de classe e intervir na definição de políticas educacionais do Estado” (Martins, 2009 *apud* Peroni Caetano, 2015, p. 346).

Chegamos na ascensão da nova era digital que rapidamente invadiu a vida das pessoas, a partir da reestruturação global e da acumulação flexível, no qual Antunes (2015, 2020b) e Previtali (2020, 2021), entre outros trazem uma vasta discussão sobre essas novas formas no modo de produção. Questões estas atuais que preocupam a classe trabalhadora e levam sindicatos e grupos diversos a lutarem e resistirem a qualquer investida do capital que ameaça a educação pública e suas/seus trabalhadoras/es.

3.3 INDÚSTRIA 4.0 E O ADOECIMENTO DOCENTE NA EDUCAÇÃO

No percurso histórico temporal, acompanhamos as transformações científico-tecnológico significativos para o mundo do trabalho nos países de capitalismo avançado na década de 1980. Foi um tempo de inovação tecnológica, experiências, dúvidas com a expansão na linha de montagem taylorista e fordista.

O auge tecnológico, isto é, “[...] a automação, a robótica e a microeletrônica invadiram o universo fabril, inserindo-se e desenvolvendo-se nas relações de trabalho e de produção do capital” (Antunes, 2015, p. 33). Os padrões de produção taylorista e fordista realizaram suas linhas de montagens na produtividade em série e em massa. Essas produções ocupavam um vasto mercado sob a administração científica, com um sistema de organização industrial, que tinha como objetivo otimizar as tarefas desempenhadas nas empresas, pela organização e divisão de funções dos trabalhadores. Antunes¹³ (2015), corrobora com um vasto discurso sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo trabalho com a abordagem na área da economia e política, mencionando algumas dessas mudanças e transformações ocorridas na década de 1980 em que afirma que a “classe-que-vive-do-trabalho sofreu a mais aguda crise deste século, que atingiu não só a sua materialidade, mas teve profundas repercussões na sua objetividade e, no íntimo inter-relacionamento destes níveis, afetou a sua forma de ser” (Antunes, 2015, p. 33).

A fase de expansão do taylorismo/fordismo trouxe também novos acidentes de trabalho e adoecimentos que fizeram parte da atividade laboral no cotidiano do trabalho. O autor chama atenção para as enfermidades específicas das mais novas formas de organização do trabalho e da produção. Assim, por um lado, são alocados juntos, grupos de trabalho que têm finalidade em comum, para dar conta de atividades que requerem mais agilidade, para as quais

¹³ Livro de Ricardo Antunes (2015) sobre “Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho.

[...] além da submissão a uma série de mecanismos de gestão pautados na pressão psicológica voltada ao aumento da produtividade”. Por outro lado, uma parcela da classe trabalhadora, numericamente superior, passa a experienciar, cada vez mais, diferentes modalidades de vínculos e condições de trabalho em ambientes que articulam menor desenvolvimento tecnológico a jornadas mais extensas, maior insegurança e vulnerabilidade” (Antunes, 2020, p. 144).

Nesse sentido, o trabalho flexibilizado seria o principal condutor à nova divisão do trabalho, na qual trabalhadores de um lado operam um maquinário mais avançado, com mais tecnologia, e que estão mais suscetíveis à flexibilização e à intensificação. A flexibilidade ou flexibilização do trabalho adoecido, trouxe como meio de vida para a classe trabalhadora, intensificação, enfermidades na vida laboral e pessoal, com diferentes condicionantes expressos no desemprego, na fome, na desestrutura familiar, na exploração entre tantos. A flexibilização como base do adoecimento para Antunes (2020b, p. 145),

[...] constitui hoje uma espécie de síntese ordenada dos múltiplos fatores que fundamentam as alterações na sociabilidade do capitalismo contemporâneo. Do ponto de vista de seu impacto nas relações de trabalho, a flexibilização se expressa na diminuição drástica das fronteiras entre atividade laboral e espaço da vida privada, no desmonte da legislação trabalhista, nas diferentes formas de contratação da força de trabalho e em sua expressão negada, o desemprego estrutural.

Desse modo, o capital alcançou formas diversas de reestruturar o modo de produção no sistema capitalista em prol a seus interesses econômicos, corrompendo o sentido da vida, as condições materiais da vida, as relações coletivas e individuais de cada indivíduo trabalhador/a. Todas as formas que o capital encontrou de explorar mais a força de trabalho levaram a um sistema que está fazendo jus à realização na economia, na produção, no lucro e no consumo, com isso fazem com que “[...] os capitais se utilizem da força excedente de trabalho para intensificar ainda mais a ampliação dos níveis de exploração e a consequente precarização da classe trabalhadora” (Antunes, 2020b, p. 62).

Esse é um cenário crítico que avançou rapidamente na transição do século XX para o século XXI, com a expansão da chamada Indústria 4.0¹⁴. Segundo estudos realizados por

¹⁴ A proposta da Indústria 4.0 nasce na “Alemanha, 2011, concebida para gerar um novo e profundo salto tecnológico no mundo produtivo (em sentido amplo), estruturado a partir das novas tecnologias da informação e comunicação (TIC), que se desenvolvem de modo célere. Sua expansão significará a ampliação dos processos produtivos ainda mais automatizados e robotizados em toda a cadeia de valor, de modo que a logística empresarial será toda controlada digitalmente” (Antunes, 2020b, p. 13-14).

Previtali e Fagiani (2020, p. 219), estamos lidando com a “Quarta Revolução Industrial ou Indústria 4.0¹⁵, impulsionada pelo recente desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC)”. Esta é criada por comando de sistemas robotizados, que possam aprender a solucionar problemas com grande rapidez e flexibilidade, substituindo as “operações mentais humanas pelas máquinas” (Previtali; Fagiani, 2020, p. 219). Sob nova égide, o capital se expandiu, assumindo novos patamares, alterando a “[...] forma e o conteúdo na organização do trabalho e da produção, nas relações de poder e nas relações sociais globais que correspondem a um patamar superior de civilização urbano-industrial, resultante de movimentos contraditórios, inerentes às relações sociais capitalistas” (Neves; Sant’Anna, 2005, p. 19), em que o capital assume faces escamoteadas, e que ficam evidentes nas mudanças ocorridas

[...] no plano econômico, a reprodução ampliada do capital – sob a direção do grande capital, a partir do emprego diretamente produtivo da ciência e da técnica –, a expropriação crescente do trabalho pelo capital e a extração da mais-valia, por intermédio da intensidade do trabalho e do aumento da produtividade da força de trabalho. No plano político, um Estado que intervém nos rumos da produção e nas relações político-sociais com vistas à legitimação dos padrões de relações sociais vigentes (Neves; Sant’Anna, 2005, p. 20).

A nova gestão de produção inseriu no mercado de trabalho, tecnologia mais avançada, inteligência artificial como a informação digital, sob o comando do capital financeiro. Aparelhos digitais, como “[...] celulares, *tablets*, *smartphones* e assemelhados cada vez mais se converterão em importantes instrumentos de controle, supervisão e comando nesta nova etapa da ciberindústria do século XXI” (Antunes, 2020a, p. 15).

O autor trouxe como exemplos, Amazon e Uber, que atuam diretamente por aplicativos e invadem a casa das famílias, assim como invenções de máquinas que trabalham sem a efetiva força de trabalho do ser humano, da “Uber do futuro”, que não tem motoristas, nas “lojas da Amazon”, que funcionam sem as/os trabalhadoras/es (Antunes, 2020a). Esses processos no trabalho sinalizam a “[...] exploração e espoliação ilimitadas da força de trabalho até a extinção completa do trabalho humano” (Antunes, 2020a, p. 15).

Esse projeto acentuado por conglomerados de grandes empresas tem o interesse na ampliação do trabalho morto com “[...] máquinas tecnológicas, digitais, inteligência artificial,

¹⁵ O termo Indústria 4.0 surge com destaque internacional pela primeira vez quando da sua apresentação na Hannover Messe Fair, na Alemanha, fruto da proposta de três engenheiros alemães, em 2011 (Previtali; Fagiani, 2020).

a impressora 3D, o *big data* etc.” (Antunes, 2020a, p. 14), conduzindo todo o processo produtivo, pela redução do trabalho vivo – força de trabalho do trabalhador “[...] viabilizada pela substituição de atividades tradicionais e mais manuais por ferramentas automatizadas e robotizadas, sob o comando informacional-digital” (Antunes, 2020a, p. 14).

Fenômeno esse também mencionado pelo autor como a “era da Quarta Revolução” precariza as relações e condições de trabalho que se realizam sobretudo nos serviços terceirizados e flexibilizados. Nesse sentido, Antunes e Pinto (2017, p. 18) entendem vias duplas de alienação. Se por um lado emergem particularidades e singularidades, “[...] por outro, o modo de produção capitalista na contemporaneidade manteve essencialmente os seus trapos ontológicos fundamentais alienares, quer em sua variante taylorista e fordista, quer em seu experimento toyotista”.

Nesse contexto, a educação escolar expressa as contradições desse movimento amparado pelo aparato ideológico e técnico em que “[...] o próprio docente, principal agente do processo formativo escolar passa por um processo de (trans)formação” (Previtali; Fagiani, 2020, p. 218).

Os autores chamam a atenção para o perfil das/os professoras/es e seu vínculo empregatício pós-reestrutura no modo de produção capitalista neste século. Em sua pesquisa, os resultados indicam que “[...] os docentes mais jovens tendem a não se manter na carreira docente, marcada por uma crescente precarização das condições de trabalho e vida” (Previtali; Fagiani, 2020, p. 219).

O processo em que o capital gerencia e propriamente cria suas faces leva a sociedade a enfrentar crises históricas, que conseqüentemente impactam na vida de trabalhadoras/es do mundo inteiro. As crises do pós-guerra, como a crise da bolsa de valores, do petróleo e a recente crise estrutural do capital “[...] reverbera com voracidade seu ciclo recessivo no Brasil, tornando visíveis as contradições inerentes do sistema do capital” (Leher; Vitória; Motta; 2017, p. 251).

Simultaneamente a esse cenário brasileiro, vivenciamos em 2020, uma pandemia de Covid-19, que infectou grande parte da população no mundo todo. A humanidade entrou em pânico e foi necessário o isolamento social. O mundo parou!

Quando o mundo estava em alerta, buscando controlar a contaminação, o Brasil já estava passando por reformas na base da economia e da política. Antunes (2020a, p.13) considera que foi “[...] no solo da crise estrutural do capital que a pandemia de Covid-19 se proliferou intensamente e, em poucos meses, já levou à morte milhares de pessoas em todo o mundo, além de desempregar milhões de trabalhadores e trabalhadoras”. Foi no mandato do

presidente Jair Messias Bolsonaro (2018-2022), que o vírus da Covid-19 se alastrou Brasil afora, e numa política de descaso à sociedade, o presidente desconsiderou qualquer medida adotada no combate ao vírus, como vacinas e medidas de isolamento recomendadas pelo Conselho Nacional da Saúde (CNS, 2020). Foi um momento de aflição, medo e vulnerabilidade social. A taxa de mortalidade foi a segunda maior da América Latina.¹⁶

No contexto catarinense, representantes governamentais tanto do estado quanto do município também postergavam “[...] aos indivíduos todo o cuidado necessário com poucas restrições ao distanciamento social e sem respaldo econômico-financeiro para o isolamento” (Souza *et al.*, 2021, p. 27).

O sistema educacional com a pandemia tornou-se um caos na vida escolar de todas/os estudantes, profissionais da educação e família. Na forma de teletrabalho, docentes utilizaram recursos digitais impactando diretamente as práticas pedagógicas e as condições do trabalho docentes. Em destaque, Prestes e Tunes¹⁷ (2021, p. 14) afirmavam que

[...] muitas instituições de educação (públicas e particulares e dos mais diversos níveis) estão obrigando os professores a “darem aulas” via plataformas digitais, a fazerem “lives” para os alunos, a enviarem tarefas via *e-mail*, chegando ao cúmulo de exigir que professores da educação infantil gravem vídeos com atividades e brincadeiras para crianças de 2 anos. E como se não bastasse isso, solicita-se aos responsáveis que gravem as crianças fazendo a atividade e enviem aos professores.

No ápice da pandemia de Covid-19, a modalidade de trabalho docente por plataformas e aplicativos sofreu protestos das/os profissionais da educação, haja vista, a ausência de debate, formação e planejamento por parte do governo, que de maneira “[...] aligeirada, sem um debate mais aprofundado acerca de seu alcance com equidade de condições de acesso, num quadro de aprofundamento da precariedade das condições de trabalho e de vida da classe trabalhadora” (Previtali; Fagiani, 2021, p. 506).

Isso deixou as escolas sem o mínimo de suporte tecnológico, necessitando as/os professoras/es usarem seus próprios aparelhos (celulares, *notebook* ou *tablet*) e internet pessoal para realizarem as aulas remotas. Mas há quem defendeu esse modelo com o objetivo nas vendas desses *softwares digitais*, desde as “[...] empresas educacionais, como o Grupo Lemann, vinculado às grandes corporações de tecnologias digitais, como a Amazon, a

¹⁶ Para saber mais, ver: Conselho Nacional de Saúde (2020).

¹⁷ As autoras são prefaciadoras da obra *Psicologia, educação e desenvolvimento*, de Lev Semionovitch Vigotski. Para saber mais, ver: Vigotski (2021).

Microsoft, o Facebook, a Apple e Alphabet/Google” (Previtali; Fagiani, 2021, p. 501). Coube, nesse momento, questionar: para quem a pandemia de Covid-19 interessou?

Relatório divulgado pela Oxfam Brasil¹⁸ (2022) sobre pesquisa realizada acerca de vantagens de empresas que enriqueceram depois de uma devasta pandemia de Covid-19, que desestabilizou toda a humanidade. Segundo o documento, “a dor de muitos é o lucro de poucos”. As empresas, como as de alimentos, de energia, de tecnologia, de medicamentos ficaram bilionárias e os lucros corporativos cresceram aceleradamente (Oxfam, 2022, p. 3). Enquanto isso, ainda, segundo a Oxfam (2022, p. 1), “[...] milhões de pessoas ao redor do mundo enfrentam uma crise de custo de vida devido aos efeitos contínuos da pandemia de Covid-19 e ao rápido aumento dos preços de bens essenciais, incluindo alimentos e energia”.

O desemprego atingiu quantidades de assalariados, o capital teve um papel fundamental no “[...] ciclo de valorização do valor, especialmente pela criação de um enorme excedente de força de trabalho que subvaloriza quem se mantém no universo do trabalho assalariado” (Antunes, 2015, p. 260).

À medida que o capital se estruturava, cada vez mais a subsistência do trabalhador consistia exclusivamente da atividade laboral para sobreviver, vivenciando situações precárias e assombrados constantemente pelo medo do desemprego, quando a procura é maior que a oferta. Nesse contexto, Ricardo Antunes enfatizava sobre a delicada saúde das/os trabalhadoras/es e afirmava que os adoecimentos físicos ou mentais “[...] não são fenômenos novos, mas processos tão antigos quanto a submissão do trabalho às diferentes formas de exploração” (Antunes, 2020a, p. 143).

Na educação, a pandemia de Covid-19 também deixou a população escolar vulnerável e instável, no que corresponde à saúde das/os alunas/os, professoras/os e funcionárias/os. O nível de adoecimento se intensificou na emergente demanda organizacional educativa para todas/os. Famílias desprovidas de acesso para levar seus/suas filhos/filhas à escola; professoras/es envolvidas/os ora com as tarefas domésticas, ora com as tarefas docente, além das condições de trabalho precarizadas já retratadas anteriormente.

O período da pandemia prejudicou todo o processo de ensino-aprendizagem em todos os níveis da educação, em especial a Educação Básica, nível esse no qual as crianças precisam do contato visual, motor, social etc.; para seu desenvolvimento cognitivo, afetivo, emocional, essenciais para o “processo formativo do ser humano” (Previtali Fagiani, 2021).

¹⁸ Oxfam Brasil é uma confederação internacional composta de uma rede de 20 organizações interligadas presente em mais de 90 países, parte de um movimento mundial pela mudança, para construir um futuro sem a injustiça da pobreza (Oxfam – Briefing de Mídia, 2022).

Destacamos, a partir dos autores, que a Nova Gestão Pública (NGP)¹⁹ facilitou o processo de precarização e intensificação do trabalho com a possibilidade nos contratos temporários, nas terceirizações e privatizações, com uma proposta “[...] na reestruturação da gestão pública, fundada na prestação do serviço com vistas ao bem comum, e sua adequação aos novos tempos, determinados pela lógica da mercadorização” (Previtali, Fagiani, 2020, p. 218).

Neste processo, pode-se dizer que o trabalho das/os profissionais está cada vez mais moldado e controlado pelo sistema capitalista. Estas imbrincadas relações entre “[...] trabalho vivo e trabalho morto e expansão do chamado setor de serviços (Antunes, 2020b), a subsunção do trabalho docente ao capital está deixando de ser formal e passando a ser real” (Previtali; Fagiani, 2020, p. 230). Isso pode envolver mudanças na forma como o trabalho é organizado, na sua estrutura curricular, nos métodos de ensino etc. Todos estão sob uma lógica capitalista, projetado para a eficiência, a produtividade e a lucratividade. Desta forma,

[...] o processo de trabalho docente, sob o impacto da Indústria 4.0 e da Nova Gestão Pública (NGP), tem vivenciado transformações que levam à perda de autonomia para tomada de decisões sobre os meios e os fins do processo educacional. A expropriação do saber e a consequente perda de autonomia sobre o que fazer e como fazer podem ser observadas por meio da introdução de mecanismos informacionais que aprimoram a burocracia de controle e levam objetivação do saber docente em procedimentos preestabelecidos nos manuais de ensino, nas apostilas e nas avaliações já preparadas pela administração escolar e governamental (Previtali; Fagiani, 2020, p. 230).

A pressão para atender às demandas de um sistema cada vez mais mercantilizado tendem a levar profissionais da educação ao sofrimento psíquico e Dunker (2021, p. 44) explica

Em uma situação social no qual todos os setores da vida são indexados a partir de uma visão unitária baseada na generalização da racionalidade econômica, na generalização de uma mesma gramática da experiência para todas as esferas da ação humana, o quadro clínico fundamental para a definição do sofrimento psíquico não poderia ser outro além exatamente da perda da capacidade de organizar as dimensões da vida a partir de um princípio geral de unidade, de coerência e de síntese.

¹⁹A Nova Gestão Pública cumpre um papel fundamental no reordenamento da esfera político-jurídica de regulação social em prol social do capital e contra o trabalho sob três aspectos fundamentais: a) privatizações diretas de setores públicos e/ou parcerias com o setor privado, implicando a transferência de recursos públicos para o privado; b) injeção de fundos públicos, perdão e/ou redefinição de multas e impostos de empresas privadas; e c) desregulamentação das relações laborais, reduzindo os custos do trabalho para o capital (Previtali; Fagiani, 2020, p. 222).

Além de Dunker (2021), temos Esteves (1999), Codo (1999), Dejours (2015), Facci e Urt (2016), que compreendem uma ordem neoliberal de formulações a novas demandas no mundo do trabalho em que profissionais da área da educação estão adoecendo física e psiquicamente. A Nova Gestão Pública, tem corroborado para a “[...] desvalorização, a perda de identidade e a desqualificação do trabalho docente na Educação Infantil” (Bezerra; Baptista, 2019, p. 1). À proporção que aumenta as atividades realizadas no decorrer do dia, também aumenta a carga de intensificação do trabalho, contribuindo então para o adoecimento. Nos escritos de Esteves (1999, p. 63) o Absenteísmo como toda a “[...] forma de buscar um alívio que permita o professor escapar momentaneamente das tensões acumuladas em seu trabalho, como, licença saúde, faltas injustificadas e atrasos”, está frequente entre professoras e professores que lidam com a labuta diária em sala de aula.

3.4 CONSIDERAÇÕES ACERCA DO CAPÍTULO

A pesquisa apresentou a partir da literatura clássica e contemporânea, alguns princípios e definições sobre o ser humano, a natureza e o trabalho, numa reflexão dialética entre a relação do trabalho com o homem e a natureza, partindo de elementos essenciais a nossa existência através da perspectiva do materialismo histórico-dialético, por sob a luz de autores marxistas, como (Engels e Marx, 2009, 2010; Marx, 2010, 2017; Rugiu, 1978; Manacorda, 1989; Saviani, 2007; Antunes, 2004, 2015, 2017 entre outros).

Também refletimos ligeiramente, por não ser o foco da pesquisa, mas que nos coloca no tempo, para compreendermos o lugar da mulher na história da profissão docente. A história das mulheres contadas por autoras, como (Saffioti, 2013; Perrot, 2017; Nogueira, 2011; Vergès, 2020, entre outras) tratou de questões que foram pertinentes para pensarmos numa postura feminista, antirracista e decolonial. A conquista das mulheres no meio social, no mercado de trabalho, na vida privada, por conta de vozes patriarcais, racistas e preconceituosas, a liberdade ainda paira por sob as nossas cabeças enquanto o sistema capitalista não for superado.

Por conseguinte, o trabalho docente, que na sua maioria é realizado por mulheres que vivenciam condições reais de trabalho destas profissionais na educação infantil que está precarizado, subsumido pelo capital, invisibilizado pela sociedade e intensificado pela exploração do trabalho. A desprofissionalização é outro assunto que se torna prioridade nas

pautas de debates, com a desvalorização profissional, salários baixos, sobrecarga de trabalho, a/o professor/a tende a sentir-se desanimado, desvalorizado e desmotivando em seguir adiante.

Nas discussões realizadas, as más condições de trabalho retratadas na práxis pedagógica, no mal-estar docente, na precarização dos meios de produção e na intensificação do trabalho, impulsionada por movimentos neoliberais, privatistas e a parceria do Estado que tem representado a burguesia. O discurso engessado, mercantilista, privatista, tem interesse no desmonte da educação pública, na formação aligeirada das novas gerações que entrarão no mercado de trabalho. As investidas neoliberais têm contribuído para promover a precarização e a intensificação do trabalho docente, portanto tende a levar as/os docentes ao adoecimento.

Por fim a Indústria 4.0 e o adoecimento docente, que marcou o século XX com a inovação tecnológica, que revolucionou a indústria com linha de montagem realizada por série e em massa. Por outro lado, a sociedade foi adoecendo e sendo explorada pela burguesia da época. No século XXI, a Indústria 4.0, trouxe máquinas mais poderosa de alto nível. Atualmente só se fala em automação, robótica, microeletrônica com um universo fabril de mercado organização nas tarefas de alto padrão.

Portanto, questionamos qual o sentido do trabalho nos dias de hoje? Trabalho flexibilizado, sem direito algum, ampliação da jornada, contrato de trabalho intermitente, produção da força de trabalho mais intensificada, o fim do trabalho assalariado e o início de um precipício à classe trabalhadora?

Isso se remete também a categoria de professoras/es, que Previtali (2020), chama tanto a atenção, quando menciona que as/os docentes estão passando por um processo formativo escolar de (trans)formação. Mas enquanto isso, o momento atual, nos mostra um quadro de docentes na ativa adoecidos pelas mazelas dos gestores públicos, com a falta de qualificação, seja, na formação docente, na carreira, na estrutura escolar, no compromisso com uma educação humanizada, crítica e libertária.

Em síntese, a discussão aqui apontada é parte da realidade vivida pela classe trabalhadora que tem enfrentado os impactos das transformações mundiais sobre o modo de produção capitalista que corrobora com a precarização no mundo do trabalho e que vem dessa forma afetando as/os trabalhadora/es, da educação pública, que por vezes estão adoecem com a fragilizando das condições de trabalho e de vida.

4 RELAÇÃO ENTRE O ADOECIMENTO DOCENTE E AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DA EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE FLORIANÓPOLIS

4.1 REFORMAS EDUCACIONAIS E OS IMPACTOS SOBRE AS CONDIÇÕES DE TRABALHO

As transformações sociais, científicas e tecnológicas, impactadas pela globalização do capital, baseada na reestruturação produtiva, estão afetando diretamente o campo da educação, com o direcionamento para um novo perfil de profissional da educação. Essas mudanças vêm ocorrendo desde o final do século XX e continuam no século XXI até o presente momento. Impostas pelo capital numa lógica de aceleração ao desenvolvimento econômico, as novas políticas públicas educacional estão direcionadas para o mercado de trabalho, para a privatização com visão monopolista e gerencialista. As reformas trazem controle de novas gestões sobre o trabalho docente, influenciam e transformam a realidade da escola, alteram valores culturais, desvalorizam a profissão.

Vamos adentrar com a abordagem política e econômica proposta por alguns especialistas, como Nazário (2011), Melgarejo (2017), Seki *et al.* (2017), Oestreich (2020), entre outros que discutiram sobre o destino da educação brasileira, em prioridade como foco de estudo a educação infantil de Florianópolis a partir da entrada de organismos multilaterais (OMs), como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o Banco Mundial (BM).

Com olhar em novos investimentos, os países capitalistas, em destaque o Brasil, buscaram novas formas de alavancar a economia com uma agenda que prioriza a reorganização na esfera pública e privada, atingindo diretamente toda a classe trabalhadora brasileira. A entrada de Michel Temer (MDB) no final de 2016 como presidente da República, logo depois do *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, foi um golpe para a sociedade, que teve que lidar com novas regras e mudanças com cinco reformas constitucionais que foram lançadas pelo novo governo. A Reforma da Previdência (PEC 287/2016); a Reforma Trabalhista (reformulada da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) aprovada e divulgada em 2017 na forma da Lei nº 13.467); a Reforma Fiscal (PEC 95/2016) engatilhadas logo após sua posse; e a Reforma tributária (PEC 045/2019) e a Reforma política (PEC 241/2023).

A Reforma da Previdência teve seu início no governo Michel Temer (2016), com a proposta de alterações no sistema previdenciário brasileiro modificando as regras de

aposentadoria, porém foi suspensa por falta de votos. Em 2019, a Reforma foi aprovada com mudanças na idade mínima, no tempo de contribuição e no cálculo do benefício, tanto para a aposentadoria do magistério, quanto para trabalhadores da iniciativa privada.

Com o sistema em crise, a Reforma Fiscal com um Novo Regime Fiscal (NRF)²⁰ foi instituído pela Emenda Constitucional de nº 95/2016, congelando o teto de gastos pelos próximos 20 anos (Amaral, 2017). O NRF derruba os meios constitucionais de reserva de recursos para as políticas sociais até então existentes. Segundo notícia em boletim de El País – Brasil (2016) “[...] a população mais pobre, que depende do sistema público de saúde e educação, tende a ser mais prejudicada com o congelamento dos gastos do governo do que as classes mais abastadas”.

Antes havia margens (restritas) na disputa pelo fundo público, com possíveis gastos com políticas sociais e anticíclicas [...], hoje, com a promulgação da PEC 95, a margem de disputa pelos recursos do fundo público em favor do trabalho tende a ser nula. Os gastos com as políticas sociais ficarão congelados pelos próximos vinte anos e só serão reajustados nominalmente de acordo com o índice inflacionário (IPCA²¹) do ano anterior, desconsiderando as taxas demográficas e de crescimento do PIB²² e do próprio orçamento (Alessi, 2016).

Os recursos públicos são disponibilizados pela gestão governamental para grupos monopolistas que ampliam seu capital fixo, investindo nos aparatos tecnológicos de inteligência artificial que são utilizados para reduzir a força de trabalho, por meio de disciplinas virtuais. Para Castelo (2017, p. 8), “[...] o fundo público ganha, [...] uma nova configuração ampliada do Estado, um peso crescente no novo padrão de reprodução do capital, funcionando como um dos elementos centrais da acumulação capitalista, e não somente como uma das contratendências em tempos de crise”. De acordo com Castelo (2017), esses recursos eram direcionados a políticas sociais e poderiam vir a crescer, mas o interesse é usar as políticas para regular, normatizar e padronizar, “[...] assegurando a legalidade para reprimir e reproduzir as relações necessárias ao modo capitalista de produção e sua perspectiva atual de desenvolvimento de reformas” (Shiroma; Zanardini, 2020, p. 710). Os investimentos dos

²⁰Este Novo Regime Fiscal (NRF) se instalou a partir de uma mudança constitucional, que prevalecerá, durante 20 anos, portanto, até 2036, que congela as despesas primárias e libera os pagamentos relativos ao mercado financeiro. O NRF, particiona o orçamento da União em 15 partes independentes: Poder Executivo; Supremo Tribunal Federal; Superior Tribunal de Justiça; Conselho Nacional de Justiça; Justiça do Trabalho; Justiça Federal entre outros. O orçamento de cada uma dessas partes independentes fica sujeita à seguinte condição: as despesas primárias, a partir de 2018, só poderão ser reajustadas, no máximo, pela inflação do ano anterior, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e, para o ano de 2017, as despesas primárias do exercício de 2016 seriam corrigidas em 7,2% (Amaral, 2017).

²¹ IPCA: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

²² PIB: Produto Interno Bruto.

recursos públicos são transferidos para o setor privado e a categoria de profissionais da educação sente-se desvalorizada, prejudicada, a ponto de adoecer.

A Reforma Trabalhista também proposta pelo Michel Temer com o Projeto de Lei nº 6.787, teve alterações nos direitos trabalhistas e sindicais. Segundo Dieese (2017), o texto passou por alterações e foi aprovado na Câmara, denominado PLC 38/2017. A Reforma Trabalhista impactou nas condições de trabalho, na organização sindical, negociações coletivas e justiça do trabalho. Análise realizada por Dieese (2017) relatou pontos extremos em que os contratos foram precarizados e somaram-se com contrato temporário aprovado pela Lei nº 13.429/2017, “[...] garantindo ao empregador uma variedade de formas de contratação com menores custos. Para as/os trabalhadoras/es, significará inserção no mercado de trabalho com menor proteção. A heterogeneidade do mercado de trabalho vai aumentar” (Dieese, 2017, p. 1). As medidas adotadas facilitaram demissão, diminuíram a possibilidade da/o trabalhadora/o reclamar por seus direitos na Justiça do Trabalho, alteraram a extensão da jornada de trabalho, desregulamentaram, flexibilizaram uma série de direitos relativos às condições de trabalho (salário, férias, isonomia salarial e proteção às mulheres gestantes). Quanto à Reforma Política e à Reforma Tributária, continuam em pausa há bastante tempo.

A Reforma Administrativa (PEC 32/2020) foi lançada em 2019 pelo governo de Jair Messias Bolsonaro (sem partido), que segundo governo, “[...] fariam o Brasil voltar a crescer” (SINTRASEM, 2020). A Reforma Administrativa tem como objetivo a privatização das escolas e o fim do plano de carreira da categoria dos servidores públicos. Segundo a Central Única dos Trabalhadores (CUT, 2021), “[...] a PEC 32 prevê a destruição do serviço público do país e coloca a máquina pública a serviço do clientelismo político e da corrupção, acarretando prejuízos para vários setores, entre eles o da Educação [...]”.

Em âmbito municipal, as reformas também foram projetos investidos com a entrada do prefeito Gean Marques Loureiro (2017-2020), pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Exemplo de contribuição às armadilhas do capital, antecipou-se aos efeitos da Emenda Constitucional nº 32/2020 e encaminhou para a Câmara de Vereadores um pacote de maldades com um total de 29 projetos de lei complementares, contendo “40 medidas com ataques à população e aos servidores públicos” (CONFETAM, 2017). Um conjunto de projetos que modificou o Estatuto do Servidor (Funcionário) Público de Florianópolis com alteração nas Leis Complementares nº 063/2003 e nº 597/2017, sucateando o trabalho do serviço público, atingindo diretamente a todas/os as/os trabalhadoras/es, transferindo recursos públicos para a iniciativa privada. Esse projeto, ainda em trâmite no poder legislativo de Florianópolis, foi usado pelo prefeito para aprovar o pacote da “maldade” (SINTRASEM,

2020a), que prevê uma série de retiradas de direitos conquistados em mais de 20 anos de lutas. Em posição contrária, o Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Municipal de Florianópolis protocolou um documento anunciando a oposição da categoria. A luta foi árdua e de resistência. Todos na rua clamavam a revogação do projeto. Ante tantas ameaças, profissionais da educação perderam o direito à Licença Prêmio de três meses substituindo-a por 45 dias para capacitação, conforme alteração pela Lei Complementar nº 615/17.

Outro projeto, proposto em 2018, pelo mesmo prefeito foi de Lei nº 17.484/18 na Câmara de Vereadores para liberar as Organizações Sociais (OSs) no serviço público de Florianópolis, terceirizando os serviços essenciais e, com isso, precarizando a qualidade da educação.

Dentre outros projetos, destacamos:

- Projeto de Lei nº 16.998/17 – autoria do vereador João Luiz Silveira (PSC), que autoriza a isenção do IPTU em troca de vagas em creches;
- Projeto de Lei nº 17.146/2017 – autoria do vereador Fábio Braga (PTB), autoriza o município a comprar vagas nas escolas privadas;
- Projeto de Lei nº 16.935/17 – autoria de Gean Loureiro (MDB) institui o Programa de Parceria Público-privada do Município de Florianópolis (SINTRASEM, 2017b, p. 2).

“As reformas restringem as normas e os padrões de regulação, assegurando a legalidade para reprimir e reproduzir as relações necessárias ao modo capitalista de produção e sua perspectiva atual de desenvolvimento de reformas” (Shiroma; Zanardini, 2020, p. 710). Esse conjunto de reformas são delineadas, pelas “[...] crises de grandes proporções” em que “[...] organizações multilaterais assumiram o protagonismo, liderando planos emergenciais de recuperação do desenvolvimento econômico com desdobramentos sobre o planejamento educacional” (Shiroma; Zanardini, 2020, p. 694).

As estratégias orientadas por OMs (BM, Unesco) para os “[...] países periféricos endividados, contribuíram para colocar em curso um conjunto de reformas com delineamento na área da educação” (Garcia; Michels, 2020, p. 2), com interesse na mercadorização da educação e no gerenciamento de uma educação voltada para o mercado financeiro e nas formações em massa da classe trabalhadora.

Em pesquisa realizada pelo SintraseM (2021), foi constatado que o Brasil possui cerca de 10,7 milhões de servidores públicos civis ativos e a maioria é constituída de servidores municipais, com quase 6 milhões (62,4%), seguida de 3 milhões de servidores estaduais (30,8%). Percebemos uma educação voltada para o mercado de trabalho, para uma ideologia

de conformação acrítica e passiva, por parte da classe dominante que visa a “[...] expansão do acesso à educação precarizada e pulverizada [...], contribuindo, de um lado, para ‘capacitar’ o exército de reserva e pressionar os salários para baixo e, de outro, para aligeirar os processos formativos [...]” (Motta; Andrade, 2020, p. 6).

Para aligeirar os processos formativos, em 2012, o prefeito de Florianópolis, em vigor, Dário Elias Berger em seu segundo mandato (2008-2012), levou a Câmara Municipal de Florianópolis a Lei Complementar nº 433 que autorizou a contratação de empréstimo financeiro com o BID²³, visando o financiamento do Projeto de Expansão e Aperfeiçoamento da Educação Infantil e o Ensino Fundamental em Florianópolis (SINTRASEM, 2015).

Esse projeto teve como expansão a melhoria da educação, mas com interesse mercantil de controle no professor, em como dar aula, o que vai ensinar e como vai preparar as crianças, os jovens para o trabalho simples e pesado, o trabalho em massa. Segundo Seki *et al.* (2017, p. 32), o Banco teve a pretensão em “[...] transformar a esfera pública em nicho de negócios rentáveis, envolvendo outras empresas na partilha do espólio, sob a forma de construção, compra de tecnologias e contratação de consultorias”. Por sua vez, a Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF) alegou que o investimento seria favorável à melhoria da qualidade na educação, com a expansão de vagas para a educação infantil e para a formação continuada das/os professoras/es.

A pesquisadora, professora da RMEF, Marlise Oestreich (2020), pesquisou para sua tese de doutorado o financiamento entre o BID e a PMF, procurando compreender o acordo e as implicações que trariam para a docência na educação infantil do seu sistema de monitoramento da qualidade da educação e da formação continuada da rede. As informações que constavam no *site* é de que a empresa foi contratada “[...] para desenvolver um projeto de avaliação da qualidade dos ambientes de educação infantil e a concepção e implantação de um sistema de monitoramento da educação infantil da Rede Municipal” (FCC, 2018 *apud* Oestreich, 2020, p. 47).

Como resultado, depois do processo de avaliação,

[...] o BID confere ao docente o *status* de recurso mais importante atrelado à melhoria da qualidade, justificando suas ações acerca da seleção, contratação e treinamento para adequação dos professores às novas demandas – aqui compreendidas como demandas do mercado- e para isto é

²³ O BID é um Organismo Multilateral (OM) criado em 1959, com sede em Washington, D.C., Estados Unidos da América (EUA). Para tornar-se membro regional do Banco, um país deve pertencer à Organização dos Estados Americanos (OEA) e um país que almeje ser membro não regional deve estar ligado ao Fundo Monetário Internacional (FMI) (Melgarejo, 2017).

necessário a garantia da ação docente na perspectiva das habilidades e competências a serem desenvolvidas nos estudantes. [...]. Para o Banco Mundial, os professores da América Latina compartilham de um ponto importante: são cada vez mais reconhecidos como atores críticos nos esforços da região para melhorar a qualidade e resultados da educação (BM, 2014, p. 3). [...]. Todavia, a perspectiva acerca do desempenho dos professores é marcada, por várias fragilidades, a saber: as altas taxas de absenteísmo dos professores em toda a região da América Latina e do Caribe (BM, 2014 *apud* Oestreich, 2020, p. 96).

Relacionado aos salários, é de interesse do BM que estejam vinculados ao desempenho do professor, sugerindo aos governantes formas de alianças com empresários. Oestreich (2020, p. 97) compreende que a “OCDE, o BM e o BID comungam da ideia de aumento do capital humano enquanto um dos fatores de desenvolvimento econômico, justificando assim toda uma aparente preocupação para orquestrarem as reformas das políticas educacionais em torno dos docentes”.

A troca de um empréstimo financeiro para “expandir e aperfeiçoar” a educação infantil e fundamental em Florianópolis, o “financiador” exige não apenas o pagamento de toda a grana investida com juros e correção monetária, como também tenta forjar um modelo de educação tirando o protagonismo dos professores, ao mesmo tempo atribuindo responsabilidades pelos resultados obtidos (SINTRASEM, 2015).

Nesse cenário, as ideologias incorporadas no discurso das OMs têm o interesse no controle do/a professor/a sob um “[...] sistema de monitoramento e fortalecendo este conteúdo – habilidades e competências – por intermédio da formação continuada” (Oestreich, 2020, p. 113). Isto é, investir numa formação com o interesse em uma educação atrelada à concepção meritocrática.

Até o momento desta pesquisa, verificamos que no processo da produção capitalista o trabalhador se submete a condições degradantes por aqueles que detém os meios de produção e, em consequência, essas reformas expõem docentes e gestores às condições de trabalho que compreendem acúmulo de atividades, um teto de gastos, recursos públicos sendo investidos em empresas privadas, a meritocratização da educação pública por metas de competência e habilidades, ataques diversos à educação pública entre outras, que vão incidindo na educação.

Concluimos que o cenário apresentado até aqui, evidencia um quadro de ataques, desmontes e destruição ao serviço público, a educação pública, a servidoras/es públicos, a toda a sociedade da classe trabalhadora. As artimanhas do capital realizadas por sob as crises e as reformas articuladas entre gestores públicos e gestores privados, deixaram o país ao domínio do capital financeiro gestado por organizações multilaterais que tem a pretensão de

usar o país como marionete em prol ao desenvolvimento mercantil, adentrando com novas tecnologias digitais, formação aligeirada para o campo de trabalho, porém mais intensificação, precarização, alienação e a subsunção real do capital. Portanto, há de se refletir e agir diante desse panorama ações que possam intervir e conquistar melhores condições de trabalho e de vida.

A partir desse contexto, discutiremos em específico o cenário atual da educação infantil na RMEF, caracterizando-a e trazendo resultados do questionário aplicado com profissionais da educação infantil da RMEF.

4.2 O CENÁRIO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE FLORIANÓPOLIS

Há homens que lutam um dia e são bons, há outros que lutam um ano e são melhores, há os que lutam muitos anos e são muito bons. Mas há os que lutam toda a vida e estes são imprescindíveis (Bertolt Brecht).

Iniciamos este texto com as palavras de Bertold, para refletir sobre as condições de vida, de trabalho, lutas e reivindicações da “classe-que-vive-do-trabalho” (Antunes, 2018), se assim for necessário, a de se lutar uma vida. Marcante na história da classe trabalhadora, a luta como resistência a toda e qualquer forma de exploração e expropriação nos leva a vencer, muitas vezes, na aguerrida labuta do dia a dia e, no cansaço, remete-nos rumo à vitória. A afirmação acima retrata a categoria das profissionais de educação infantil no município de Florianópolis, formada por docentes aguerridos, corajosos, resistentes em todas as lutas. Essa categoria tem levantado bandeiras contra as diversas mazelas orquestradas por OMs.

Contextualizando a cidade de Florianópolis, capital do estado de Santa Catarina, na região Sul do país, composta da Ilha de Santa Catarina, parte continental e algumas ilhas pequenas que circundam a cidade, o que lhe confere uma característica peculiar na sua formação geográfica, sendo que as instituições ficam localizadas entre Ilha e parte continental. De acordo com dados do IBGE, o município possui uma população de 537.211 habitantes (IBGE, 2022) e tem o maior Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) [2010] do país relacionados à renda, educação e longevidade. Porém, o índice Gini, que mede a desigualdade social mostra que a distribuição de renda entre a população não é equânime, mesmo com alta qualidade de vida na capital (Oliveira, 2021).²⁴

²⁴Para saber mais, ver: Oliveira (2021).

A educação infantil da RMEF foi instituída no ano de 1976, com um projeto intitulado Núcleo de Educação Infantil (NEI) pela então Secretaria de Educação, Saúde e Assistência Social (Sesas) (Broering, 2014), que, mais tarde (1985), passou a Secretaria Municipal de Educação (SME), o que se diferenciou de outras redes municipais de educação infantil no Brasil. Outro fator dessa história diz respeito à eleição direta para o cargo de diretor/a instituída na gestão do prefeito Sérgio Grando em 1993. Desde então, algumas mudanças foram realizadas e atualmente “[...] os projetos de gestão das unidades educativas e os planos de ação dos candidatos à direção precisam ser validados pela SME e pela comunidade local, ocorrendo a cada três anos” (Oestreich, 2020, p. 45, grifo nosso).

Ainda em destaque sobre esse tema, na última eleição para diretores, realizada em 2022, houve ato de manifestação por parte do Sindicato e da categoria em defesa de uma gestão democrática, devido à “[...] denúncia sobre a manobra da prefeitura para tentar acabar com a eleição direta nas unidades de educação” (SINTRASEM, 2022).

A trajetória da educação infantil na RMEF é marcada por documentos pedagógicos datados desde sua criação (1976) com uma base teórica que oscila entre um caráter preparatório para o ensino fundamental até a Psicologia sócio-histórica e a Pedagogia histórico-crítica (Broering, 2014). Faz-se aqui destacar um dos documentos dispostos na pesquisa dessa autora, a *Apostila* elaborada em 1982, intitulada de *Tia Marli*. Esse material tinha uma proposta diferenciada das anteriores, como ser de cunho religioso, “[...] a bíblia aparece como um material a ser utilizado em um dia específico para ela, sem sequer se questionar a laicidade da educação pública” (Broering, 2014, p. 164).

O perfil da docência passa de professor/a para tia, termo empregado pelas crianças, que traduz um retrocesso, no que dispõe a lei. A autora destaca na análise realizada por Steininger (2009), de que o documento revelava “[...] uma concepção ambientalista da psicologia do desenvolvimento humano”, e os “[...] fundamentos na visão inatista, em que a professora era vista como jardineira responsável por cuidar das plantinhas” (Broering, 2014, p. 154).

Registra-se o período histórico com a mudança de prefeito na capital assumindo Cláudio Ávila da Silva (1983-1984), pelo Partido Democrático Social (PDS). É relevante lembrar da elaboração desses documentos, pensando na constituição de um perfil de professoras/es para a educação infantil na RMEF.

Importante fator ocorrido com a promulgação da Constituição de 1988 foi a discussão em torno da contratação por concurso público e a revisão dos planos de cargos e salários do funcionalismo público de Florianópolis, mencionado por Furtado (2020). A história marca

nesse momento a trajetória do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Florianópolis (Sintrase²⁵), que em assembleia torna-se legalmente instituído pela categoria na defesa dos trabalhadores municipal de Florianópolis.

Mesmo no que diz respeito aos avanços da educação infantil brasileira, ainda temos que evoluir como direito a uma educação emancipadora, de qualidade, gratuita com condições de trabalho que supere o que atualmente temos. Se faz aqui saber que a categoria docente continua firme na luta, participando de assembleias, greves, reuniões, formações em prol a melhores condições de trabalho, contra as ameaças dos direitos garantidos e que alguns já foram perdidos, contra as tantas reformas que levam ao desmonte da educação pública.

Mas também há de registrar as tantas greves, mobilizações, debates, formações políticas, congressos que a categoria juntamente com o Sindicato fez e conquistou: Concurso Público, Planos de Cargos e Salários, Estatutos do Magistério e Civil, Reposição Salarial, Hora-Atividade em tempo, Formação Continuada, Piso salarial, Dedicção Exclusiva entre outros (Furtado, 2020). Porém essas conquistas estão sempre na pauta das privatizações e dos gestores públicos para a derrubada desses direitos, devemos lembrar do retrocesso que estamos vivenciando na educação com a atual BNCC, já discutida no capítulo 3 desta dissertação. O caminho é longo e árduo. Digamos “Sim a revogação da BNCC”!

Continuando, atualmente a educação infantil da RMEF é composta de um total de 108 unidades educacionais, dividida por vínculo institucional, representado na Tabela 3.

Tabela 3 – Total de unidades de educação infantil na RMEF por segmentos no ano (2022)

UNIDADES EDUCATIVAS	QUANTIDADES DE UNIDADES
Creches e Núcleos de Educação Infantil Municipal (NEIMs)	86
NEIMs Vinculados às Escolas Básicas	10
Instituições Conveniadas	12
Total	108

Fonte: Organizada pela autora, a partir dos dados fornecidos pela Diretoria de Planejamento e Dados Educacionais (Diped)

²⁵ O Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Florianópolis (SINTRASEM) foi fundado em 14/10/1988 e representa a categoria da Educação e da COMCAP, com o objetivo de: “lutar contra todas as formas de opressão e exploração e prestar irrestrita solidariedade à luta dos trabalhadores do mundo inteiro [...] estimular e promover a organização da categoria por local de trabalho, lutando pelo fortalecimento da consciência e organização sindical [...]” (SINTRASEM, 2016).

Conforme Tabela 3, o município conta com 86 creches e Núcleos de Educação Infantil Municipal (NEIMs); 10 NEIM vinculados às escolas básicas e 12 creches e pré-escolas vinculadas às instituições conveniadas, totalizando 108 unidades educativas. Percebemos um número considerável de instituições ofertadas pelo município para receber uma quantidade expressiva de crianças de 0 a 5 anos de idade na educação infantil da RMEF, porém, o município permanece com mais de 10% de instituições conveniadas instaladas em estruturas que não são da prefeitura, mas é responsável pela administração e funcionários das instituições em parceria com o município, que paga as entidades de acordo com o número de crianças por elas atendidas.

Em relação ao atendimento nas unidades de educação infantil, o município atende um total de 18.049 crianças distribuídas nos diferentes segmentos (creche e pré-escola) nas 108 unidades educativas, representado na Tabela 4.

Tabela 4 – Demonstrativo de atendimento na educação infantil da RMEF (2022)

Educação Infantil	Municipal – Creche (0 a 3 anos)	8.922	9.742
	Conveniadas – Creche (0 a 3 anos)	820	
	Municipal – Pré-Escola (4 a 5 anos e 11 meses)	7.497	8.307
	Conveniadas – Pré-Escola (4 a 5 anos e 11 meses)	810	
Total	18.049	18,049	

Fonte: Organizada pela autora, a partir dos dados fornecidos pela Diretoria de Planejamento e Dados Educacionais (DIPED)

De acordo com a Tabela 4, o atendimento é realizado nas instituições do município de Florianópolis e nas instituições conveniadas, parceiras com o município. Desse total, as unidades municipais atendem 8.922 crianças de 0 a 3 anos (creche); 7.497 crianças de 4 a 5 anos e 11 meses (pré-escola). Já as instituições conveniadas atendem 820 crianças de creche e 810 crianças de pré-escola.

Veremos a seguir a composição dos grupos de creche e pré-escola da RMEF, ofertado neste ano de 2023. Os atendimentos são distribuídos com oferta de 20 vagas por sala para os grupos: 1, 2 e 3; e 25 vagas por sala para o grupo 4, dispostos por turno. Para ilustrar esses dados apresentamos a matrícula da educação infantil para o ano 2023, representado na Tabela 5.

Tabela 5 – Composição dos grupos de crianças por grupo e turno (2023)

Grupos	TOTAL DE CRIANÇAS POR TURNO	INTEGRAL	PARCIAL	TOTAL DE VAGAS
Grupo 1	15 crianças	Até 10 vagas integrais	5 vagas matutino/ 5 vagas vespertino	20 vagas
Grupo 2	15 crianças	Até 10 vagas integrais	5 vagas matutino/ 5 vagas vespertino	20 vagas
Grupo 3	15 crianças	Até 10 vagas integrais	5 vagas matutino/ 5 vagas vespertino	20 vagas
Grupo 4	20 crianças	Até 15 vagas integrais	5 vagas matutino/ 5 vagas vespertino	25 vagas

Fonte: Organizada pela autora, a partir dos dados tirado da portaria de matrícula da RMEI de Florianópolis.

Conforme a Tabela 5, na tentativa de cumprir a Meta 1 do Plano Municipal de Educação, em consonância com o PNE (2014-2024), a Secretaria de Educação teve como objetivo “Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos de idade (grupo 4) e ampliar a oferta de educação infantil em creches, de forma a atender no mínimo 75% das crianças de até 3 anos até o final da vigência deste documento” (SME, 2020, p. 18). Dessa forma, a educação infantil foi reorganizada com os grupos de crianças de 4 e 5 anos, que na sua maioria são atendidos no período integral. A Secretaria passa a oferecer vagas para os novos, somente em período parcial, com o objetivo de zerar a demanda. Esse cenário se reflete no Censo Escolar Inep/MEC, conforme Relatório de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação (PME, 2020), realizado pela SME de Florianópolis/SC, no exercício 2018-2019, em que a PMF atingiu quase 100% de crianças ente 4 a 5 anos de idade matriculadas na educação infantil. Contudo, a creche (0 a 3 anos) atingiu somente 56,44% das matrículas.

Nesse mesmo relatório, identificou-se que o número de matrículas do município para as creches no período integral entre 2017-2019 teve um percentual de -12,65%, isto é, diminuiu o número de matrículas no município. Já a pré-escola teve um aumento de 10,76% nas matrículas no período parcial. Para este ano de 2023, com a divulgação de notícias nas mídias, o STF ²⁶ ratifica que é dever do Estado garantir vagas em creches e pré-escolas a crianças de 0 a 5 anos de idade. Portanto, o município de Florianópolis se articula com mais um empréstimo junto ao BID²⁷.

²⁶ Para saber mais, ver: Brasil (2022).

²⁷ Conforme *link* disponível em: <https://ndmais.com.br/educacao/florianopolis-quer-emprestimo-internacional-de-u-67-milhoes/>. Acesso em: 5 nov. 2022.

É fundamental lembrar a Lei Federal nº 12.796/2013 que estabelece a obrigatoriedade das crianças de 4 e 5 anos a frequentarem as instituições de educação infantil, com o respectivo dever do município a ofertar vagas a todas as crianças atendidas na pré-escola. Devido à força de lei e a falta de ofertas de vagas, o município teve que reorganizar toda a educação infantil que apresentava longas listas de espera. Por conta da obrigatoriedade, o vereador João Luiz da Silveira (PSC) com a Lei Municipal nº 16.998/17 “Instituiu concessão de bolsas de estudo por permuta do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, pela rede particular de ensino” e o vereador Fábio Braga (PTB), com a Lei nº 17.146/17, “Autoriza o município de Florianópolis a firmar convênio com escolas particulares de Educação Infantil”.

No cenário do ano de 2022, o município de Florianópolis/SC contou com 3.563 professoras/es da educação infantil da RMEF, no quadro do magistério²⁸ e no quadro civil, concursados ou não. Na RMEF, há duas modalidades de vínculos empregatícios: cargos com vínculo empregatício com professoras/es efetivas/os e cargos com professoras/es substitutas/os admitidos em caráter temporário (ACT), cujo ingresso é por intermédio do processo seletivo. A contratação é de acordo com a demanda da ausência das/os efetivas/os nas unidades de educação infantil, por portarias vigentes, pelo período de 15 dias até 1 ano, pois o período máximo de contratação é de 12 meses. Cada um com seus respectivos cargos e horários, representado nas Tabela 6 e 7.

Tabela 6 – Estatística das/os profissionais da educação infantil da RMEF (julho/2022)

QUADRO DO MAGISTÉRIO										
REGIME	Efetivos					Regime	Substitutos			
Área/Carga Horária	10	20	30	40	Readap.	Área/Carga Horária	10	20	30	40
Professor/a Educação Infantil	-	19	-	455	47	Professor/a Educação Infantil	-	143	-	248
Professor/a Educação Física	-	5	-	62	2	Professor/a Educação Física	8	15	6	32
Professor/a Educação Especial	-	1	-	24	-	Professor/a Educação Especial	-	1	-	8

²⁸A Prefeitura Municipal de Educação, conta com dois quadros específicos: Quadro do Magistério e Quadro Civil. Para o quadro do magistério, a rede conta com duas categorias: professora/e de educação infantil e professora/e auxiliar; e para o quadro civil com a categoria de auxiliar de sala. Estas duas configurações tem em seus estatutos, carga horária, plano de carreira, progressão e funções distintas, constituindo sua historização ao longo do tempo, com avanços e retrocessos. Pesquisas (Conceição, 2010; Bitencourt, Silva, 2013; Simão, Rocha, 2018; Matins, 2019; Coutinho, 2023; entre outros) trazem a historização de cada cargo discutindo as contradições que foram se formando ao longo do tempo com a constituição da educação infantil brasileira. Com recorte nos objetos de estudo nas condições de trabalho e no adoecimento docente, as discussões não se aprofundaram neste contexto.

Professor/a Auxiliar Educação Infantil	-	19	-	295	38	Professor/a Auxiliar Educação Infantil	-	124	1	167
Professor/a Auxiliar Intérprete	-	-	-	2	-	Professor/a Aux. Intérprete	-	-	-	2
Professor/a Auxiliar Educação Especial	-	1	-	39	1	Professor/a Auxiliar Educação Especial	-	48	-	92
Total	-	45	-	877	88	Total	8	331	7	549

Fonte: Elaborada pela autora, conforme planilhas do setor da Diretoria de Planejamentos e Dados Educacionais (Diped)

De acordo com a Tabela 6, a educação infantil da RMEF ofereceu cargas horárias distintas, de 10, 20, 30 e 40 horas de trabalho para efetivas/os e substitutas/os nas funções de professoras/es de: educação infantil, educação física, educação especial, auxiliar de ed. infantil, auxiliar de intérprete, auxiliar de ed. especial e para os profissionais que estão readaptadas/os em outras funções. Observando a carga horária no quadro do magistério de efetivas/os, não teve profissionais assumindo trabalho com cargas horárias de 10 e 30 horas/semanais, mas encontramos no quadro de substitutas/os 8 professoras/es que assumiram com carga horária de 10 horas/semanais e 7 professoras/es com a carga horária de 30 horas/semanais.

Outro fator curioso e preocupante, ao observar a tabela do magistério no cargo de professoras/es auxiliar de educação especial é a expressiva quantidade de professoras/es substitutas/os atuando em sala de aula. No total até 2022 foram 140 profissionais contratadas/os temporariamente e apenas 40 efetivas/os, representado na Tabela 7.

Tabela 7 – Quantidades de profissionais por regime e cargo ocupado na educação infantil da RMEF (julho/2022)

Quadro Magistério/Professoras/es		
Cargo/Função	Quantidade de Efetivas/os	Quantidades de Substitutas/os
Prof. Educação Infantil	474	391
Prof. Educação Física	67	61
Prof. Educação Especial	25	9
Prof. Auxiliar de Sala	314	292
Prof. Auxiliar de Intérprete	2	2
Prof. Auxiliar de Ed. Especial	40	140
Professoras/es Readaptadas/os	88	----
Total	1.010	895

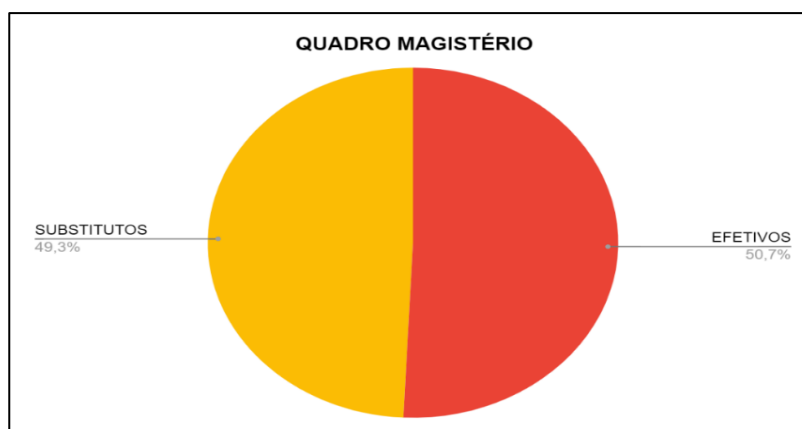
Fonte:

Elaborada pela autora, com base nos dados fornecidos pela Diretoria de Planejamentos e Dados Educacionais (Diped)

Conforme dados da Tabela 7, contabilizou-se o total de 1.010 professoras/es efetivas/os atuando nas funções: professor/a de educação infantil (474); professor/a de educação física (67); professor/a de educação especial (25); professor/a auxiliar de sala (314); professor/a auxiliar intérprete (2); professor/a auxiliar educação especial (40) e professoras/es readaptadas/os (88), as/os quais esse último, no ano de 2022 atuaram em outras funções fora de sala de aula. No quadro de professoras/es ACTs, o município contou com 895 professoras/es substitutas/os atuando nas funções: prof. de educação infantil (391); professor/a de educação física (61); professor/a de educação especial (9); professor/a auxiliar de sala (292); professor/a auxiliar intérprete (2) e professor auxiliar educação especial (140).

Dessa forma, o quadro do magistério apresentou uma porcentagem insignificante entre profissionais efetivos e substitutos, conforme gráfico representado na Figura 3.

Figura 3 – Quadro de profissionais efetivas/os e substitutas/os (2022)



Fonte: Elaborada pela autora, conforme planilha do setor da Diretoria de Planejamento e Dados Educacionais (Diped)

Percebemos na Figura 3 que, do total de professoras/es em sala de aula, 49,3% são professoras/es substituta/os e 50,7% são professoras/es efetivas/os. Não contabilizamos o total de professoras/es readaptadas/os nesse gráfico, por estarem fora da sala de aula. Conforme dados da DIPED (2022), a quantidade entre substitutas/os e efetivas/os é de apenas 1,4% a mais de profissionais concursadas/os no magistério. Isso significa que o município tende a precarizar com mais intensidade a educação uma vez que a contratação por caráter temporário não tem plano de carreira e lamentavelmente a categoria tem a relação de trabalho mais precarizada de todo o serviço público, com direitos sociais e econômicos distante das/os efetivas/os RMEF. É uma categoria que todos os anos passa por processo seletivo, sem direito

a escolha de onde e qual o horário terão que assumir turmas e sem a garantia de vagas, com salários inferiores etc. É mais um cenário de descaso e desrespeito a essa categoria.

No quadro civil, não é muito diferente. O município conta com 973 efetivos e 579 substitutos, representado na Tabela 8.

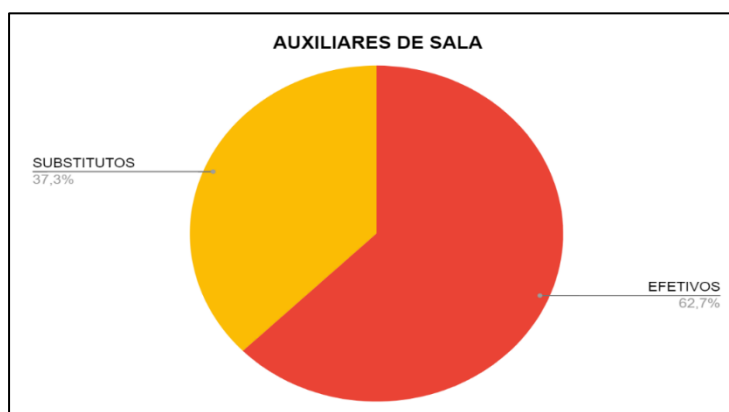
Tabela 8 – Estatísticas de auxiliares de sala na educação infantil da RMEF (julho/2022)

QUADRO CIVIL										
Regime		Efetivos			Regime		Substitutos			
Área/Carga Horária	0	0	0	0	Readaptação	Área/Carga Horária	0	0	0	0
Auxiliar de Sala			00	66	05	1 Auxiliar de Sala			72	07
Auxiliar de Sala I						1 -				
Total			05	68	06	1 Total			72	07

Fonte: Elaborada pela autora, com base nos dados fornecidos pela Diretoria de Planejamentos e Dados Educacionais (Diped)

Na Tabela 8, a Rede conta com 805 auxiliares de sala efetivas/os com a respectiva carga horária de 30 horas, 168 auxiliares de 40 horas e 106 auxiliares readaptadas/os, as/os quais esse último, no ano de 2022, atuaram em outras funções fora de sala de aula. Já no quadro de auxiliares substitutas/os, a Rede possui, 472 profissionais com a carga horária de 30 horas e 107 com carga horária de 40 horas. Dados que se diferenciam do magistério quando analisamos em porcentagem a diferença na quantidade de auxiliares entre efetivos e substitutos conforme gráfico representado na Figura 4.

Figura 4 – Quadro de auxiliares de sala efetivas/os e substitutas/os (2022)



Fonte: Elaborada pela autora, conforme planilha do setor da Diretoria de Planejamento e Dados Educacionais (Diped).

Percebemos na Figura 4 que, do total de auxiliares de sala, 62,7% são efetivas/os e 37,3% são substituta/os. Não contabilizamos o total de auxiliares de sala readaptadas/os, por estarem fora da sala de aula. Conforme dados da DIPED (2022), a quantidade entre substitutas/os e efetivas/os é de apenas 25,4% a mais de profissionais concursadas/os no civil. Dados que nos leva a refletir sobre o concurso público para auxiliares de sala, uma vez que a quantidade de profissionais admitidos em caráter temporário tende a crescer de forma ascendente, e os concursos se realizam, mas não se efetiva a chamada. Outro ponto de especulação, é pós-leitura realizada do Parecer CME nº 20/2017, art.14, que define a relação do número de crianças com as/os profissionais que vão lhes atender (Tabela 9).

Tabela 9 – Relação do número de crianças e profissionais da educação infantil da RMEF (2017)

FAIXA ETÁRIA	Nº DE CRIANÇAS	PROFESSOR	AUXILIAR DE SALA
0 até 2 anos	até 15	1 (um)	1 (um)
de 2 até 3 anos	até 08	1 (um)	---
	de 09 até 15	1 (um)	1 (um)
de 3 até 4 anos	até 10	1 (um)	---
	de 11 até 20	1 (um)	1 (um)
de 4 até 6 anos	até 15	1 (um)	---
	de 16 até 25	1 (um)	1 (um)

Fonte: Elaborada pela autora, com base nos dados tirado da Resolução do Conselho Municipal de Florianópolis

Para cada professora/o deveria ter duas auxiliares de sala, conforme o documento mencionado, mas o total de auxiliares de sala não garante dois auxiliares para cada professor/a. Além do que ainda temos um agrave na realidade da educação infantil que são as/os profissionais contratado, pois o tempo de contrato pode ser rompido a qualquer momento. Importante para a educação infantil contar com um quadro de profissionais efetivas/os, para que não prejudique o trabalho docente, não interfira no processo de aprendizagem e no desenvolvimento da criança. Esse é um problema que agrava a saúde física e psíquica dos profissionais, havendo a probabilidade de mais afastamento e readaptação. Profissionais se sentem sobrecarregadas/os, muitas vezes resolvendo problemas sozinhas/os, ou tendo que passar tudo para a nova profissional que está substituindo a/o outra/o.

Cabe registrar que a Rede contempla as/os profissionais na área da educação com o plano de cargos e salários desde 1988 com a possibilidade de progressão na carreira do magistério e na carreira do civil. Porém, o que diz respeito da “[...] carreira e da remuneração docente e, no caso, da progressão funcional e dos critérios relativos ao aperfeiçoamento, são benefícios que só dizem respeito aos docentes efetivos” (Martins, 2019, p. 45). Enquanto a

educação pública estiver sendo direcionada na lógica capitalista, não é interesse dos gestores públicos investir em concurso público, plano de carreira, formação docente, mas adentrar nas “[...] organizações não governamentais (ONGs), organizações sociais (OSs) e parcerias público-privadas” (Previtali, Fagiani, 2020, p. 234).

A autora nos traz exemplo da cidade de Uberlândia/MG que, em 2018, contava com 32 instituições de educação infantil atendidas por convênios com instituições privadas, logo depois, a prefeitura expandiu o atendimento para o ensino fundamental, terceirizando a administração de duas escolas municipais (Previtali, 2020). Essas novas formas de precarização à educação pública, “[...] refere-se a um novo estágio da exploração do trabalho na era da Indústria 4.0 sob a ideologia do não trabalho. Na verdade, trata-se de um novo passo na subsunção real do trabalho ao capital” (Previtali, 2020, p. 235). As novas formas de trabalho precarizam tanto as condições de trabalho quanto intensificam o trabalho docente, levando ao mal-estar docente e possíveis adoecimento.

A discussão em torno de RMEF apresentará os resultados obtido pelo questionário aplicado aos docentes de educação infantil da Rede, com o objetivo em compreender o adoecimento docente e as condições de trabalho imbricadas no processo laboral com possíveis fatores de mal-estar docente.

4.3 ANÁLISE DE DADOS – A RELAÇÃO ENTRE O ADOECIMENTO DOCENTE E AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DAS/OS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE FLORIANÓPOLIS

A pesquisa teve como objetivo compreender a relação entre o adoecimento docente e as condições de trabalho da educação infantil da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis/SC, no período de 2017-2021. Como última etapa da pesquisa, tivemos como base: 1. documentos cedidos pela Gerência de Perícia Médica da Secretaria Municipal de Administração (GPM) e pela DGPE, acerca dos afastamentos de docentes da educação infantil na RMEF; 2. questionário estruturado com 40 perguntas fechadas, produzido e disponibilizado na plataforma do Google via Google Forms e enviado pelo aplicativo do WhatsApp, para gestoras/es dos NEIMs., que por sua vez possibilitou o reenvio às/aos profissionais de cada unidade da rede.

No primeiro momento, solicitamos via *e-mail* para o setor da Perícia Médica, relatório que constasse a quantidade de profissionais afastados com os devidos códigos e os CIDs com

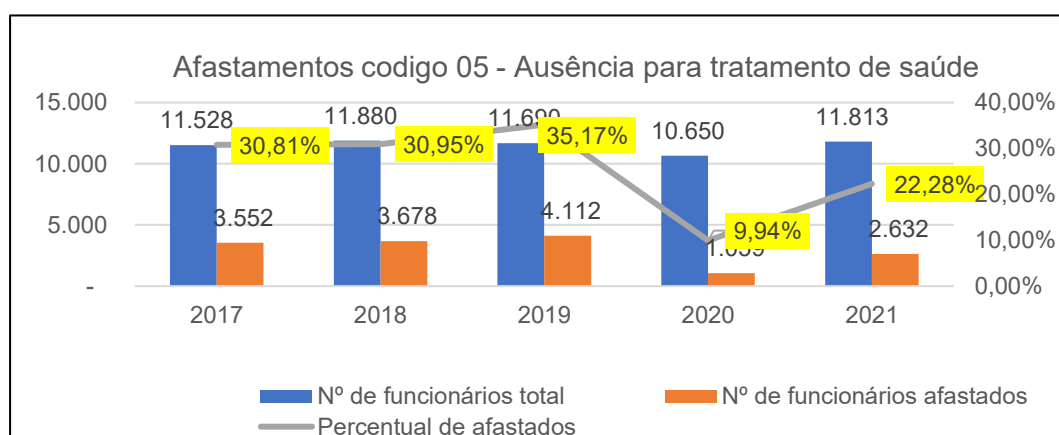
os tipos de adoecimento e para a DGPE, solicitamos um relatório de cada instituição constando os códigos, os dias de afastamentos, o cargo que ocupa e a idade.

Destacamos que durante o processo de diálogo e espera, tivemos um desgaste entre idas e vindas junto as secretarias em busca desses documentos. A mediação entre secretarias (saúde, educação) prolongou por quase um ano entre conversas por telefone, agendamentos com Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Florianópolis (SINTRASEM reuniões, visitas e *e-mails*. Salienta-se que no ano de 2020, com um projeto de terceirização instalado na RMEF, a Perícia Médica passou para mãos de empresa privada e, segundo seu diretor, a Secretaria de Saúde não possui um sistema com um banco de dados constando relatórios com informações que foram solicitadas.

A DGPE juntamente a Perícia levou mais de três meses para responder por *e-mail* justificando a inviabilidade de nos ajudar. Passado um ano, as secretarias tiveram a troca de gerência, fizemos o processo novamente e conseguimos agendar um horário para um diálogo. Em conversa informal com a Diretoria da Secretaria de Administração, essa secretaria se propôs a entregar um relatório com dados quantitativos por código de afastamentos, com algumas ressalvas. Não foi possível constar os CIDs e/ou tipos de doenças causadoras dos afastamentos. E a DGPE nos enviou por *e-mail* 11 planilhas de cada instituição, no período de 2017-2021 por regime, função, data dos afastamentos e idade.

No gráfico representado na Figura 5 consta o motivo de afastamento por ausência para tratamento de saúde, conforme código 05.

Figura 5– Código 05 de afastamento concedido após avaliação da Perícia Médica (2017-2021)



Fonte: Elaborado pela autora, a partir do relatório enviado pela Perícia Médica

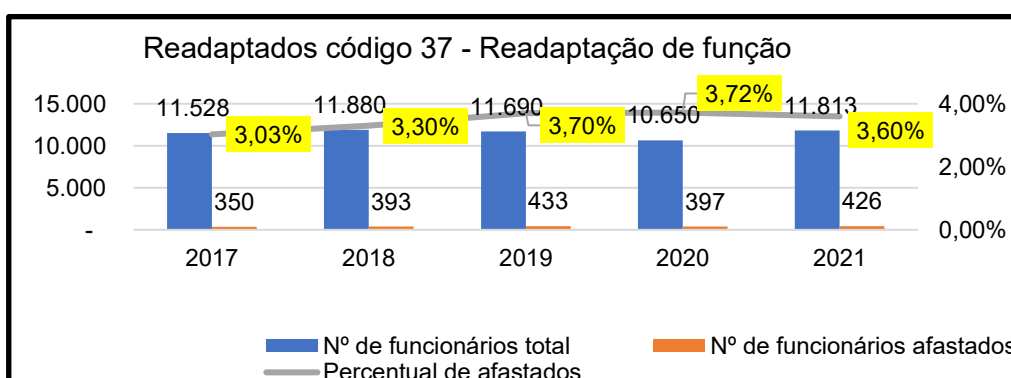
O afastamento concedido, depois da avaliação da Perícia Médica pelo código 05, é atribuído para as/os profissionais que se ausentaram até três dias do trabalho. Esses atestados

servem para servidoras/es públicos efetivas/os, ACT e CLT para a Secretaria de Educação. O gráfico aponta que em 2017, havia 11.528 funcionárias/os trabalhando na secretaria, dos quais 3.552 estavam afastadas/os por três dias, representando 30,81% atestado médico. Em 2018, havia 11.880 profissionais trabalhando, com 3.678 afastadas/os, portanto 30,95% de atestado. Em 2019, havia 11.690 profissionais trabalhando, com 4.112 afastadas/os. Representando 35,17% de atestado. Em 2020, havia 10.650 profissionais trabalhando, com 1.059 afastadas/os. Isso representa cerca de 9,9% do total de profissionais. Em 2021, havia 11.813 profissionais trabalhando, com 2.632 afastadas/os. Isso representa 22,28% do total de profissionais.

Esses dados sugerem que houve um aumento considerável nas condições de trabalho nesses cinco anos (2017-2021), que levou profissionais ao adoecimento. Contudo, podemos apreciar que houve uma queda acentuada em 2020, mostrando um percentual muito abaixo dos anos anteriores. Destacamos aqui, a variação significativa no número de afastamentos entre 2019 e 2020. Contamos em 2020 com a pandemia de Covid-19 em que uma parcela de servidoras/es públicos trocaram o ambiente profissional presencial pelo ambiente de casa, *online*. O que poderia ter reduzido significativamente alguns dos estressores físicos e/ou mentais associados ao trabalho no presencial. No entanto, destacamos que de outras maneiras a pandemia trouxe seus próprios desafios.

No gráfico representado na Figura 6, consta o motivo de readaptação de função, para tratamento de saúde, conforme código 37.

Figura 6 – Código 37 de readaptação de função concedido após avaliação da Perícia Médica (2017-2021)



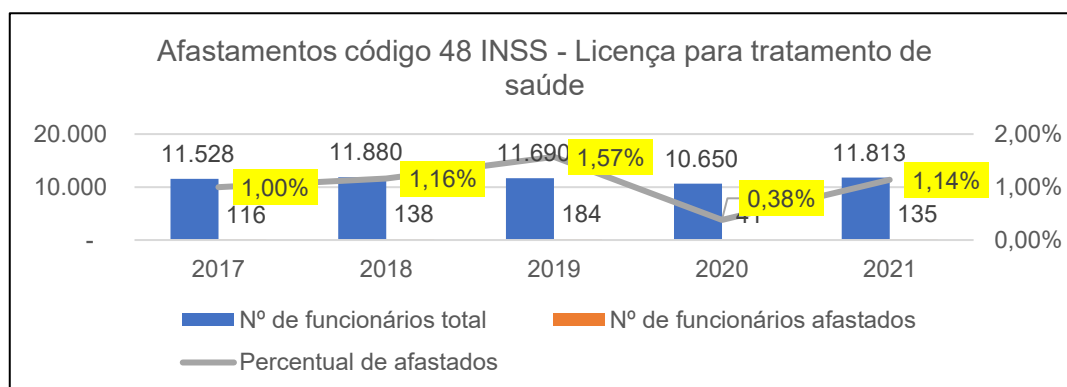
Fonte: Elaborado pela autora, a partir do relatório enviado pela Perícia Médica

O afastamento concedido depois da avaliação da Perícia Médica, pelo código 37 é atribuído para as/os profissionais que foram readaptadas/os da sua função por motivo que

impossibilitou a/o servidor continuar exercendo sua função. O gráfico apresentado mostra que em 2017, havia 350 profissionais readaptadas/os da sua função, respectivamente 3,03% do total afastadas/os. Em 2018, houve um aumento com 43 profissionais a mais readaptadas/os, uma porcentagem de 3,30% trabalhando em outras atividades. Em 2019, o número total de funcionários da Secretaria de Educação caiu de 11.690 para 10.650, em relação a 2020, somando portanto, 1.040 funcionários a menos trabalhando para a Secretaria de Educação. De 2019 para 2020, houve uma queda de 36 profissionais que perderam a perícia retornando a sua função. No percentual, a diferença foi insignificante, mas a quantidade de professoras/es foi significativa e impactante para a instituição, uma vez que essas vagas são preenchidas por outras/os profissionais. Segundo conversa informal com algumas gestoras, o retorno sempre causa desestabilidade, incerteza ao readaptada/o, dando-lhe sensação de exclusão e não pertencimento ao cargo. Vozes das gestoras, ao questionarmos o retorno e procedimentos para a inserção dessas/es profissionais, dizem-nos: *“procuramos inseri-las novamente ao trabalho pedagógico, temos que resolver o problema”*. Em 2021, houve um aumento de 1.163 profissionais trabalhando para a secretaria, com 426 readapatadas/os exercendo outras funções. Porém o percentual mostra uma queda em relação o ano de 2020 para 2021, significa que durante esses cinco últimos anos (2017-2021), a média permaneceu estável, considerando uma variável de 398 profissionais redaptadas/os por ano.

No gráfico representado na Figura 7, consta o motivo de afastamento por ausência para tratamento de saúde, conforme código 48.

Figura 7 – Código 48 INSS, de afastamento concedido após avaliação da perícia médica (2017-2021)



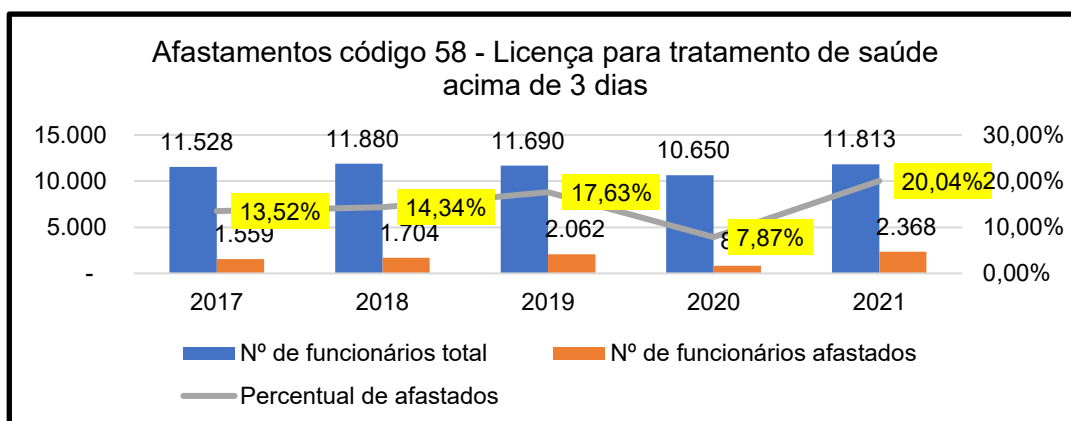
Fonte: Elaborado pela autora, a partir do relatório enviado pela Perícia Médica

O afastamento concedido depois da avaliação da Perícia Médica pelo código 48, serve somente para as/os profissionais ACT e CLT concedido pelo INSS para aquelas/es que se

ausentaram após 15 dias de atestado. Em 2017, havia 11.528 profissionais trabalhando na Secretaria de Educação, dos quais 116 estavam de licença para tratamento de saúde. Em 2018, havia 11.880 profissionais trabalhando, com 138 afastadas/os. Um aumento considerável em relação ao ano anterior. Em 2019, houve uma pequena diminuição de 190 profissionais trabalhando para a Secretaria. Na contra-mão, houve um aumento considerável de 184 profissionais afastadas/os, somando a mais 46 servidoras/es contratadas/os por ACT ou CLT com atestados acima de 15 dias. Em 2020, havia 10.650 profissionais trabalhando, com 41 servidoras/es afastadas/os, respectivamente, 0,38% de atestado médico. Em 2021, havia 11.813 profissionais trabalhando, com 135 afastadas/os. Isso representa 1,14% de profissionais com mais de 15 dias de atestado. Novamente, esses dados sugerem maior atenção, uma vez destacado anteriormente a presença da pandemia de Covid-19.

No gráfico representado na Figura 8, consta o motivo de afastamento por ausência para tratamento de saúde acima de três dias, conforme código 58.

Figura 8 – Código 58 de afastamento concedido após avaliação da perícia médica (2017-2021)



Fonte: Elaborado pela autora, a partir do relatório enviado pela Perícia Médica

O afastamento concedido depois da avaliação da Perícia Médica, pelo código 58, é atribuído para as/os profissionais que se ausentaram acima de três dias do trabalho. Esse atestado serve para servidoras/es públicos efetivas/os e para profissionais contratados da Secretaria de Educação e CLT até 15 dias, isto é, após 15 dias de atestado, a/o servidor contratado/a ou CLT passam para o código 48, responsabilidade do INSS. O gráfico aponta que em 2017, havia 11.528 funcionárias/os trabalhando na Secretaria, dos quais 1.559 estavam afastadas/os acima de três dias, representando 13,52% atestado médico. Em 2018, havia 11.880 profissionais trabalhando, com 1.704 afastadas/os, portanto 14,34% de atestado. Em 2019, havia 11.690 profissionais trabalhando, com 2.062 afastadas/os, representando 17,63%

de atestado. Em 2020, havia 10.650 profissionais trabalhando, com 839 afastadas/os, respectivamente, 7,87% de profissionais afastadas/os. Em 2021, havia 11.813 profissionais trabalhando, com 2.632 afastadas/os. Isso representa 22,28% do total de profissionais.

Esses dados sugerem que houve um aumento considerável nas condições de trabalho nesses cinco anos (2017-2021), que levou profissionais ao adoecimento. Contudo, podemos apreciar que houve uma queda acentuada em 2020, mostrando um percentual muito abaixo dos anos anteriores. Destacamos aqui, a variação significativa no número de afastamentos entre 2019 e 2020, porém 2020, foi atribuída a pandemia de Covid-19.

4.3.1 A aplicação do questionário

Para a aplicação do questionário que elaboramos, contamos com um tempo reduzido, devido a todo o processo entre visitas às instituições, envio do questionário e respostas. Selecionamos então, 11 unidades para realizar a pesquisa. Com um universo de 476 profissionais trabalhando na rede de educação infantil em sala de aula, obtivemos um percentual de 25,63% da amostra, contabilizando 122 participantes que responderam nossa pesquisa efetivamente.

No primeiro momento, entramos em contato com o setor do NUFPAEI para o processo de escolhas das instituições e visitas às unidades. Em parceria com a equipe, iniciamos uma minuciosa busca por unidades que ficavam localizadas nas cinco regiões: norte, sul, leste, continental e parte central da cidade e que apresentavam uma quantidade relativa de ausência das/os profissionais que trabalhavam diretamente em sala de aula. Nessa busca, encontramos 22 unidades de educação infantil.

No segundo momento, realizamos contato por telefone com a diretora e supervisora, para buscar informações sobre a rotatividade de profissionais em sala, afastamentos e readaptadas/os, ACTs, problemas com falta de materiais e por fim a disponibilidade de as/os professoras/es em participarem da pesquisa respondendo ao questionário. Das 22 unidades, foi possível ter contato efetivamente com 17 NEIMs, e desses ficamos apenas com 11 para aplicar o questionário. Nos demais, tivemos problemas com o aparelho telefônico que não atendia e a ausência de interesse pelo questionário.

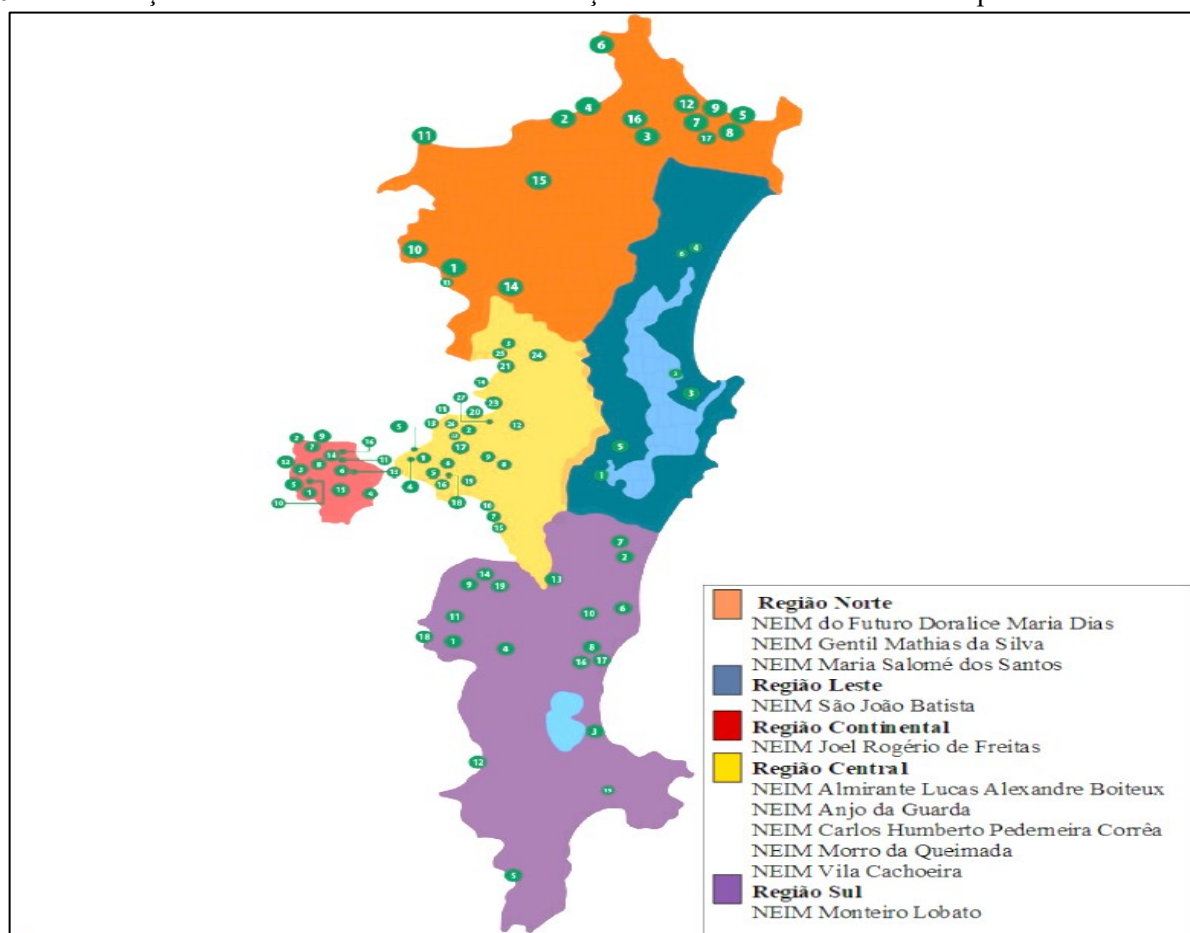
No terceiro momento, solicitamos via WhatsApp às/aos gestoras/es agendamento para entregar a carta de apresentação, a síntese do projeto, a declaração de aceite à pesquisa e de ter a oportunidade em conhecer minimamente a realidade de cada instituição. As visitas nas unidades viabilizaram-nos a aproximação com as/os profissionais, podendo explicar sobre sua

possível participação e sobre a importância da temática da pesquisa. Possibilitou escutá-las em suas queixas sobre: a falta de materiais pedagógicos para trabalhar em sala, a ausência da prefeitura com más condições de trabalho, com o descaso com a comunidade escolar. Além do desânimo com a profissão docente, com a sobrecarga de tarefas, com a carga horária de trabalho, com o trajeto percorrido até o trabalho, com a desvalorização profissional, com os ataques ao serviço público.

Nesse momento essencial, afirmarmo-nos como pesquisadoras, comprometendo-nos com a educação pública, com as/os profissionais da educação infantil e com a comunidade escolar em geral. Temos o propósito em desvelar a partir da realidade aparente, as condições de trabalho vivenciada no interior das instituições da educação infantil da RMEF. Reconhecemos que essa realidade pode e deve ser transformada pela união e luta de todas/os nós, mas precisamos tomar consciência do que estamos lutando. Parte dessa luta envolve denunciar injustiças, como desigualdades social, racial, de gênero entre outras, as quais encontramos. Reconhecemos a importância desta pesquisa e o compromisso em divulgá-la e propagá-la a comunidade escolar, ao Sindicato o resultado desse trabalho. As informações constatadas nesta dissertação podem ser valiosas para nossa luta conjunta por uma educação melhor, por melhores condições de trabalho.

A seguir apresentamos os resultados dos questionários. O mapa foi a forma que encontramos de mostrar a localização das unidades de educação infantil da RMEF, representada na Figura 9.

Figura 9 – Localização das unidades educativas de educação infantil da RMEI de Florianópolis



Fonte: Elaborado pela autora, a partir de PMF (2023)

O mapa está representando a localização das unidades de educação infantil da RMEF distribuída por regiões. Observamos que na região Central concentra-se uma parte significativa dos NEIMs, com 28 unidades localizadas nas proximidades (centro, bairros e áreas periféricas da cidade); em seguida, temos a região sul com 19 unidades, a região norte e continental com 16 unidades cada e a região leste com 6 unidades, totalizando 85 núcleos de educação infantil de Florianópolis.

O cenário no qual estão localizadas as instituições de educação infantil possuem características distintas e adaptadas para cada realidade populacional e local. Há unidades com estruturas em bom estado e outras com problemas em infraestrutura, como instituições localizadas na região central da cidade, com construções prejudicadas, arquiteturas²⁹ com

²⁹As discussões em torno da história da educação infantil sobre a arquitetura e estrutura das creches é uma discussão realizada por pesquisadoras na área da educação infantil (Broering, 2014; Oestreich, 2011). Disponível em: <https://sistemabu.udesc.br/pergamumweb/vinculos/00006e/00006e69.pdf>. <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/95903/299985.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 13 mar. 2020.

padrão no estilo de sobrado, casas adaptadas em condições insalubres, ambiência desfavorável à comunidade escolar. Os espaços internos apresentados no gráfico a seguir são constituídos de sala de aula, sala da direção, sala das/os professoras/es e refeitório com tamanho reduzido e, por muitas vezes, utilizado para outras demandas (refeições, reuniões, festas, teatros etc.). A convivência dos sujeitos (crianças, professoras, funcionários etc.), nos espaços externo e interno ofertado pela RMEF, fica muitas vezes aquém da realidade apresentada nos documentos curriculares e pedagógicos da educação infantil da RMEF.

Essa realidade foi evidenciada nos resultados da pesquisa, com índice alto de queixas e reclamações sobre as condições de trabalho referidas ao ambiente físico (espaço externo e interno, som, temperaturas), estrutura arquitetônica (salas reduzidas, refeitórios reduzidos, ausência de parque externo, banheiros sem chuveiros etc.), instrumentos de trabalho (materiais pedagógicos, internet, mesas e cadeiras apropriadas para os adultos), além do mal-estar docente associado ao absenteísmo e Síndrome de Burnout, causando adoecimento nas/os profissionais de educação infantil da RMEF..

Quanto às/aos profissionais da educação infantil da RMEF, o objetivo foi compreender as relações entre o adoecimento docente e as condições de trabalho. Para fazermos as análises dos resultados, elaboramos perguntas que possibilitassem às/aos professoras/es responderem com autenticidade. Organizamos questões por blocos: dados pessoais (idade, estado civil, local de nascimento e filhos); formação acadêmica (formação, universidade, modalidade); trabalho e carreira (vínculo, unidades que trabalha, cargos, carga horária, tempo de trabalho etc.); condições de trabalho (trajeto, alimentação, formação permanente, hora-atividade, valorização profissional, mobílias, materiais pedagógicos, mídias etc.); adoecimento (ergonomia, incômodos, atestados/mês/ano, afastamentos/motivos, medicamentos).

A seguir, mostramos a situação da classe trabalhadora de docente na educação infantil da RMEF, analisando as respostas numa reflexão dialética com a aparente realidade, com o objetivo em compreender a partir da materialidade as reais condições de trabalho, por vezes invisibilizadas pelo cotidiano realizado no processo de trabalho. Apresentamos os gráficos em forma de figuras, procurando estabelecer conexões imbricadas que refletem o cotidiano escolar.

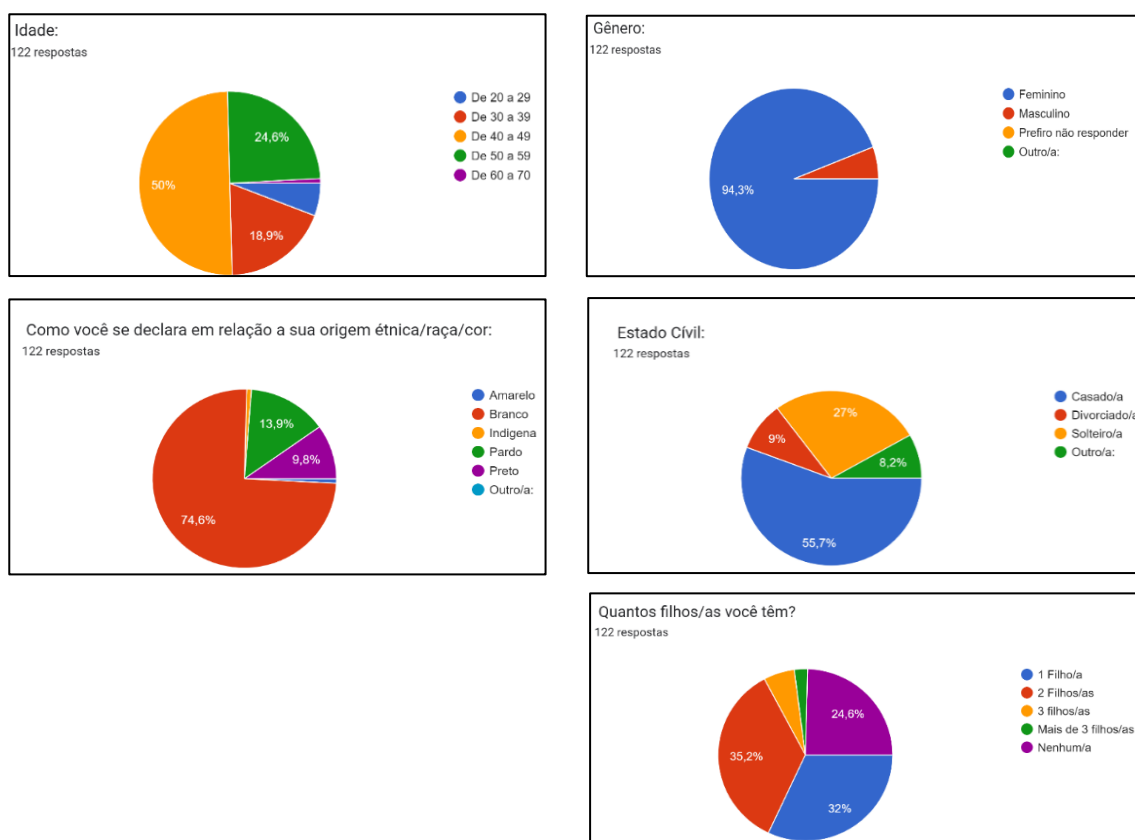
4.3.2 Dados gerais da amostra

Procuramos estabelecer uma conexão entre as questões do questionário e as temáticas de análise crítica (dados pessoais, formação acadêmica, trabalho e carreira, condições de

trabalho e adoecimento), procurando dar sentido ao texto para que os leitores pudessem nas suas leituras, dialogar entre o que aparenta ser e o que realmente é, vivida no cotidiano do processo de trabalho docente em sala de aula.

A seguir apresentamos o primeiro bloco mostrando o perfil das/os profissionais de educação infantil da RMEF que foram as protagonistas da pesquisa a campo, representado na Figura 10.

Figura 10 – Identificação dos dados pessoais das/os participantes da pesquisa



Fonte: Questionário desenvolvido e aplicado pela autora em 2023 com docentes da educação infantil da RMEF

Os dados da pesquisa apresentado na Figura 10 revelam que da totalidade de 122 docentes, 94,3% é predominantemente do sexo feminino e 5,7% se identificam no sexo masculino. Com uma porcentagem de 50% a amostra constata profissionais com idades que variam de 40 a 49 anos; 24,6% de 50 a 59 anos, 18,9% de 30 a 39 anos e 5,7% variam de 20 a 29 anos de idade, com tempo de trabalho longínquo. Diante da amostra, ficou evidente que a educação infantil de RMEF possui um quadro de profissionais efetivos e temporárias/os em idade e tempo e serviço com longa experiência na carreira docente. Voltaremos aos dados sobre o tempo de serviço mais adiante.

Entre mulheres e homens, declararam-se professoras/es brancas/os 74,6% (91); 13,9% (17) professoras/es pardas/os; 9,8% (12) professoras/es pretas/os; 0,8% (1) professora indígena e 0,8% (1) professora amarela. Dessa forma, a amostra destaca o sexo feminino, predominantemente majoritário na docência e na branquitude. Não foi possível identificar dados gerais da procedência de todas/os participantes, em razão de respostas equivocadas ao questionário. Mas conseguimos buscar dados individuais de docentes que se declararam preta/o, parda/o, amarela e indígena.

Quanto aos que se declararam pretas/os, pardas/os, amarela e indígena, temos 50% de profissionais naturais de Florianópolis e as/os demais advêm de outras regiões (Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Paraná, Tijuca, São José). Nos cargos ocupados, temos 17 profissionais efetivos e 14 substitutos, dos quais são: 15 auxiliares de sala, 6 professoras/es auxiliares, 2 readaptadas e 8 professoras/es regentes. Desse total, a maioria atua na função de auxiliar de sala (30 horas + 10 de termo).

No que diz respeito aos homens, apenas 7 profissionais responderam ao questionário e desses, 5 trabalhavam por contrato temporário, casados com mais de 2 filhos, cada. Apenas um (1) solteiro com menos de 30 anos de idade, os demais com mais de 40 anos. Desse total, apenas 2 afirmaram se afastarem para cuidarem das/dos filhas/os e de parentes.

No universo feminino, foco desta pesquisa, 115 profissionais femininas responderam ao questionário e dessas, 64 são casadas, 11 são divorciadas, 31 são solteiras e 9 não declararam. A amostra apontou 25% das professoras solteiras que possuem de 1 a 3 filhas/os e uma com mais de 3 filhas/os. Ainda temos desse total feminino, 39 que trabalharam por contrato temporário e 76 que são efetivas.

No que consiste o gênero feminino, na pesquisa geral do país, os dados do Censo Escolar de 2022 realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), revela que o corpo docente na educação básica é, predominantemente, feminino com 97,2%, nas creches e 94,2% na pré-escola. No ensino fundamental, as mulheres são 77,5% dos 1,4 milhões de docentes e no ensino médio elas representam 57,5% do total de 545.974 em todo o país (INEP, 2023), o que corrobora com a análise apresentada na pesquisa de Dias (2020, p. 138) afirmando que o cenário não muda de um estado para o outro em que há uma proporção similar “[...] o quanto as mulheres continuam sendo desvalorizadas no âmbito do trabalho e da carreira profissional [...]”

Em ocorrência disso, é possível afirmar que as relações sociais de gênero, aqui representadas pela desigual divisão sexual do trabalho, baseiam-se na

articulação do trabalho assalariado feminino com as suas funções de reprodução, uma vez que as relações de gênero no espaço produtivo e na esfera reprodutiva apresentam relação de exploração e opressão respectivamente (Nogueira, 2011, p. 181).

De acordo com a autora, a participação da mulher no trabalho produtivo e reprodutivo tem provocado mudanças no comportamento feminino frente às demandas necessárias à produção capitalista. Essas mudanças repercutem e dão mais visibilidade às desigualdades “[...] entre os sexos, entre classes sociais e entre raças” (Hirata, 2011, p. 16), propulsionando os movimentos coletivos feministas contra a precariedade no trabalho em busca de um trabalho digno.

Diante de fatores tão pontuais que aparecem nos resultados, como o gênero sexual, que identificamos a maioria mulheres e que coaduna com outras pesquisas já discutidas; e o segundo está na identidade étnico-racial, no qual temos uma minoria de profissionais da educação infantil que se declararam pretas/os, pardas/os, amarela e indígena trabalhando na RMEF.

Na busca por pesquisas sobre etnia, encontramos uma pesquisa de Cunha (2019), realizada com 27 profissionais negras atuando na educação infantil da RMEF. A autora contou com 20 profissionais na função de auxiliar de sala, 2 professoras auxiliares e 5 professoras regentes. A pesquisa contribuiu para a nossa análise ao identificar que a maioria das profissionais negras tem o cargo de auxiliar de sala e algumas esperam ansiosas, o momento de migrar para a carreira do magistério com os futuros concursos públicos, outras estão satisfeitas com o cargo e as atribuições que realizam e por fim tem algumas que já estão a caminho da aposentadoria (Cunha, 2019). Outro ponto interessante pesquisado pela autora está nos dados que a Diped enviou baseado no Censo Escolar de 2018, que traz um total de 346 profissionais da educação infantil efetivos e ACTs, cuja cor/raça são: 2 amarela, 2 indígenas, 51 pardas, 64 pretas e 227 que não declararam a cor/raça (Cunha, 2019, p. 75). Sobre esse último dado sugere a autora que “[...] talvez tal posicionamento esteja relacionado a não se identificar pertencente a um determinado grupo racial, a uma ideia de democracia racial, a não considerar importante esse quesito, a não acreditar que a classe social explica a realidade” (Cunha, 2019b, p. 76).

Françoise Vergès (2020, p. 23), escreve um capítulo intitulado “Invisíveis, elas “abrem a cidade”, conta a história de “mulheres racializadas” que prestavam serviços a uma empresa Francesa, cujo trabalho era realizado em uma das estações de trem mais movimentadas de Paris, em um horário que a cidade estava iniciando suas atividades comerciais. Mulheres que

lutaram contra a opressão, exploração, baixos salários, racialização entre outros fatores, foram vitoriosas numa greve que fizeram. Françoise relata que

Essa mão de obra que constitui uma força de trabalho racializada e majoritariamente feminina, que realiza serviço subqualificado e, portanto, mal pago, trabalha em uma situação de risco para a saúde, na maioria das vezes em tempo parcial, de madrugada ou à noite, quando escritórios, hospitais, universidades, centros comerciais, aeroportos e estações estão vazios, ou quando os/as hóspedes já deixaram os quartos de hotel. Bilhões de mulheres ocupam incansavelmente da tarefa de limpar o mundo. Sem o trabalho delas, milhões de empregados, de agentes do capital, do Estado, do Exército, das instituições culturais, artísticas e científicas, não poderiam ocupar seus escritórios, comer em refeitórios, realizar reuniões, tomar decisões em espaços asseados onde lixeiras, mesas, cadeiras, poltronas, pisos, banheiros, restaurantes foram limpos e postos à sua disposição. Esse trabalho indispensável ao funcionamento de qualquer sociedade deve permanecer *invisível*. Não devemos nos dar conta de que o mundo onde circulamos foi limpo por mulheres racializada e superexploração. Por um lado, esse trabalho é considerado parte daquilo que as mulheres devem fazer (sem reclamar) há séculos – o trabalho feminino de cuidar e limpar constitui um trabalho gratuito. Por outro lado, o capitalismo produz inevitavelmente trabalhos invisíveis e vidas descartáveis (Vergès, 2020, p. 25).

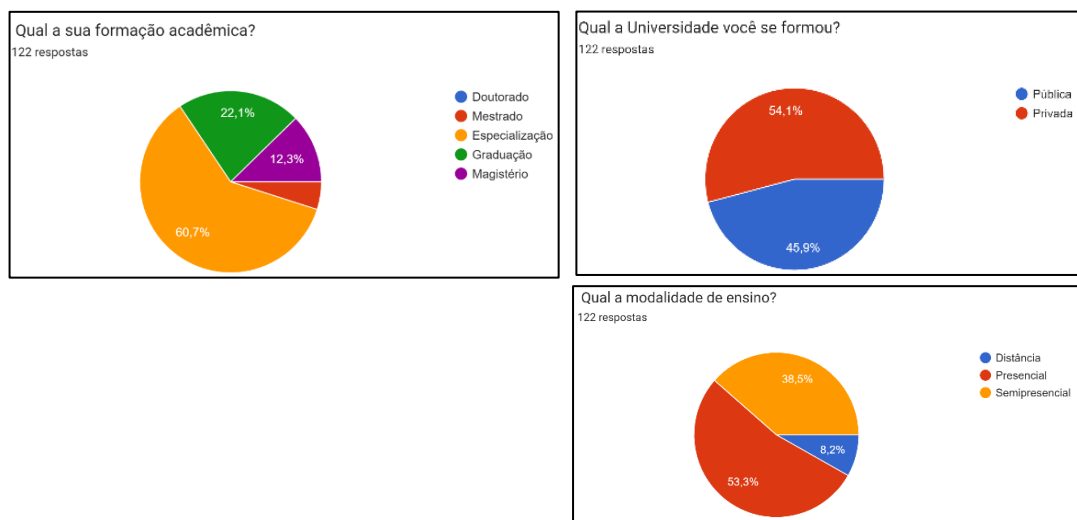
Refletindo sobre a história dessas mulheres que resistiram à opressão, à exploração, ainda hoje encontramos mulheres que se escondem, se invisibilizam negando a si mesma. Para além desse quadro, quantas mulheres, mundo afora, escondem sua identidade, sua raiz, sua raça. Vergès (2020, p. 28) defende “[...] um feminismo decolonial que tenha por objetivo a destruição do racismo, do capitalismo e do imperialismo [...]”.

Nesse contexto, situamos nossa pesquisa e os protagonistas presentes nos resultados das análises, apontando ainda a necessidade de investigar os motivos pelos quais a proporção de negros, pardos, amarelos, indígenas em relação a brancos está em menor número, para além de apenas a função de auxiliar de sala, mas de todas/os as/os funções, regimes e contratações das/os trabalhadoras/es da educação infantil da RMEF. Questões como, migração, desigualdade social e econômica, profissionalização, extensas jornadas de trabalho, assédio moral, racismo entre tantos outros fatores que refletem também numa parcela da classe trabalhadora.

Sobre essas mulheres/homens, autoras/es de uma história e vida, galgaram no tempo para chegar aonde estão torna-se importante mostrar de onde partiram, que formação fizeram, quem são essas/es personagens que fizeram e continuam fazendo história na educação infantil da RMEF. Para isso, a Figura 11 mostra com detalhes os gráficos apresentando as quatro categorias principais do nível alcançado na educação: especialização, graduação, magistério

e mestrado com a formação realizada no público ou privado, em universidades que oferecem módulo presencial ou a distância no semipresencial.

Figura 11 – Identificação da formação acadêmica das/os participantes da pesquisa



Fonte: Questionário desenvolvido e aplicado pela autora em 2023 com docentes da educação infantil da RMEF

Os gráficos representados pela Figura 11 nos mostram a situação das/os profissionais da educação infantil no que consiste à formação acadêmica, com 60,7% das/os respondentes que possuem especialização, seguido de 22,1% com graduação, 12,3% com magistério e 4,9% com mestrado. No total de 122 respondentes, 15 têm formação mínima (magistério) exigida pela RMEF. Identificamos nos resultados que a maioria (54,1%) das/os respondentes frequentaram a formação inicial em universidades privadas, enquanto 45,9% frequentaram universidades públicas. Deste percentual, 53,3% têm formação na modalidade presencial, 38,5% na semipresencial e 8,2% na modalidade EAD. Há uma tendência maior nas instituições privadas, por possuírem currículos flexíveis, uma vez que jovens, mulheres, homens, tendem a escolher modalidades que estejam adequadas às demandas imposta pelo capital. Esse cenário reflete o número de vagas ofertados na rede privada que cresceu substancialmente, com mais de 80% de alunas/os(professores), matriculadas/os nas redes de ensino superior. O resultado é do Censo da Educação Superior 2020, divulgado pelo INEP (2020). Nesse sentido, para essas/es profissionais, o tempo dedicado à carreira profissão, a longa jornada de trabalho, o cuidado com a casa, com a família podem ser exemplos que tendem a interferir na escolha da modalidade de formação que o indivíduo vai buscar, assim precarizando ainda mais a formação dessas/es profissionais.

Pesquisas apontam que na modalidade oferecida pelas instituições privadas em “EaD (Educação a Distância) na área da Educação – licenciaturas e de poucos bacharelados – as IES (Instituto de Ensino Superior) públicas apresentam um baixo percentual de cursos nesta modalidade; dos 4.171 cursos, 91,7% (3.823) eram presenciais contra 8,3% (348) em EaD”. (Evangelista, 2017, p. 37). Tanto que de 2005 a 2014 subiu de 15 para 104, significando, em 2012, 648 polos e 249.665 matrículas em instituições privadas (Evangelista, 2017a, p.38).

Atualmente, as discussões avançam para a modalidade oferecida a distância com a utilização dos aplicativos (apps), que são utilizados para os teletrabalhos, relacionados com as tecnologias digitais, tem garantido o capital a expansão financeira, precarizando a formação inicial em cursos via apps e explorando ainda mais professoras/es com extensa carga horária e sobretudo com sobrecarga de trabalho. Segundo Previtali e Fagiani (2020, p. 217), eles

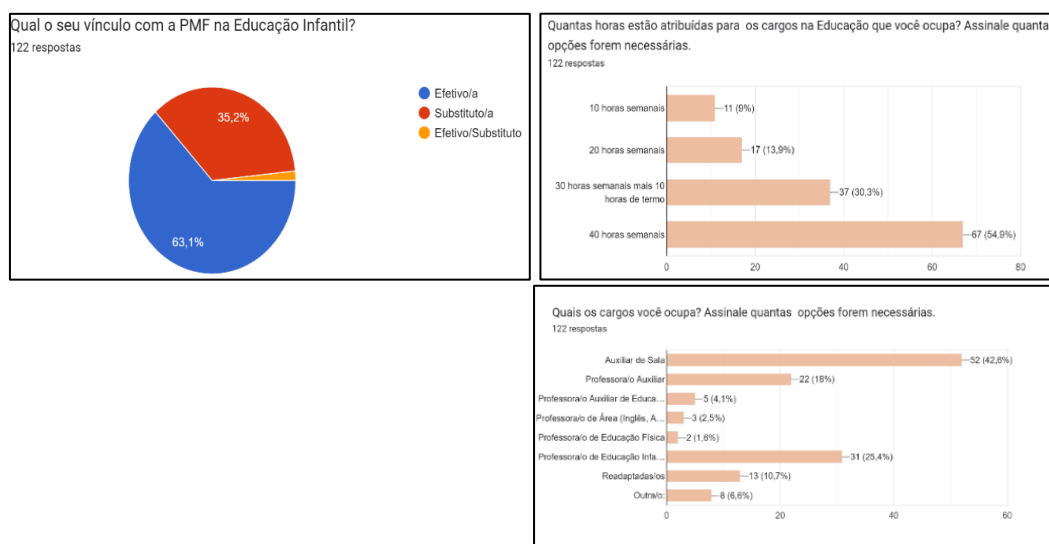
[...] trazem consigo o advento do teletrabalho, forma de trabalho mediada por plataformas digitais, os apps, numa aparente relação de não trabalho e, portanto, de não exploração. O teletrabalho pode ser feito total ou parcialmente à distância, em qualquer lugar, desde que haja um computador ou celular e conexão à internet. Não possuindo mais horário ou local fixo, ele é realizado sob demanda e remunerado como tal, isto é, por serviço prestado, de forma uberizada, com significativos desdobramentos sobre a subjetividade do ser que trabalha e para a dinâmica das lutas de classes.

Essa é uma tendência da uberização do trabalho, que se torna cada vez mais comum, na era digital da Indústria 4.0. Uma diversidade de profissões, como as de professores, médicos, entregadores de IFood, taxistas uberizados entre tantos outros, começam a operar sob a lógica do trabalho sob demanda, intermediado por um aplicativo. Essa nova forma de trabalho, tende a ser flexível, com trabalhadores disponíveis a qualquer momento e sem direitos trabalhistas (Previtali; Fagiani, 2020). Na Rede Municipal, tivemos uma experiência absurda, na pandemia de Covid-19, quando em isolamento atendemos as crianças em *home office*, por aplicativo de WhatsApp, criando vídeos por plataformas (Youtube, Canvas etc.). No que diz respeito a essas novas tecnologias, cujo motivo do capitalista não é uma formação qualificada e humanizada, mas, sim, uma formação de massa trabalhadora para as demandas do mercado de trabalho.

Quanto aos cargos dessas/es profissionais trabalhadoras/es da Rede que fazem parte no quadro do magistério e no quadro do civil da RMEF, analisamos os gráficos que evidenciaram os cargos ocupados pelo quadro do magistério e do civil com regime de efetivas/os e substitutas/os, além da carga horária atribuída. A amostra constatou a maioria com vínculo empregatício e plano de carreira, mas ainda, uma parcela significativa de

profissionais substitutos, além de uma boa parte das/os respondentes trabalharem com uma carga horária extensa ocupando outras funções. Apresentamos a seguir os gráficos representados na Figura 12.

Figura 12 – Identificação do vínculo, da carga horária e dos cargos ocupados pelas/os participantes da pesquisa



Fonte: Questionário desenvolvido e aplicado pela autora em 2023 com docentes da educação infantil da RMEF

De acordo com a Figura 12, o gráfico³⁰ apresentando os cargos ocupados de um recorte da amostra da pesquisa evidenciou que no total de 122 profissionais, 56 atuam no quadro do magistério em sala (professoras/es auxiliares, regentes, educação física, educação especial e as/os professoras/es de área) e 8 estão readaptadas/os, somando um total de 64 professoras/es atuando na educação infantil da RMEF. Da amostra de 64 profissionais no quadro do magistério, temos 39 profissionais efetivas/os, 25 profissionais substitutas/os e 5 profissionais efetivas/os que não identificaram os respectivos cargos, não contabilizamos, mas perfazem uma jornada de 40 horas semanais. A amostra evidenciou que são mais de 90% das/os respondentes que cumprem uma carga horária de 40 horas/semanais, com 13h20min. de hora-atividade semanalmente.

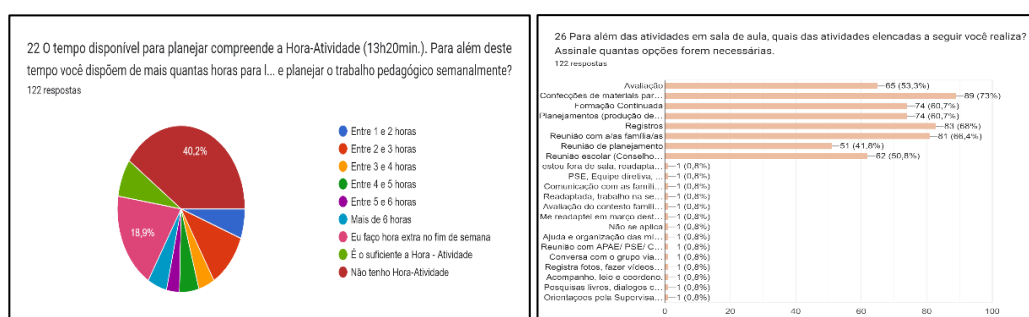
A hora-atividade é parte da jornada de trabalho da/o professora/o do quadro do magistério, garantida pela Lei do PSPN (Lei nº 11.738/08), sancionada no governo Lula

³⁰ Conforme o gráfico apresentando os cargos ocupados, a soma das/os profissionais ultrapassou a quantidade de respondentes, perfazendo um total de 136 profissionais trabalhando na educação infantil. Porém, são exatos 122 profissionais trabalhando na rede. Este fato ocorreu, pois algumas respondentes exerceram mais de uma função com a ampliação de mais 10 horas de trabalho além das horas de trabalho legislada pelo município (20, 30 ou 40 horas/semanais) e algumas participantes do questionário responderam separadamente representando um profissional a mais. Portanto, a leitura e análise do gráfico será realizada com a quantidade de 122 participantes.

(2003-2010). Esse momento de vitória foi com a luta das/os trabalhadoras/es realizada em 2012 e teve uma conquista histórica com a incorporação da gratificação de 33% de Hora Atividade³¹ em tempo para a educação infantil. Essas horas conquistadas tonam-se significativas no processo de organização e construção da profissão docente, mas se trata de um direito adquirido a partir de muita luta de toda a categoria docente que, pela sobrecarga de trabalho juntou-se ao Sindicato para reivindicar seus direitos. Faz-se “[...] perceber que essa conquista apropriada e ainda reconquistada a cada dia nos espaços de educação, é tomar consciência que a história é construída pelo humano e nela devemos nos manter atuantes para evitar retrocessos” (Furtado, 2020, p. 26).

Vamos aos dados verificar se na prática essas horas são suficientes para a realização de todo o trabalho pedagógico e as tarefas para além do pedagógico, que atualmente fazem parte do trabalho das/os profissionais de educação infantil da RMEF. Apresentamos a seguir os gráficos representados na Figura 13.

Figura 13 – Identificação das horas atribuídas para planejamento das/os professora/es da educação infantil da RMEF



Fonte: Questionário desenvolvido e aplicado pela autora em 2023 com docentes da educação infantil da RMEF

Quanto ao tempo disponível para os planejamentos, tivemos um percentual de 40,2% de profissionais que não têm hora-atividade, portanto não fazem planejamentos e nem os executam. São auxiliares de sala do quadro civil, que trabalham 30 horas e participam desse processo juntamente a/o professora/professor regente, mas suas atribuições dadas em documentos oficiais, as eximem de alguns compromissos que o magistério executa, contudo na prática o trabalho pedagógico é de longe um trabalho isolado, este necessita de

³¹ Conforme Portaria nº023/13 da Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis, o município reitera a Lei nº 2.915/88 do Estatuto do Magistério e normatiza a jornada de trabalho dos membros do quadro do Magistério. Art. 1º §1º A hora/atividade é destinada para atividades de Estudos, Planejamentos e Avaliação; § 2º O tempo destinado à hora/atividade deverá respeitar o limite de 50% (cinquenta por cento) para atividades coletivas, no próprio local de trabalho ou espaço definidos pela Direção da Unidade Educativa ou Secretaria Municipal de Educação (SINTRASEM, 2014).

coletividade, uma vez que é realizado com grupos de crianças e parceria de profissionais qualificados. Portanto, os documentos e leis estão aquém de um dia serem representados na práxis docente.

Diferente das auxiliares de sala, as/os professoras/es ganham em tempo a hora-atividade e os dados mostram uma realidade na prática diferente do que consta aparenta ser. Do quadro do magistério todas/os profissionais de educação infantil que utilizam da hora-atividade para a realização do trabalho pedagógico, constataram que trabalharam entre 1 e 6 horas fazendo hora extra nos fins de semana para darem conta do compromisso assumido por elas/eles. Algumas variam entre 1 e 4 horas e outras entre 4 e 6 horas e ou até mais. Apenas 9 profissionais dizem ser o suficiente o tempo da hora-atividade.

Iniciamos um *de tour* por sobre as respostas enviadas pelas participantes, e sabendo que as/os profissionais na sua maioria tem uma carga horária estabelecida entre 20 ou 40 horas de efetivo trabalho semanalmente, já incluso a hora-atividade, compreendemos esse tempo (13h20min) insuficiente para sistematizar o trabalho pedagógico. Com as intensas demandas, hoje sob responsabilidade das/os profissionais de sala, sejam elas/es do quadro do magistério ou do quadro civil, estatutária/o ou substituta/o, o compromisso dessas/es profissionais de educação infantil, especificamente as regentes e professoras auxiliares, com as atribuições que lhes cabem, já mencionado ao longo do texto, vai além do cuidar e educar indissociável ao desenvolvimento da criança. Os desafios perpassam por grupos de diferentes idades, cultura, realidade social e econômica, especialidades específicas, especificidades de cada criança entre outras atividades relacionado a educação infantil. Além das atribuições que incluem, avaliações, chamadas de frequência *online* a serem alimentadas no sistema, reuniões com as famílias, projetos, estudos, formação continuada com o objetivo em temas específicos escolhido pela equipe de formação da secretaria de educação do NUFPAEI. O curso de aperfeiçoamento é comentado por Furtado (2020, p. 51) nos lembrando que a “[...] formação continuada oferecida pela RMEF com caráter convocatório no período destinado à hora-atividade, ou seja, caso não justifique a ausência nas formações, é considerado falta por meio do código (04)”, sem contar com as reuniões pedagógicas, orientações com a supervisora entre outras atividades. Essas atribuições devem ser contempladas pelas diferentes realidades de cada instituição, com base no Projeto Político Pedagógico (PPP), construído coletivamente com toda a comunidade escolar.

Segundo Dal Ross (2005, p. 68), “[...] na história do capitalismo, a manipulação dos graus de intensidade do trabalho esteve sempre relacionada com o objetivo de resultados [...], quanto maior a intensidade, mais resultados são produzidos pelo trabalho no mesmo período

de tempo considerado”. A intensificação do trabalho docente está diretamente relacionada com a energia do/a trabalhador/a no exercício das atividades cotidianas, uma vez que estas/es utilizam-se do trabalho físico, para trocar fraldas, para pegar uma criança no colo, por exemplo; tanto quanto do trabalho intelectual, o não físico, quando as intencões estão atreladas ao desenvolvimento infantil, ao envolvimento efetivo. Para Dal Rosso (2005, p. 72) “[...] em qualquer desses exemplos pode ser identificada a participação da inteligência, da cultura adquirida, da socialização herdada, das relações construídas pelo trabalhador. O trabalho ocupa a pessoa como um todo”. O trabalhador é cada vez mais cobrado por resultados e envolvido no trabalho.

Nas palavras de Marx (2017, p. 338):

O sono saudável, necessário para a restauração, renovação e revigoração da força vital, é reduzido pelo capital a não mais que um mínimo de hora de torpor absolutamente imprescindível ao reavivamento de um organismo completamente exaurido. [...]. O capital não se importa com o tempo de vida da força de trabalho. O que lhe interessa é única e exclusivamente o máximo de força de trabalho que pode ser posta em movimento numa jornada de trabalho. [...]

Assim, reiteramos que, embora o trabalho desempenhado pelas/os profissionais da educação infantil da RMEF não gere lucro direto para o empregador, a atividade desempenha um papel essencial na preparação de novos indivíduos para o mercado de trabalho. Esses indivíduos, por sua vez, atuam como força de trabalho produtiva na riqueza para o capitalista e na expansão para o capital. Essa é uma das formas que o capital encontrou para continuar com seu projeto avassalador e destruidor a classe trabalhadora. O sentimento de incerteza, desânimo, encontra-se no interior das instituições com professoras/es adoecendo e se afastando do trabalho.

Não é diferente com as/os 53 auxiliares de sala, do quadro civil da RMEF participantes da pesquisa que nos trouxeram também demandas altíssimas com uma extensa jornada de trabalho efetivo. Do quadro civil, temos 48 auxiliares de sala e 5 auxiliares readaptadas/os, dos quais, 18 profissionais auxiliares são substitutas/os e 35 profissionais auxiliares são efetivas/os. Quanto à jornada de trabalho, as/os auxiliares de sala, tanto as/os que exercem a função que lhes cabe quanto as que estão readaptadas/os, cumprem jornadas ampliadas, distribuídas em: 5 auxiliares de sala readaptadas, das quais, 4 estavam fora de sala ocupando outras funções com mais 10 horas semanais de trabalho e 1 apenas uma auxiliar readaptada cumprindo sua carga horária (30h). Do total de auxiliares de sala que estão na ativa em sala

de aula, temos 46 profissionais trabalhando com a ampliação de carga horária e 2 auxiliares que fazem uma jornada de 50 horas semanais (30+20).

Esses casos específicos mencionados nos reportam a desempenho de funções adicionais, trabalhando horas a mais, caracterizando acúmulo de tarefa. Dessa forma, faltando tempo para o descanso, para a recuperação, para o sono, para o lazer, para a família. Correndo risco para a sua saúde, docentes estão propícios ao sofrimento e ao adoecimento constante. O que chama a atenção no gráfico apresentado é que, além das horas atribuídas aos cargos que ocupam, 30,3% de profissionais atuam 30 horas mais 10 horas, totalizando uma jornada de 40 horas trabalhando nas diversas funções. As 10 horas a mais trabalhadas estão asseguradas pelo Termo de Opção (Ampliação de Jornada) amparada pela Lei nº 6847/2005³², que amplia a jornada de trabalho, para 40 horas semanais.

Marx (2017, p. 222) demonstra a importância do tempo de descanso para a sobrevivência dos trabalhadores:

Embora a jornada de trabalho não seja uma grandeza fixa, mas fluida, ela só pode variar dentro de certos limites. Seu limite mínimo é, no entanto, indeterminável. É verdade que, se igualamos a zero a linha b_c, ou o mais-trabalho, obtemos um limite mínimo, isto é, a parte do dia que o trabalhador tem necessariamente de trabalhar para sua autoconservação. Porém, com base no modo de produção capitalista, o trabalho só pode constituir uma parte de sua jornada de trabalho, de modo que esta jamais pode ser reduzida a esse mínimo. Por outro lado, a jornada de trabalho possui um limite máximo, não podendo ser prolongada para além de certo limite. Esse limite máximo é duplamente determinado. Em primeiro lugar, pela limitação física da força de trabalho. Durante um dia natural de 24 horas, uma pessoa despende apenas uma determinada quantidade de força vital. Do mesmo modo, um cavalo pode trabalhar apenas 8 horas diárias. Durante uma parte do dia, essa força tem de descansar, dormir; durante outra parte do dia, a pessoa tem de satisfazer outras necessidades físicas, como alimentar-se, limpar-se, vestir-se etc. Além desses limites puramente físicos, há também limites morais que impedem o prolongamento da jornada de trabalho. O trabalhador precisa de tempo para satisfazer as necessidades intelectuais e sociais, cuja extensão e número são determinados do nível geral de cultura de uma dada época. A variação da jornada de trabalho se move, assim, no interior de limites físicos e sociais, porém ambas as formas de limites são de natureza muito elásticas e permitem as mais amplas variações. Desse modo, encontramos jornadas de trabalho de 8, 10, 12, 14, 16, 18 horas, ou seja, das mais distintas durações.

³² Lei nº 6.847/2005, amplia, por opção e no interesse da Administração, a duração de trabalho semanal dos Servidores do Quadro Único de Pessoal Civil, do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF) e das Fundações, pertencentes aos Grupos ocupacionais II e III, Nível Médio e Superior respectivamente e dá outras providências (PMF, 2015).

Os trabalhadores precisam de tempo para comer, dormir e atender todas as suas necessidades físicas. Além disso, também precisam de tempo para o estudo, para o convívio social, para o lazer. Muitas/os das/os profissionais que participaram desta pesquisa possuem jornadas estendidas e muitas vezes, trabalham sem ter um tempo para se alimentar, para descansar. Em conversas informais com a gestão sobre a ampliação da jornada de trabalho, as/os docentes justificaram-na por conta das ausências de profissionais de sala ou mesmo para ajudar na secretaria. Na relação das ausências em sala, a RMEF, por vezes não envia substituição antes de 16 dias de atestado, cabe então, a gestão reorganizar sua equipe e oferecer para as/os profissionais que têm a possibilidade de trabalhar mais 10 horas. Estas/es são contratadas/os para fazerem atividades burocráticas e ou mesmo como explicitado para exercerem a docência em sala de aula, com 10 ou 20 horas a mais semanais.

A demanda tem aumentado e as ampliações tornam-se constantes sendo necessário o rodízio de vários profissionais em um mesmo grupo, prejudicando assim o trabalho pedagógico, a rotina da unidade. Dessa forma, as condições de trabalho apresentadas nas instituições de educação infantil e comentada no questionário corroboram com a intensificação das/os profissionais de sala, e mais ainda para os que necessitam ampliar sua jornada de trabalho, como a equipe pedagógica, a gestão, com reorganização do ano escolar, reuniões com secretarias e famílias, cobranças dos gestores públicos, manutenções, compras, APP, Fundeb entre tantas outras atividades.

Mesmo com a amostra evidenciando uma porcentagem maior em relação a profissionais efetivos na rede, devemos lembrar, no geral temos um público mínimo de docentes jovens na rede, e que verificando em editais de concursos, encontramos edital de 2019 com concurso para professoras/es que até o momento da pesquisa ainda não foram chamadas/os. Com algumas denúncias, o Sindicato, por meio de nota, pede esclarecimento à prefeitura sobre o concurso de 2019 para efetivos (Edital nº 003/2019) ainda vigente e o concurso de 2022 para professoras/es em caráter temporário (Edital nº 023/2022). O concurso para efetivos consta de aprovadas/os esperando serem chamadas/os, e o município recentemente abriu um terceiro concurso com cadastro reserva para a efetivação; e sobre um novo processo emergencial de profissionais substitutos no magistério, a prefeitura justifica o não preenchimento de vagas para este edital. Conforme argumento do Sindicato “[...] não há justificativa para a criação de um terceiro concurso para o magistério, além de indução das pessoas que estão na fila para efetivação e para vagas temporárias a pagar por outro processo seletivo”, portanto este exige a suspensão imediata dos concursos. Enquanto isso, trabalhadores antigos se aposentam e os cargos são ocupados por profissionais temporários,

com contratos precarizados, podendo ser desligados a qualquer momento (SINTRASEM, 2023).

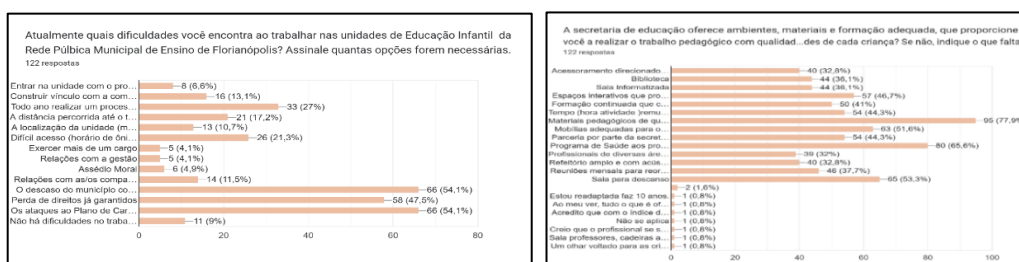
Nesse sentido, enquanto a prefeitura tende a precarizar o trabalho, a valorizar a terceirização e a intensificar o trabalho do/a professor/a com outras tarefas associadas à sala de aula, reverberam nos cargos ocupados por auxiliares de sala, uma quantidade significativa de profissionais que ampliam sua carga horária de 30 horas para 40 horas ou 50 horas semanais, para complementar a renda mensal. Percebemos que cada vez mais, o trabalho coletivo tende a ganhar espaço no setor público e mais pontual na educação pública, pois no dia a dia laboral no interior das instituições o trabalho hoje realizado tanto pela equipe pedagógica quanto pelas/os profissionais que estão em sala de aula, são responsabilidades de todas e todos. Cada vez mais o município vem aumentando as incumbências para a gestão e estas para as/os docentes manipulando as/os trabalhadoras/es a criarem conexões em parcerias para dar conta do acúmulo de tarefas sem perceber o grau de sobrecarga e intensidade de trabalho nele caracterizado pelo capitalismo.

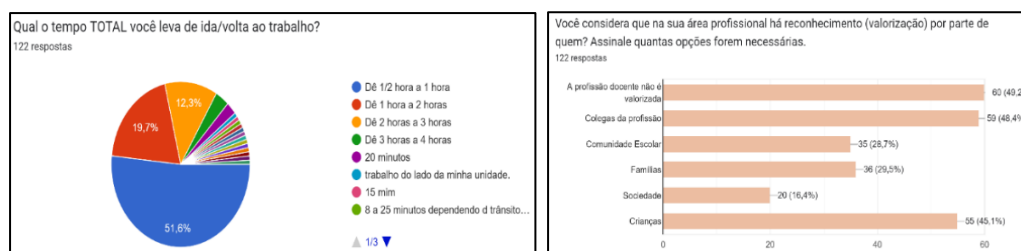
Para essa forma de produção, Netto e Braz (2012, p. 127) dizem que “[...] envolve trabalhadores manuais, mas também, e numa escala progressivamente maior, trabalhadores intelectuais (engenheiros, pesquisadores, projetistas etc.)” e vai chegando às nossas instituições com profissionais da área da educação infantil, como gestoras/es, docentes, supervisoras/es entre outros), sobrecarregadas de compromissos que vão para além da sala de aula.

Desse modo, restou-nos perguntar para as/os participantes da pesquisa se: há dificuldade em trabalhar com a educação infantil na RMEF? Sentem-se valorizadas/os? E o que poderia melhorar na educação infantil?

Vejamos o que dizem os resultados nos gráficos a seguir representados pela Figura 14.

Figura 14 – Identificação das/os participantes com as dificuldades em trabalhar na educação infantil da RMEF





Fonte: Questionário desenvolvido e aplicado pela autora em 2023 com docentes da educação infantil da RMEF

Se tratando das dificuldades em trabalhar na educação infantil da RMEF, num total de 122 respondentes, observamos que apenas 9% não relataram dificuldades em trabalhar na Rede, enquanto a maioria (91%) encontrou problemas. As dificuldades mencionadas incluem o descaso com as/os profissionais (54,1%), os ataques ao plano cargos e salários (54,1%), as perdas de direitos (47,5%), o processo seletivo anual para substitutos (27%), a dificuldade no acesso devido à ausência de transporte coletivo (21,3%), a distância percorrida até o trabalho (17,2%), a insegurança do vínculo empregatício (13,1%), a localização das unidades com difícil acesso (10,7%) e o assédio moral (4,9%).

Outros problemas diz respeito à ausência de materiais pedagógicos (77,9%), programa de saúde aos profissionais da educação (65,6%), sala para descanso (53,3%), mobílias adequadas para o exercício da/o profissional da educação infantil (51,6%), tempo horatividade remunerada para (auxiliares de sala) (44,33%), parceria por parte da Secretaria (44,33%), entre outros. Sobre as manutenções e a infraestrutura interna e externa, as unidades passam por problemas nas manutenções (parque, lâmpadas, fios elétricos, portas, bebedouros, vazamentos no gás, nas telhas, capinagem etc.).

No que refere-se à disposição dos espaços para a educação infantil, as participantes apontaram a ausência de refeitórios amplos e com acústica boa (32,8%), espaços interativos para as crianças (46,7%), sala informatizada (36,1%) e biblioteca (36,1%). O parque é um dos espaços oferecidos a quase todas as unidades confirmado por (74%) das participantes do questionário, ainda há muitas construções que foram reformadas e que têm a arquitetura predial sem ventilação externa, sem parque externo, sem área de lazer para as crianças, com refeitórios e salas muito pequenas.

Quanto à higienização, o refeitório que se caracteriza por ser um espaço transitório utilizado por muitos sujeitos, é limpo mais de 2 vezes por dia, confirmado por 69,7% das/os participantes. A higienização nos banheiros e salas são realizadas apenas 2x ao dia (49,2%). No que remete à higienização, as unidades educativas realizam o atendimento até as 19 horas, com uma significativa quantidade de crianças permanecendo então 12 horas por dia na

instituição. As salas nem sempre contam com banheiros, sendo necessário compartilhar o banheiro com mais grupos. Sendo assim, compreendemos que a quantidade de vezes que são realizadas a higienização desses banheiros e salas são insuficientes para a quantidade do tempo e de crianças dispostas em alguns NEIMs, da RMEF.

De acordo com Dejourns (2014, p. 25), as condições de trabalho consistem em ambiente físico-químico e biológico, além das condições de higiene, segurança e as características antropométricas do posto de trabalho. Aspectos que vem afetando diretamente o corpo de docentes, uma vez que o processo se realiza num ambiente desfavorável e precário. Nas palavras da participante a ausência de *“móveis adequados para professoras/es cadeiras adequadas para o professor sentar-se, não temos chuveiro para professores em caso de acidente, vômito e fezes das crianças”* (Participante 1). Isso torna-se um descaso com o profissional da educação infantil, por vezes que a função de cuidado requer também cuidado não somente da criança, mas também do adulto, já que ele está exposto a bactérias, a infecções e outros males. Esse ambiente deve estar completamente equipado com todos os mecanismos de defesa e higiene possíveis, tanto para a criança quanto para a/o profissional, as/os quais lidam a todo momento com situações adversas.

[...] a carência ou as más condições dos recursos materiais faz com que atividades aparentemente simples se transformem em verdadeiros desafios, sobretudo se considerarmos as várias jornadas de trabalho assumida. Com base no esquema de Daniellou (1998), podemos dizer que a atual situação de trabalho dos docentes é limitante, pois a possibilidade de agir sobre os objetivos (ensinar/educar turmas [...], muitas vezes com dificuldades de aprendizagem) ou sobre os meios (recursos materiais, infraestrutura etc.) é muito pequena, implicando que os resultados exigidos sejam atingidos ao custo de modificações do estado interno, representando danos à saúde (Couto, 2018, p.112).

Nesse sentido, a categoria pode contar com uma rede de apoio, o Sintrase, que com as vozes ecoando nas mídias, denuncia a situação de precarização com a falta de investimentos e a morosidade com licitações e entrega de materiais, a falta de manutenção e entre tantos outros problemas abordados ao longo deste texto. Além de moção de repúdio realizado pelo Sindicato (2019) ao secretário de educação – Maurício Fernandes Pereira (2017-2023) de Florianópolis, relatando vários problemas na educação, com a falta de

[...] estrutura e reformas que se arrastam e afetam o funcionamento de várias unidades [...]. Mudança no calendário da educação infantil tentam obrigar os trabalhadores a cumprirem horário de trabalho aos sábados, fora do regime

extraordinário, como se o trabalho nestes dias fosse parte integrante do calendário oficial (SINTRASEM, 2019).

No mandato do governo de Topázio Neto (2022-2024), não foi diferente, o SintraseM (2023) retorna a denunciar em vídeo os mesmos problemas anteriores, tanto sobre falta de materiais, de alimentação quanto com manutenções que não foram realizadas. Em alguns casos específicos, algumas unidades estavam fazendo “vaquinha” para comprar materiais mais urgentes, como saco de lixo, papel higiênico, detergente etc. A situação nas unidades educativas no município de Florianópolis continua precária e o Sindicato dos trabalhadores denuncia, nas mídias, a negligência da prefeitura em atender as crianças em espaços totalmente destruídos pela falta de manutenção (SINTRASEM, 2023).

Além disso, 65,6% relataram ausência de programas de saúde com atividades de prevenção as/os trabalhadoras/es da RMEF. Profissionais estão adoecendo física e psiquicamente, devido a fatores relacionados às condições de trabalho, por conta do sistema vigente. O município em 2017 criou um Programa de Saúde, denominado Prosabes³³, para atender apenas as/os profissionais readaptadas/os, com o objetivo em contribuir para a redução do absenteísmo, oferecendo um trabalho de reflexão e prevenção, norteado por conceitos de saúde e qualidade de vida (PROSABES, 2012, p. 3). Logo a demanda cresceu e o programa foi ampliado para toda/os profissionais da educação. Segundo relatório, a demanda foi crescendo devido à quantidade de servidores com diversos problemas. Nesse sentido, 65,6% dos docentes esperam da Secretaria de Educação, a criação de programas de saúde com atividades de prevenção. Em resposta, uma profissional retrata a real situação das docentes na educação infantil da RMEF registrando sua indignação.

Acredito que com o índice de profissionais com problemas de saúde devido ao desgaste ao trabalho, falta principalmente interesse da prefeitura em promover qualidade de vida no trabalho, onde poderíamos ter intervalos para praticar ginástica laboral, massoterapia, psicólogos nas escolas para atender as demandas dos profissionais e auxiliar nas demandas da orientação educacional como ferramenta de intervenção. O sistema S (o SESI ou o SESC poderiam ser uma parceira da rede municipal) (Participante 2).

³³ Projeto “Qualidade no ambiente de trabalho: interpretação, ação e avaliação. Este foi o nome do projeto dado a ao Programa de Saúde e Bem Estar do Servidor (Prosabes). Em 2005 a Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis implantou o programa com uma perspectiva de atendimento individualizado para os servidores que se encontravam com problemas de saúde. Em 2006 o programa foi ampliado e oferecido aos servidores da SME, com o objetivo de contribuir para a redução do absenteísmo, oferecendo um trabalho de reflexão e prevenção, norteado por conceito de saúde e qualidade de vida. O Prosabes era desenvolvido por uma equipe de profissionais da SME e outra equipe contratada para prestar serviços especializados referente ao Programa (PMF, 2022).

Os impactos afetam a toda comunidade escolar, além das/os profissionais da educação que enfrentam dia a dia todos esses problemas, com atendimento precarizado e más condições de trabalho e a intensificação pela sobrecarga e os transtornos diário do cotidiano educacional.

O trabalho da/o profissional da educação está sob o domínio capitalista, e o que está em jogo não é a qualidade de uma educação pública para todos e todas, mas o tempo que a força de trabalho tem para produzir. E com isso, até mesmo o tempo de ir e vir de casa para o serviço e do serviço para casa, sem prestar atenção no indivíduo que levanta cedo e muitas vezes madruga para iniciar sua lida até chegar ao trabalho é palco de precarização e descaso no modo capitalista, nos quais as participantes apontam como um tempo de estresse e morosidade.

O transtorno causado pelo trânsito da cidade e outras regiões, tem atingido mais de 80% das/os respondentes que levam em média de ½ hora a 3 horas de deslocamento, de ida e volta ao trabalho. Apenas 15,6% fazem suas refeições em casa e 11,5% não tem intervalo de almoço, pois estão entre uma função e outra ou estão a caminho para outra unidade. A rede conta com uma quantidade exorbitante de profissionais que passam muito tempo dentro de ônibus ou carro em filas enormes para chegar até o trabalho.³⁴

Essas são condições que resultam em fadiga e estresse, impactando diretamente no bem-estar e na saúde das/os profissionais. A mídia *online* (Brasil 61, 2023; Jornal da USP, 2023) trazem pesquisas, apontando que 36% da população brasileira passam mais de uma hora por dia no trânsito. Não é diferente na grande Florianópolis e mais ainda para a população que utiliza o meio de transporte para chegar até o trabalho. Atualmente ainda continua um problema as vias urbanas nas cidades vizinhas, as quais interligam todo o trânsito até as pontes de acesso ao centro de Florianópolis, onde encontra-se a maioria das instituições de educação infantil da RMEF.

Frente a esses problemas que as/os profissionais enfrentam no dia a dia, há indícios de que a RMEF, tem se distanciado da situação vivida pelas/os docentes, uma vez que nem confiabilidade na ouvidoria podem ter, conforme mencionado pela participante da pesquisa em desabafo: “*creio que o profissional se sinta acuado, assediado e não tem saída, uma vez*

³⁴Eu mesma já passei 3 horas trocando de transportes público coletivo para chegar até a instituição que trabalhava. Entre ida e vinda, passava 6 horas por dia dentro dos transportes coletivos. Assim como eu, tem muitos fazendo o mesmo. Isso ocorreu quando trabalhei por 5 anos, quando substituta na Lagoa da Conceição, num vilarejo chamado Costa da Lagoa, que o acesso era por trilha (2 horas de caminhada) ou por barco (1 hora). Minha residência era em outra cidade (Palhoça), no qual o itinerário do ônibus era o primeiro as 5h da manhã e no retorno chegava em torno de 20h30.

que há uma disseminação/boatos de que até mesmo o setor de ouvidoria não inspira confiabilidade. Se o profissional recorre, não está isento de retaliações” (Participante 3). Por essas atitudes e comportamentos vindo de setores “ditos” confiáveis e toda a gama de situações enfrentadas na labuta diária, é que as participantes nos trazem os efeitos que lhes afetam a saúde mental e física, levando-as ao mal-estar docente.

Nas discussões de Esteve (1999), as responsabilidades e exigências impostas aos profissionais da educação têm resultado em mudança no papel das/os professoras/es, provocando um sentimento de mal-estar em muitas/os educadoras/es.

As transformações apontadas supõem um profundo e exigente desafio pessoal para os professores que se propõem a responder às novas expectativas projetadas sobre eles. Já não existe o amparo do consenso social. Qualquer atitude do professor pode ser contestada, e haverá grupos e forças sociais dispostos a apoiar a contestação ao professor (Esteve, 1999, p. 31).

Por fim, 60 participantes mencionaram a não valorização da profissão na educação infantil, contando apenas com o reconhecimento das/os colegas de trabalho e das crianças com um índice de 46,5%, tomando como base os maiores índices desta pesquisa. Os resultados sugerem que as condições de trabalho na RMEF têm contribuído para o mal-estar docente, devido à desvalorização profissional, e à desmotivação da profissão.

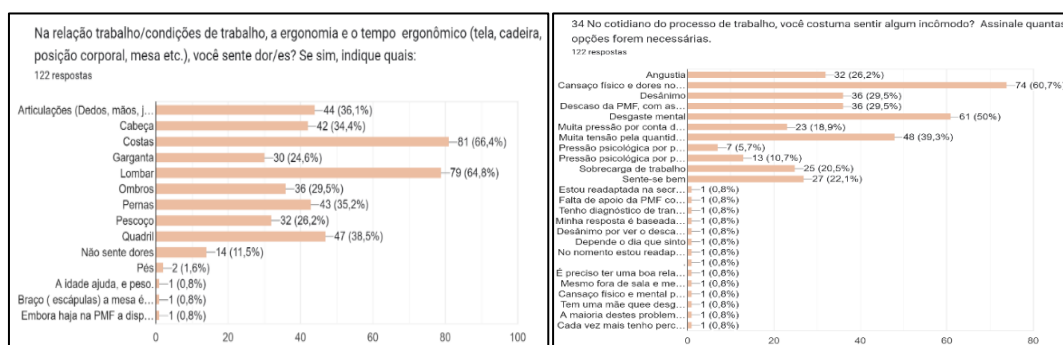
No caso das/os substitutas/os, a insegurança da contratação e o processo seletivo anual possibilita criar ambientes instáveis e estressante, com fatores de risco para o adoecimento docente. Refletem o mal-estar docente devido às más condições de trabalho e às mudanças sociais que afetam a educação. Bispo e Aguiar (2018) consideram que esses sofrimentos podem levar docentes a um nível alto de exaustão e um nível baixo de realização profissão. Esse cenário para Codo (1999) reflete nas condições de trabalho no sofrimento psíquico docente.

Aliado a tudo isso, ele, muitas vezes trabalha em condições precárias, sem infraestrutura na escola, sem o apoio dos pais na aprendizagem dos alunos, enfrentando uma clientela tão diversificado sócio e culturalmente que não há método de ensino que dê conta de fazer todo mudo aprender, exigindo esforço e criatividade em dobro, em triplo ou mais. Sem contar com a sociedade, que proclama em altos brados a importância da educação, mas desvaloriza o docente, deprecia este profissional, pagando mal a sua força de trabalho (Codo, 1999, p. 340).

Esse caos evidenciado pelas profissionais da educação infantil da RMEF tem como efeito incômodos existentes apontados pelas participantes da pesquisa, a partir de dores e

sofrimentos diversos, retratados na saúde debilitada do mal-estar docente e de adoecimento. Nos gráficos a seguir, a ergonomia e o tempo ergonômico, tende a causar ou não problemas nos indivíduos por conta de posturas e movimentos inadequados, muitas vezes causado por fatores externos. No caso das/os profissionais que trabalham diretamente com crianças pequenas, os incômodos devem aumentar. Vejamos no gráfico a seguir representado na Figura 15.

Figura 15 – Identificação das/os participantes relacionados a ergonomia e tempo da posição corporal no cotidiano do trabalho e os incômodos que sentem



Fonte: Questionário desenvolvido e aplicado pela autora em 2023 com docentes da educação infantil da RMEF

Os dados apresentados na Figura 15 revelaram que as/os 122 profissionais sentem algum tipo de incômodo relacionado às condições de trabalho. O cansaço físico e as dores no corpo são os mais comuns, afetando 60,7% das/os docentes. Considera-se um indicativo propício a longas horas de trabalho, falta de descanso adequado e possivelmente a necessidade de movimentos contínuos, enquanto cuida das crianças. O desgaste mental, apontado por 50% das/os respondentes, retrata um possível sinal de estresse e sobrecarga mental, devido a possíveis demandas em excesso. A tensão pela quantidade de crianças em sala, sentida por 39,3% das/os profissionais, indica que as salas estão superlotadas com um espaço mínimo para atender as/os pequenas/os. O desânimo (29,5%), a angústia (26,2%) e a pressão psicológica (20,5%) podem estar relacionados a ambientes de trabalho precário, tóxico. Esses sentimentos potencializam a sobrecarga de trabalho, relatado por 20,5% das/os profissionais de educação infantil da RMEF.

Para uma das participantes,

Cada vez mais tenho percebido que estou com intolerância ao barulho. Seria necessário, verificarmos o nível de decibéis nas salas, assim como em outros ambientes, como refeitório. Também tenho sentido cansaço da visão, que além de estar relacionada com o aumento da idade, também está

relacionada com questões do trabalho (aumento de exposição as telas, também está ligado as questões da luminosidade do ambiente educacional. Também tenho sentido problemas relacionados a parte muscular e esquelética, como a tendinite no punho. Sou Prof. Aux. de Educação Especial. Trabalho na Ed. Infantil. Além das questões relacionadas do mobiliário da Ed. Infantil, eu auxílio crianças com deficiência. As vezes são crianças de porte físico grande e as mesmas podem provocar uma sobrecarga muscular do profissional, causando problemas músculo/esqueléticos, como por exemplo, tendinite, hérnia de disco, entre outros (Participante 4).

A exposição às condições desfavoráveis de trabalho se associa ao adoecimento docente, uma vez que estão vulneráveis a fatores ambientais e organizacionais considerados riscos à sua saúde. A doença pode ser vista com uma resposta temporária ou duradoura, a tensão imposta pelo ambiente. Destaca-se a importância de se estar atento aos espaços, às mobílias, à iluminação dos locais onde é realizado o trabalho com as crianças pequenas. Por vezes, o esforço físico e mental exigido das/os profissionais de educação infantil é preocupante e desafiador. A interação com os bebês, por exemplo “[...] requer movimentos corporais e esforços físicos constantes, provocando frequentemente a exaustão corporal das professoras e auxiliares, por ser preciso levantar as crianças do chão, segurá-las no colo e permanecer abaixadas [as docentes e auxiliares] muito tempo” (Delgado; Barbosa; Richter, 2019, p. 277).

As mobílias são feitas para as crianças, e exigem dos adultos repetitivos movimentos e posturas não adequadas a sua estatura, prejudicando a saúde das/os profissionais de educação infantil. Segundo Reis (2014, p. 67), “[...] as doenças osteomusculares estão entre as doenças que mais vêm ganhando visibilidade entre a categoria de trabalhadores docentes”.

Na relação entre o adoecimento e as condições de trabalho a ergonomia³⁵ e o tempo ergonômico em relação à posição corporal envolvendo todo o trabalho pedagógico ao lidar com crianças pequenas, o sofrimento das/os respondentes são retratados com as queixas que fazem ao sentirem dor nas costas, especificamente na região lombar, como a mais comum, afetando 66,4% das/os profissionais. O trabalho realizado com criança pequenas diz respeito ao tamanho das crianças em relação ao deslocamento e peso, o colo, a troca de fraldas, nos momentos da alimentação, banho, sono entre tantos outros são fatores que requerem muito do nosso corpo em movimento, quanto à postura, aos móveis (cadeiras, mesas, fraldário etc.). As

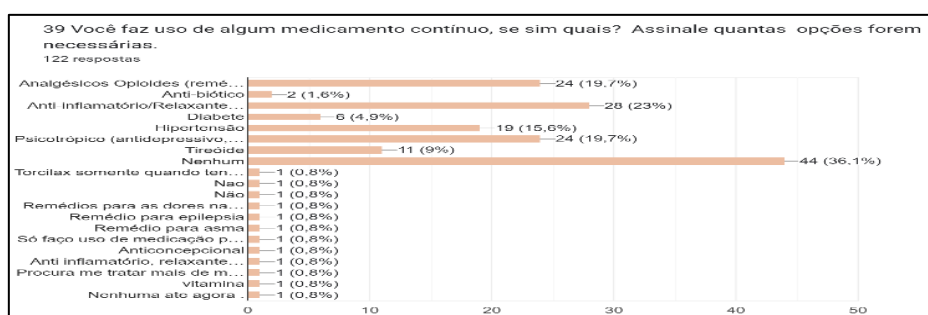
³⁵Ergonomia do trabalho é uma abordagem multidisciplinar das condições de trabalho, por isso tem sido chamado de “ciência do trabalho”. Ela visa estudar as condições de trabalho de um determinado sistema, com o objetivo de orientar trabalhadores e gestores na melhora do bem-estar dos trabalhadores e do desempenho do sistema. Sua abordagem alcança aspectos físicos, cognitivos e organizacionais (Ormelez; Ulbricht, 2010; Santos *apud* Couto, 2018, p. 48).

dores no quadril e nas pernas, relatadas por mais de 70% das/os respondentes, podem estar relacionadas a longos período de trabalho em pé, movimentação constante e outras relações diversas. A dor no pescoço, sentida por 26,2% das/os profissionais, pode estar relacionada com o uso frequente do computador, postura inadequada, ao trocar fraldas, dar banho, deitar nos colchões para fazer as crianças dormirem. Já as dores de garganta relatadas/os por 24,6% das/os respondentes, pode ser o uso excessivo da voz, típico da profissão docente. Por fim, 11,5 % relataram não sentir dores. Um/a professor/a relatou: “*tenho diagnóstico de transtorno borderline, ansiedade e depressão, com muitos episódios de crises de pânico*” (Participante 5); outro/a professor/a desabafou dizendo: “*mesmo fora de sala e me sentindo bem em minha atual função, ainda sinto dores no quadril e coluna devido as minhas condições físicas*” (Participante, 5).

Esses incômodos e sofrimentos são demandas que requerem mais atenção e destacam a necessidade de considerações ergonômicas no ambiente de trabalho das/os educadoras/es de educação infantil. Diante dessas questões pontuais, as/os participantes trouxeram evidências de que os incômodos têm efeito recorrente ao uso de medicamentos para lidar com as demandas e estresses do trabalho docente. Com 23% os anti-inflamatórios e relaxantes foram apontados pelas participantes da pesquisa como forma de aliviar a dor e enfrentar os desafios da profissão docente.

O gráfico a seguir, representado na Figura 16, apresenta outros tipos de medicamentos usados por essas/es profissionais.

Figura 16 – Identificação do uso de medicamentos contínuo das/os participantes da pesquisa



Fonte: Questionário desenvolvido e aplicado pela autora em 2023 com docentes da educação infantil da RMEF

Para esses anti-inflamatórios e relaxantes, a posologia indica o uso por algum período, para aliviar as dores físicas e tensões musculares, possivelmente devido aos movimentos realizados diariamente com crianças pequenas, características própria do trabalho na educação infantil. Podendo também ser usado para os momentos mais estressantes, como o sono, as refeições, a troca de fralda, o banho, a ausência de um profissional que possibilitam o excesso

de tensão durante o dia a dia no trabalho com crianças pequenas. Os psicotrópicos atingiram 19,7% das/os respondentes, seguido de 15,6% as/os que têm hipertensão, 4,9% para as/os diabéticas/os e com o uso de 1,6% anti-biótico. Os que usam remédios psicotrópicos levam a possíveis sinais de saúde mental, com a possibilidade de enfrentarem momentos de estresse e de pressão do trabalho.

Gasparini, Barreto e Assunção (2005, p. 192) apontam que “[...] se não há tempo para a recuperação, são desecadeados ou precipitados os sintomas clínicos que explicam os percentuais de afastamento do trabalho por transtornos mentais [...]”. Vivemos essa dura realidade e uma boa parte de professoras/es que iniciaram com uso de psicofármacos para alívio imediato do sofrimento. Facci e Urt (2020, p. 329), comentam que as/os profissionais da educação

[...] nada podem fazer para mudar a realidade, aceitam a sedutora oferta da indústria farmacêutica, que promete pílulas mágicas de redução do sofrimento e “apagamento” dos problemas sociais, e embarcam no caminho (muitas vezes sem volta) da medicalização. Lucram e comemoram duplamente os donos do capital.

O caminho percorrido pelas/os profissionais, ao tomar remédios para aliviar suas dores, vai escamoteando a doença e as dificuldades vivenciadas na prática docente. Para Insfran e Ladeira (2020, p. 322) as/os professoras/es “[...] parecem desconsiderar que as dificuldades vivenciadas na prática docente são atrevidas por marcadores sociais, históricos e políticos e acabam lidando com elas de forma individualizada [...]”.

As reais condições de trabalho circunstanciadas pelas suas capacidades físicas, cognitivas e afetivas para alcançar os objetivos de produção imposto pelo capital, podem gerar mal-estar docente, com percurso ao adoecimento. Essa dura realidade tem levado profissionais da educação a fazerem uso de psicofármacos com ou sem prescrição naturalizando e invisibilizando o sofrimento. Na pesquisa de Insfran e Ladeira (2020), as autoras apresentam o pesquisador Robert Whitaker (2017), que faz uma longa pesquisa nos Estados Unidos, e depois a escreve no livro “Anatomia de uma epidemia”, retratando “o aumento espantoso do número de doentes mentais inválidos, desde a descoberta dos psicotrópicos”. E numa pesquisa, realizada pelas autoras Insfran e Ladeira (), com um grupo de 31 participantes/professoras “18 relataram sofrer de crises de ansiedade, e que 32% fizeram ou fazem uso de medicamentos controlados para lidar com as dificuldades do cotidiano de trabalho” (Insfran; Ladeira, 2020, p. 339). Isso mais uma vez denota um caminho sem volta,

no qual é depositado a saúde do indivíduo em caixas de remédios como solução para os desafios.

Os dados apontaram que uma proporção significativa de profissionais tem se afastado por diversos motivos. Para uma visualização mais precisa, apresentamos o gráfico em forma de tabela, com a disposição dos motivos que levaram as/os profissionais de educação infantil se afastarem do trabalho, representado na Tabela 10.

Tabela 10 – Identificação dos motivos de afastamentos das/os participantes da pesquisa

MOTIVO DOS AFASTAMENTOS	QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS E AFASTAMENTOS
Consultas/exames médico	98
Cuidar dos membros familiares (filhos, parentes etc.)	71
Covid-19	46
Distúrbios Osteomusculares (LER, DORT, hérnia de disco etc.)	36
Virose/resfriado	36
Cirurgias	35
Doenças psíquicas (depressão, ansiedade, estresses etc.)	20
Transtornos nas articulações (peso, postura, lesões etc.)	11
Varizes	5
Dermatite alérgica	3
Outros (não identificaram os motivos de afastamentos)	15

Fonte: Questionário desenvolvido e aplicado pela autora em 2023 com docentes da educação infantil da RMEF

A pesquisa aponta que as/os profissionais da educação frequentemente deixam a sala de aula e solicitam afastamentos devido a uma variedade de problemas de saúde, tanto pessoal quanto familiares. De acordo com os dados, 90% das/dos participantes tiveram que se afastar de suas funções em algum momento por diversos motivos: consultas e exames médicos (98), cuidados com a família (filhos, parentes etc.) (71), Covid-19 (46), distúrbios osteomusculares (DORT, LER, Hérnia de disco etc.) (36), virose/resfriado (36), cirurgias (35), doenças psíquicas (depressão, ansiedade, estresse etc.) (20), transtornos das articulações (sedentarismo, posturas, obesidades, lesões etc.) (11), varizes (5), dermatite alérgica (3) e 15 profissionais não conseguiram identificar os motivos de seus afastamentos.

Ao analisar esses dados, é alarmante e preocupante, a quantidade significativa de profissionais que se ausentaram do trabalho devido às condições adquiridas. Segundo as/os participantes, essas condições são frequentemente causadas por más condições de trabalho,

intensificação do trabalho, jornadas duplas e/ou triplas e precarização do trabalho afetando diretamente essas/es profissionais da educação infantil.

Quando abordamos a questão dos cuidados familiares, é importante notar que a maioria das participantes da pesquisa eram mulheres que tinham parceiros. Com 94,3% das respondentes sendo do sexo feminino, os resultados indicam que essas mulheres não só lidam com as responsabilidades da docência, mas também com o cuidado da família e com as tarefas do lar. Segundo Batista e Codo (1999), baseado em Yannoulas (1994), “[...] a feminização da profissão docente se legitimou a partir da identidade feminina construída à época, em torno do conceito de ‘mãe educadora’” (Codo, 1999, p. 65). Na produção dessa condição feminina, se proliferou o ingresso de mulheres na profissão docente.

Seguindo um contexto histórico, mesmo com as lutas feministas³⁶ e com as mudanças sociais ocorridas ao longo do tempo, ainda se percebe uma sobrecarga de tarefas acumuladas no cotidiano das mulheres. Segundo Conde (2018, p. 170), “[...] a predominância de mulheres reflete a histórica feminilização da carreira docente na educação infantil, que é comumente reconhecida como uma extensão das funções maternas para além do espaço doméstico privado [...]”. O perfil dessas/es profissionais está moldado por uma complexa teia de fatores sociais, políticos, econômicos e culturais, nos quais impactam diretamente na saúde dessas profissionais.

Acerca do sofrimento psíquico o sujeito adquire mais problemas complexos que constantemente sente dor, cansaço excessivo, estresse, depressão, falta de energia, exaustão física e emocional, conhecida como Síndrome de Burnout, para Codo (1999), esses sintomas são produzidos pelas condições de vida e trabalho, isto é, em um sistema inundado por crises, reformas, produção, detentor de capitais, que intensifica as desigualdades sociais e contribui para um sofrimento psíquico. Isso sugere que as mulheres na profissão docente frequentemente enfrentam uma carga de trabalho acumulada procurando equilibrar as demandas da carreira e da vida familiar. Em relato a participante nos diz

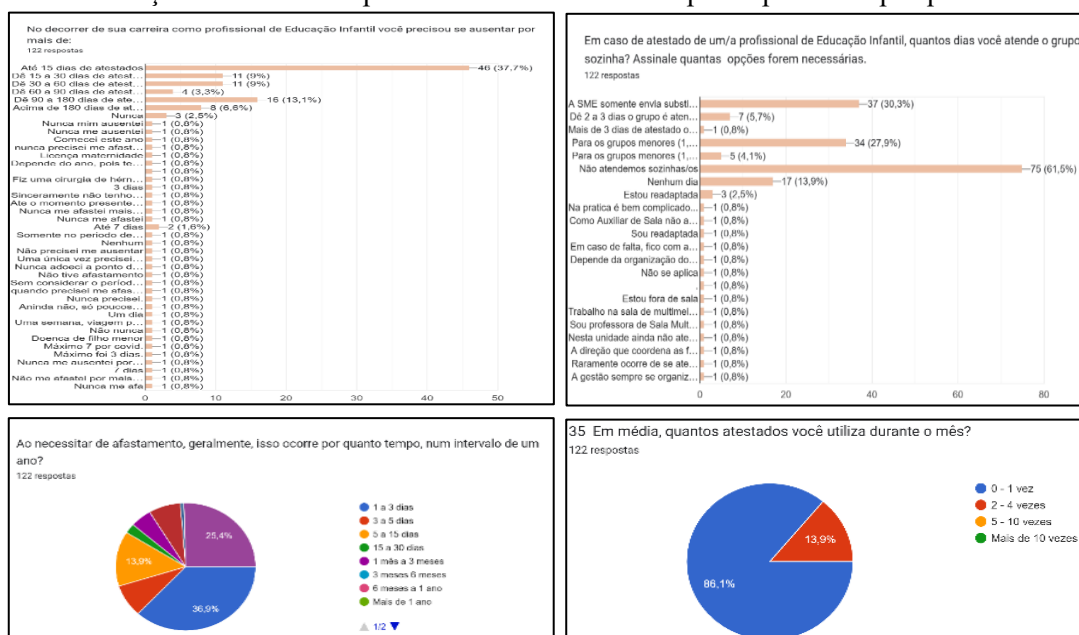
Ano passado comecei a sentir meu punho (LER). Sou Prof. Aux. de Ed. Especial. Fiz fisioterapia e peguei 1 mês de licença prêmio para descanso, haja visto que o médico queria dar apenas 3 dias. A partir de então tenho feito musculação, que tem me ajudado a ter mais resistência muscular (Participante 6).

³⁶ A palavra feminista é encontrada na obra de Michelle Perrot “Minha história das mulheres” (2017, p. 154), que segunda ela foi atribuída a Alexandre Dumas Filho, em 1872, de maneira bastante pejorativa. Segundo ele, o feminismo era a doença dos homens suficientemente “efeminados” para tomar o partido das mulheres adúlteras, em vez de vingar a própria honra. Uns fracos, em suma. Em 1880, Hubertine Auclert, nossa sufragista francesa, declara-se orgulhosamente “feminista”.

A experiência da participante 6 ilustra uma realidade comum no sistema capitalista, no qual a saúde docente muitas vezes é vista como um obstáculo à produtividade, em vez de prioridade. Nesse caso, a Lesão por Esforço Repetitivo (LER) foi tratada inicialmente com uma licença de apenas três dias, sugerida pelo médico, que se torna insuficiente para uma recuperação adequada. Para o sistema capitalista, essas soluções paliativas têm interesse em manter a força de trabalho produtiva, sem a necessidade de mudanças significativas nas condições de trabalho. Por outro lado, o problema de saúde pode ser definitivo, se não tratado.

Logo, apreciou-se no caso citado um mês de licença para tratamento, dessa forma com o afastamento do cargo e, conseqüentemente, o uso de atestado. Por vezes as ausências das/os profissionais da educação infantil fazem parte de um cotidiano, por diversas situações que possam traduzir as patologias dessas/es profissionais em labuta diária. Nos gráficos a seguir representado na Figura 17 está os resultados das/os respondentes que precisaram se ausentar do trabalho com atestado médico

Figura 17 – Identificação das ausências por atestado médico das/os participantes da pesquisa



Fonte: Questionário desenvolvido e aplicado pela autora em 2023 com docentes da educação infantil da RMEF

Nas análises desses gráficos, os dados apontaram uma média anual de 1 a 15 dias de afastamento com mais de 70% de profissionais ausentes do trabalho. A maioria utilizaram em média de 0 a 1 atestado por mês, com 86,1% de possíveis ausências e para uma média de 2 a 4 atestados, com 13,9% de ausência no trabalho. Durante o ano, num intervalo de 5 dias a 3

meses havia 21,3% afastadas/os, além das/os 7,4% que estão readaptadas/os e as/os demais com 25,4% declararam nunca terem se ausentado. Desse último, realizamos uma busca minuciosa pelas respostas individuais e encontramos divergência de respostas, pois a metade das/os participantes apresentaram em outras respostas quadro de algum tipo patológico relacionado ao trabalho, num intervalo de um ano. Compreendemos dessa forma, que algumas perguntas possam ter confundido as/os participantes.

A análise dos dados revelaram que um número significativo de profissionais relataram que a Secretaria Municipal de Educação (SME) envia substitutos somente no décimo sexto dia de atestado médico. No entanto, 37,7% das/os docentes utilizaram atestados de até 15 dias, deixando a sala de aula sem supervisão da professora regente durante esse período e necessitando ser contratada/o outra/o profissionais ou ampliada/o a carga horária de um docente substituta/o. Sendo assim, temos uma situação preocupante que, de um lado, mostra professoras/es adoecendo e necessitando se afastar; e de outro, a ausência de medidas efetivas do município para garantir a continuidade e a qualidade do atendimento às criança. Além disso, a complexidade na reorganização de uma dinâmica efetiva nas unidades educacional que dê conta da qualidade no atendimento. Para todos envolvidos se torna um desafio adicional.

Essa situação evidencia uma realidade que pode não ser visível fora das instituições, mas é real dentro delas. A gestão tem a responsabilidade de buscar soluções imediatas, para esses desafios e sobrecarga. Isso pode envolver a ampliação da carga horária para aquelas/es que trabalham 20 ou 30 horas ou o remanejamento de auxiliares de sala para cobrir a ausência de professora/es que atendem grupos menores.

Como resultado dos afastamentos surge outro problema relacionado aos atestados médicos. Conforme ilustrado no gráfico anterior, a ausência das/os profissionais da educação infantil é um problema pontual, pois muitas vezes elas/es ficam sozinhas/os na sala de aula. Na análise, foi apontado que 37 profissionais ficaram sozinhas/os mais de um dia em atendimento com grupos de crianças maiores (4 e 5 anos de idade). Desse total, 27,9% responderam que é remanejado a auxiliar de sala de um grupo dos maiores para atender ao grupo de 6 meses a 3 anos. A questão levantada é relevante e complexa. É realmente um desafio para as/os profissionais da educação infantil gerenciar sozinhos grupos de 20 a 25 crianças de 4 e 5 anos, uma vez que em documento do CMF (2017), exposto na Tabela 9 deste capítulo, os grupos são atendidos por um/a professor/a regente e dois auxiliares de sala dentro da quantidade máxima de crianças.

Resolução do Conselho Municipal de Educação (CME, nº 1/2017) estabelece a capacidade de crianças de acordo com o tamanho das unidades, há unidades que têm o atendimento parcial, com grupo de crianças para cada período de 6 horas (7h00 as 13h00) e profissionais que trabalham 20, 30 e 40 horas, isto é, atendem duas vezes mais a quantidade de crianças num período de 8 horas. Podemos presumir que o município não resolve nem um problema nem outro, pois as crianças continuam sem atendimento e as salas estão lotadas, muitas vezes com falta de profissionais.

No entanto, é importante notar que 61,5% das/os participantes declararam não ficarem sozinhas/os. Nessa questão, em particular, apenas o questionário não nos possibilitou fazer uma análise mais aprofundada da questão, visto a complexidade da organização estrutural na educação infantil da RMEF. Nesse sentido, acreditamos que essas, entre outras questões, requer estudos posteriores, talvez com outro método de análise.

A pesquisa revelou um panorama preocupante da situação das/os profissionais da educação infantil em Florianópolis, com evidências claras de precarização e intensificação do trabalho docente. Os sintomas que as/os profissionais carregam sentindo mal-estar, medo, insegurança e angústia, expressos nos atestados e afastamentos são um reflexo do sofrimento vivenciado no processo de trabalho. O absenteísmo, nesse contexto, surge como uma forma de escape imediato. A realidade aparente é desmascarada por essas denúncias, revelando a verdade latente: as condições de trabalho na educação infantil na RMEF contribuem para a situação atual. No relato de uma participante, ela sugere

Ser reconhecida pelo tempo de dedicação na rede, apesar de contrato temporário anual, e além do salário poder desenvolver um trabalho com designação de função, ou poder participar de projetos, programas, prêmios ou outros que não sejam apenas para cargos efetivos. professores ACT's que estão mais de 5 anos na rede merecem reconhecimento também e inclusão (Participante 8).

Dentro dos muros escolares, muitas são as vozes que falam, no entanto, essas vozes somente ecoam do outro lado, pouquíssimas são ouvidas pelas instituições envolvidas, como gestão escolar, família, poder público municipal, secretarias, governo. Nas palavras de Paula Lima (2019, p. 9) “[...] na educação infantil, o professor toma para si, somente para si, todas as suas dores e flagelos gerados por negligências, pois as demais instituições desaparecem”. Portanto, ele sente-se o responsável pela criança, em todos os aspectos e a sua contribuição para com a educação torna-se elementar. Seu papel, por hora, é o papel de mãe, de pai, de psicólogo familiar, assistente social. Esses conflitos apontam uma docência em crise, em que

o profissional perde a sua identificação profissional. Indagamos: qual seria o papel docente?

Assim, salienta-se o papel crucial na formação dessas crianças e na construção de uma sociedade emancipada, com acesso para todas/os, com igualdade de condições materiais de saúde e de vida. Contudo, lembremo-nos que nessa sociedade dividida em classes, a educação tem propiciado mais alienação do que conscientização. A profissão docente é vista como uma parte integral do sistema socioeconômico. As/os profissionais da educação, como trabalhadoras/es, estão submetidas/os as mesmas condições de exploração e alienação que outras/os trabalhadoras/es sob o sistema capitalista. Saviani (2011, p. 181) afirma que a “vocação ontológica de ser sujeito” se depara com uma realidade social que a nega, pois, as forças dominantes têm interesse em manter a maioria das pessoas em um estado de alienação e submissão.

Portanto, é inegável a importância da luta coletiva contra e qualquer forma de alienação e exploração. A luta deve continuar, por uma educação justa e equitativa, com salários dignos, ambientes de trabalho seguros e saudáveis, reconhecimento profissional, jornada de trabalho reduzida, recursos adequados, oportunidades contínuas de desenvolvimento profissional, enfim, melhores condições de trabalho.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória da pesquisa iniciou antes mesmo de conseguir entrar no mestrado. Fiz algumas disciplinas isoladas oferecida pela UFSC e participei nos grupos de estudos (TMT e GETEI), com professoras/es, pesquisadoras/es, alunas/os e visitantes, vinculados à linha Trabalho e Educação, Política (TEP) do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC/PPGE). As discussões foram conduzidas em grupos com a participação de todas/os orientadas pela perspectiva do materialismo histórico-dialético de Marx, Engels entre outros autores marxista, com a abordagem em uma variedade de temas relacionados a questões econômicas, política educacional dentro de um sistema de produção capitalista.

Depois de ingressar no mestrado, o primeiro ano foi inteiramente dedicado aos estudos. As/os professoras/es do programa desempenharam um papel crucial, ajudando a expandir a compreensão sobre o projeto de pesquisa, além da contribuição para a construção do questionário. Esse primeiro momento transcorreu com muitas dúvidas, questionamentos e questões a serem pensadas-repensadas, construídas-reconstruídas. Tínhamos uma rede de apoio entre nós, colegas de sala. Saíamos para outros ambientes e nos debruçávamos a discutir questões sobre as temáticas de estudos com tanta complexidade.

O caminho até a qualificação foi desafiador e, por vezes, desencorajador. Encontramos obstáculos ao tentar acessar os documentos da RMEF, no que consistia na dificuldade em obter informações dos setores de educação e perícia. Tanto o setor de educação quanto o de perícia frequentemente me direcionavam para outros departamentos alegando que não poderiam ajudar. Nesse processo, percorri vários setores e tive que reescrever a carta de apresentação solicitando os dados novamente. Eventualmente descobrir que os documentos analisados eram de responsabilidade do setor da Diped, outros da DGPE e da Perícia Médica.

Quanto ao Portal de Transparência da página da prefeitura *online*, nada constava sobre ausência de profissionais em afastamentos, muito menos os problemas que levaram ao afastamento e ou a readaptação. Digo, portanto, que, mesmo depois de um longo período a espera dos documentos e a persistência em continuar, evidenciei ineficiência da RMEF e da Perícia Médica, quanto ao acolhimento e a transparência de dados solicitados. Muito esforço, dedicação, paciência e persistência no que diz respeito aos dados obtidos. Nesse sentido, o processo de construção desta pesquisa foi árduo, mas também de muita aprendizagem. Durante o percurso ficou constatado que a pesquisa teve intenções objetivas, direcionamentos que levaram a questões pertinentes a partir de um questionário, de documentos enviado pela RMEF e por

outros setores. Todo o percurso escancarou um cenário político precário que, apesar de desgastante, nos motivou a seguir acreditando na revolução enquanto forma de luta coletiva.

Dessa forma, o trabalho, tal qual já anunciado, teve como objetivo geral compreender as relações entre o adoecimento docente e as condições de trabalho na educação infantil da RMEF no período de 2017 a 2021. Para tanto, definiu como objetivos específicos: 1. Identificar em pesquisas acadêmicas a relação entre adoecimento docente e condição do trabalho; 2. Conhecer as principais doenças acometidas e os principais motivos de afastamentos de docentes da educação infantil na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis; e 3. Analisar as condições de trabalho docente na educação infantil da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis.

Na busca em responder os objetivos específicos para compreender as relações entre o adoecimento docente e as condições de trabalho fundamentada na perspectiva do materialismo histórico-dialético com discussões nas categorias: trabalho docente, condições de trabalho e adoecimento docente identificamos nas contribuições teóricas de pesquisas acadêmicas a relação entre adoecimento docente e condição de trabalho. O balanço evidenciou reflexões acerca da educação pública brasileira e dos impactos que vêm destruindo o que deveria ser uma educação pautada numa formação humana. A história de lutas e conquistas que vem sendo desmantelada afetou diretamente as/os servidoras/es públicos e, por consequência, os profissionais da educação infantil. Os impactos das transformações mundiais sobre o modo de produção capitalista corroboraram com a precarização do mundo do trabalho e se relacionaram com a realidade vivida pela classe trabalhadora, o que fragiliza a saúde das/os docentes.

As contradições do sistema capitalista mascaram sua real intenção à classe trabalhadora. O cenário atual condiciona a educação a uma nova reorganização produtiva e o trabalho torna-se cada vez mais precário e subordinado ao patronato. Os novos modelos de serviços terceirizados, oriundos de propostas neoliberais, ameaçam a educação pública. Docentes perdem direitos e conquistas, o que faz com que o trabalho seja considerado uma obrigação pela ótica capitalista.

No que diz respeito à educação infantil da RMEF, foi apontado pelas/os participantes, uma rede de educação infantil, com diversos problemas relacionados à estrutura e à infraestrutura, o espaço externo e interno, a demanda de fila de espera por uma vaga, falta de materiais pedagógicos, o descaso da RMEF com os problemas enfrentados diariamente por todas/os da unidade, como ausência de profissionais, alimentação, manutenção, problemas sociais, entre outros. Evidenciamos que a rede de educação em Florianópolis está dividida por duas categorias estruturais: a categoria do magistério e do civil. Essas categorias contam com profissionais efetivos e substitutos de professoras/es e auxiliares de sala, as quais possuem direitos e deveres diferentes, como salário, carga horária, funções, benefícios, entre outros. Por conta dessas

diferenças, muitas vezes, os conflitos se passam no interior de sala de aula. Recentemente saiu a “Reedição das orientações curriculares para a educação infantil da RMEF” (2022), que trouxe novas orientações de um novo conceito sobre “docência compartilhada”, com uma visão aparentemente entre parcerias e compartilhamentos do trabalho realizado. Mas na prática, isso não acontece na mesma proporção, uma vez que as atribuições dadas nos estatutos são diferentes e os benefícios de um regime para o outro também mudam, como: a hora-atividade, a dedicação exclusiva e a regência de classe, que pertence somente ao quadro do magistério.

Essa é uma situação gritante, que interfere diretamente no trabalho e na vida pessoal dessas/es trabalhadoras/es. É fundamental que estejamos unidas/os para combater as atrocidades maldosas vinda de gestores neoliberalistas, que defendem organizações privatistas contra as/os servidoras/es municipais. Exigimos respeito, reconhecimento, e defendemos uma educação pública, gratuita, crítica, emancipatória, humanizada e de qualidade.

Traçamos um perfil das participantes da pesquisa, em sua maioria mulheres brancas, entre 40 e 50 anos de idade, com longa carreira na educação infantil do município. Isto é, a maior parte da docência é composta de mulheres, casadas, que acumulam o trabalho doméstico, o cuidado com a família, a carreira docente. No que diz respeito à carreira profissional, constatamos no quadro geral, proporções que se aproximam de professoras e auxiliares de sala efetivas, porém a Secretaria vem crescendo gradualmente com as chamadas de profissionais por contrato terceirizados, as quais não possuem vínculo empregatício e contam com a precarização do processo contratual, além da insegurança do cargo, da chamada, da distância entre outros elementos que retratam possível sofrimento docente.

Essa situação exposta sobre a terceirização, reportam-nos às lembranças de início à docência na educação infantil em ACT pela PMF nos anos de 2003-2011, trabalhando por várias creches com crianças entre zero e seis anos. O ingresso para a contratação nos remetia à precariedade no processo da escolha de vaga, no espaço a ser realizada a chamada, nas jornadas incansáveis à espera da vaga desejada, além do que o contrato não tinha vínculo empregatício com a prefeitura e as vagas quase sempre pertenciam a servidoras/es efetivas/os, afastadas/os, causando instabilidade profissional, uma vez que o contrato poderia ser rescindido a qualquer momento, convivíamos com essas inseguranças e fragilidades. A flexibilização dos contratos de trabalho favorece enormemente o capitalismo. Contratos como esses levam os patrões e o governo a benefícios economicamente exorbitantes.

O índice de quase 100% de profissionais possui especialização, com carga horária de 40 horas para o cargo do magistério cumprindo 13h20 min de hora-atividade; e 30 + 10 horas para o cargo de auxiliares de sala. Isso demonstra a necessidade de as auxiliares trabalharem por mais de 30 hora semanais, assim intensificando mais o trabalho, com atividades para além

do tempo disposto. Nesse quadro, também evidenciamos profissionais readaptadas que trabalham fora de sala e muitas fazem também ampliação de carga horária.

Desta feita, constatamos uma quantidade significativa de profissionais da educação infantil com mal-estar docente. A partir da amostra, foi possível perceber a relação direta entre as condições de trabalho e o adoecimento docente, uma vez que os modelos neoliberais de produção capitalista trazem consigo uma intensificação do trabalho. Cobranças, sobrecargas, ampliação de jornada e acúmulo de demandas são fatores que impulsionam o sofrimento docente. Os resultados se materializaram nos atestados e afastamentos, no medo, na insegurança, nas angústias, na falta de tempo para o descanso, na ausência de lazer, nas dores expostas pelas/os participantes da pesquisa.

Em relação às principais doenças acometidas e aos principais motivos de afastamentos das profissionais de educação infantil da RMEF, fez-se necessário pontuar algumas das dificuldades encontradas no decorrer da pesquisa. Acerca dos documentos cedidos pela PMF, tanto da Perícia Médica quanto da DGPE, houve uma resistência inicial. Apesar de termos conseguido acessar os documentos, eles não traziam todas as informações solicitadas, como CIDs e/ou tipos de doenças causadoras dos afastamentos. As planilhas cedidas traziam apenas quantitativos de profissionais afastadas/os, o que impossibilitou uma análise mais aprofundada em busca da relação entre o adoecimento e as condições de trabalho.

Ainda assim, foi possível evidenciar a partir das respostas do questionário alguns dos incômodos sentidos pelas profissionais em relação às condições de trabalho, os quais por vezes reverberam em causas de afastamento. Apesar de não termos tido acesso a laudos médicos com as principais doenças acometidas, importa ressaltar que as respostas obtidas do questionário, trouxeram a captura das vozes silenciadas dos respondentes. O documento revela opiniões, subjetividades, objetividades, realidade daquilo que a aparência não desvela. As condições de trabalho explicitadas pelas respondentes anunciaram um cenário com sofrimento em que a realidade das condições de trabalho e seu reflexo sobre o adoecimento docente nos faz retomar a questão central desta pesquisa: há relação entre o adoecimento docente e as condições de trabalho na educação infantil da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis?

Revelamos nos dados que sim. Há relação entre condições de trabalho e adoecimento docente. Dentre os principais fatores de adoecimento associado às condições de trabalho, pode-se revelar no total de respondentes que a maioria sente incômodos, dores, fadiga, cansaço e muitas vezes até vontade de desistir. Não existe uma escala para qualificar a dor suportável ou a intensificação do sofrimento. No entanto, essas aflições se manifestam e são

reveladas a nós por meio de várias condições de saúde, como uma síndrome, depressão, diabetes, uma cirurgia, entre outros problemas de saúde. Essa/e profissional da educação infantil precisa ser valorizada/o, respeitada/o e motivada/o pela sua profissão. O trabalho na educação infantil se qualifica por méritos das/os profissionais que ali estão todos os dias, honrando sua profissão com o seu melhor e lutando por melhores condições de trabalho. Porém, as políticas públicas assumem um papel difícil de cumprir e o cenário brasileiro fica longe de ser referência nas questões saúde e educação. Desse modo, faz-se necessário a construção de um coletivo docente no processo de lutas e nas demandas do cotidiano das unidades educativas que por vezes são invisibilizadas.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Márcia Angela; DOURADO, Luiz Fernandes (org.). **A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas**. Recife: Anpae, 2018. Disponível em: <https://anpae.org.br/BibliotecaVirtual/4-Publicacoes/BNCC-VERSAO-FINAL.pdf>. Acesso em: 15 set. 2020.

ALVES, Fernando. **Infraestrutura: mobilidade urbana**. [2023]. Disponível em: <https://brasil61.com/n/pesquisa-36-da-populacao-gasta-mais-de-uma-hora-por-dia-no-transito-pind234227>. Acesso em: 28 jan. 2024.

ALVES, Nancy Nonato de Lima. **Amor à profissão, dedicação e o resto se aprende: significados da docência em educação infantil na ambiguidade entre a vocação e a profissionalização**. 2006. Disponível em: <https://anped.org.br/sites/default/files/gt07-2570.pdf>. Acesso em: 2 mar. 2023.

ALESSI, Gil. Boletim – **El País – Brasil**. Entenda o que é a PEC 241 (OU 55) e como ela pode afetar a sua vida. Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/10/politica/1476125574_221053.html. Acesso em: 10 jan. 2023.

AMARAL, Nelson Cardoso. Com a PEC 241/55 (EC 95) haverá prioridade para cumprir as metas do PNE (2014-2024)? **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 71, p. e227145, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782017227145>. Acesso em: 7 set. 2022.

ANTUNES, André. **Maior parte do PNE não será cumprida, aponta relatório**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2022. Disponível em: <https://www.epsvj.fiocruz.br/noticias/reportagem/maior-parte-do-pne-nao-sera-cumprida-aponta-relatorio>. Acesso em: 10 fev. 2023.

ANTUNES, Ricardo. **A dialética do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

ANTUNES, Ricardo. As formas de padecimento no trabalho. **Revista Saúde Sociedade**, São Paulo, v. 17, n. 4, p. 7-10, 2008.

ANTUNES, Ricardo. Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado. **Caderno Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 9, p. e00237120, 2020a. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/KvKKHYs7K4xvNySdxgKx9FR/?lang=pt>. Acesso em: 20 fev. 2020.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2020b.

ANTUNES, Ricardo; PINTO, Geraldo Augusto. **A fábrica da educação: da especialização taylorista à flexibilização toyotista**. São Paulo: Cortez, 2017. v. 58. (Coleção Questões da Nossa Época). Disponível em: <https://iplogger.com/21Rx22>. Acesso em: 4 jan. 2023.

ASSIS, Camila Carolina Alves. **Trabalho e mal-estar docente na Educação Infantil da Rede Pública Municipal de Mineiros/GO**: mediações de enfrentamento dos professores. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Goiás, Jataí, GO, 2020. Disponível em:

https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/421/o/Disserta%C3%A7%C3%A3o_-_Camila_Carolina_Alves_Assis_-_2020.pdf. Acesso em: 29 abr. 2022.

AVELAR, Marina. O público, o privado e a despolitização nas políticas educacionais. *In*: CÁSSIO, Fenando (org.). **Educação contra a barbárie**: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. São Paulo: Boitempo, 2019. p. 79.

BEZERRA, Mayam de Andrade; BAPTISTA, Maria das Graças de Almeida. Precarização do trabalho docente na educação infantil: uma análise social e histórica. *In*: ENCONTRO REDESTRADO BRASIL AUTONOMIA DO TRABALHO DOCENTE: caminhos para sua organização político-pedagógica, 10., 19 a 21 set. 2019, Recife. **Anais [...]**. Recife: Rede Estrado, 2019. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/180FRJAEU03ZN72XQA3-J6Uc-ql0Ig7H2/view>. Acesso em: 4 ago. 2022.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdade**: os limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

BISPO, Paula Marília de Oliveira; AGUIAR, Carolina Villa Nova. Saúde e adoecimento psíquico de professores: estudo sobre burnout e qualidade de vida no trabalho. **Revista Psicologia, Diversidade e Saúde**, Salvador, v. 7, n. 1, p. 10-19, mar. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.17267/2317-3394rpds.v7i1.1665>. Acesso em: 1º maio 2022.

BRANT, Patrícia Regina Silveira de Sá. **Do perfil desejado**: a invenção da professora de educação infantil da rede municipal de ensino de Florianópolis. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2013. Disponível em: <https://sistemabu.udesc.br/pergamumweb/vinculos/00006d/00006dbe.pdf>. Acesso em: 8 abr. 2022.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Emendas Constitucionais de Revisão. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 6 fev. 2023.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016**. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc95.htm. Acesso em: 27 nov. 2023.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006**. Dá nova redação aos arts. 7º, 23, 30, 206, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília, DF: Presidência da República, 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc53.htm. Acesso em: 27 nov. 2023.

BRASIL. **Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm. Acesso em: 27 nov. 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 5 maio 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 2 mar. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017**. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Brasília, DF: Presidência da República, 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13467.htm. Acesso em: 27 nov. 2023.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso em: 27 nov. 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11788.htm. Acesso em: 27 nov. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.429, de 31 de março de 2017**. Altera dispositivos da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros. Brasília, DF: Presidência da República, 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113429.htm. Acesso em: 27 nov. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Base Nacional Comum Curricular** – Documento preliminar. Brasília, DF: MEC, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Portaria nº 722, de 3 de outubro de 2022. Publica listagem completa dos atos normativos inferiores a decretos vigentes no âmbito do Ministério da Educação - MEC. **Diário Oficial da União**, seção: 1, Brasília, DF, p. 18, 4 out. 2022. Disponível em:

<https://www.pmf.sc.gov.br/entidades/educa/index.php?cms=portarias+dei&menu=13&subm enuid=254>. Acesso em: 2 fev. 2023.

BRASIL. **Mulheres são maioria na docência e gestão na educação básica**. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2023/marco/dia-da-mulher-mulheres-sao-maioria-na-docencia-e-gestao-da-educacao-basica>. Acesso em: 25 fev. 2023.

BRASIL. **Portaria nº 1.407, de 14 de dezembro de 2010**. Institui o Fórum Nacional de Educação – FNE. Brasília, DF: Presidência da República, 2006. Disponível em: <https://shre.ink/ThBX>. Acesso em: 27 nov. 2023.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Recurso Extraordinário nº 1.008.166**. Plenário. Relator Luiz Fux. Julgado em 22/09/2022. Brasília, DF, 2022. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5085176>. Acesso em: 21 nov. 2023.

BROERING, Adriana de Souza. **Arquitetura, espaço, tempos e materiais: a educação infantil na rede municipal de ensino de Florianópolis (1976-2012)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

BUSS-SIMÃO, Márcia; ROCHA, Eloisa Acires Candal. Docência na educação infantil: uma análise das redes municipais no contexto catarinense. **Revista Brasileira de Educação**, [s. l.], v. 23, p. e230021 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/BJgTCYCfMbPVQcdFrkBN5yh/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 10 mar. 2023.

CANTARELLI, Adriana Gonzaga; FACCI, Marilda Gonçalves; CAMPOS, Herculano, Ricardo. Trabalho docente e personalidade: alienação e adoecimento. *In*: FACCI, Marilda Gonçalves Dias; URT, Sônia da Cunha (org.). **Precarização do trabalho, adoecimento e sofrimento do professor**. Teresina: EDUFPI, 2017. p. 45-72.

CASTELO, Rodrigo. Supremacia rentista no Brasil neoliberal e a violência como potência econômica. **Universidade e Sociedade #60**, Brasília, DF, p. 58-71, jul. 2017. Disponível em: <https://iplogger.com/2k3iz4>. Acesso em: 20 abr. 2022.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. **Duas PECs de Bolsonaro que tramitam no congresso atacam direitos dos professores**. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/duas-pecs-de-bolsonaro-que-tramitam-no-congresso-atacam-direitos-dos-professores-1fe4>. Acesso em 15 dez. 2021.

CERISARA, Ana Beatriz. **A construção da identidade das profissionais de educação infantil: entre o feminismo e o profissional**. 1996. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber: elementos para uma teoria**. Tradução de Bruno Magne. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

CODO, Wanderley. **Educação: carinho e trabalho**. Laboratório de Psicologia do trabalho. Petrópolis: Vozes; Brasília, DF: Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, Editora da UnB, 1999.

CONDE, Soraya Franzoni. As condições de trabalho dos professores de educação infantil em Santa Catarina, Brasil. **Nuances: estudos sobre Educação**. Presidente Prudente, São Paulo, v. 29, n. 3, p. 165-177, 2018. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/4399/pdf>. Acesso em: 6 fev. 2023.

CONFETAM. **Dez mil vão às ruas de Florianópolis protestar contra pacote da prefeitura**. Disponível em <https://confetam.org.br/noticias/dez-mil-vao-as-ruas-de-florianopolis-protestar-contr-pacote-do-prefeito-f83f/>. Acesso em 10 mar. 2023.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (CNS). 2020. **Portal virtual**. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/recomendacoes-cns/recomendacoes-2020/1321-recomendacao-n-054-de-20-agosto-de-2020>. Acesso em: 20 dez. 2022.

COUTO, Andrea Lobato. **Adoecimento de docentes na educação básica: uma revisão sistemática da literatura**. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2018. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br:8080/jspui/handle/2011/10903>. Acesso em: 28 abr. 2022.

CUNHA, Fabienne Neide da. Profissionais negras na educação infantil da Rede Municipal de Florianópolis: narrativas que reverberam resiliência. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/214615/PEED1432-D.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 jan. 2024.

DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho**. Tradução de Ana Isabel Paraguay e Lúcia Leal Ferreira. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

DELGADO, Ana Cristina Coll; BARBOSA, Maria Carmen Silveira; RICHTER, Sandra Regina Simonis. Singularidades da docência na creche: interlocução com pesquisas no Brasil. **Revista Humanidades e Inovação**, Palmas, Tocantins, v. 6, n. 15, p. 272-286, 2019. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/1360>. Acesso em: 15 jun. 2021.

DIAS, Maria José Pereira de Oliveira. **Mal-estar e adoecimento docente na rede da Educação Infantil**. 2020. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2020. Disponível em: <http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/handle/tede/4474>. Acesso em: 28 de abr. 2022.

DIEESE. **A reforma trabalhista e os impactos para as relações de trabalho no Brasil**. 2017. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2017/notaTec178reformaTrabalhista.pdf>. Acesso em: 0 jan. 2023.

ENGELS, Friederich. **O papel do trabalho na transformação do macaco em homem**. ed. Ridendo Castigat Mores. [S. l.]: Ridendo Castigat Mores, 1876. Versão para E-book, Brasil, 1999. Disponível em: http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/F_ANGELS.pdf. Acesso em: 15 set. 2020.

ESTEVEES, José Manuel. **O mal-estar docente**: a sala de aula e a saúde dos professores. Tradução de Durley de Carvalho Cavicchia. Bauru: Editora da USC, 1999.

EUGENIO, Benedito; SOUZAS, Raquel; DI LAURO, Angela Dias. Trabalho e adoecimento do professor da educação básica no interior da Bahia. **Laplage em Revista**, São Carlos, v. 3, n. 2, p. 179-191, May/Aug. 2017. Disponível em: <https://iplogger.com/2ozcP1>. Acesso em: 27 abr. 2022.

EVANGELISTA, Olinda; SEKI, Allan Kenji. **Formação de professores no Brasil**: leituras a contrapelo. Araraquara: Junqueira&Marin, 2017. Disponível em https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/3569567/mod_resource/content/1/EVANGELISTA%20E%20ALAN%20KENJI%20-%20Livro%20Formacao_de_Professores_no_Brasil.pdf. Acesso em: 28 fev. 2020.

FACCI, Marilda Gonçalves Dias; URT, Sônia da Cunha (org.). **Precarização do trabalho, adoecimento e sofrimento do professor**. Teresina: EDUFPI, 2017.

FACCI, Marilda Gonçalves dias; URT, Sonia da Cunha (org.). **Quando os professores adoecem**: demandas para a psicologia e a educação. Campo Grande, MS: Editora da UFMS, 2020. Disponível em: <https://editora.ufms.br/produto/quando-os-professores-adoecem-demandas-para-a-psicologia-e-a-educacao/>. Acesso em: 30 maio 2022.

FARIAS, José Valvernagesde; MIGUEL, Joelson Rodrigues. Readaptação funcional: uma voz silenciada no canto da escola. **Revista Multidisciplinar e Psicologia**, [s. l.], v. 13, n. 44, p. 301-332, 2019. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/1620>. Acesso em: 2 maio 2022.

FAVARO, Neide de Almeida Lança Galvão; SEMZEMZEM, Priscila; RAMOS, Letícia Nayele Lessa; GARCIA, Dorcely Isabel Bellanda. Trabalho docente na educação básica: subsunção ao capital. **Revista Research, Society and Development**, Vargem Grande Paulista, v. 9, n. 8, p. e342985468, 2020. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/5468>. Acesso em: 30 abr. 2022.

FEDERICI, Sílvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FERNANDES, Tatiane Márcia. **Professora de educação infantil**: dilemas da constituição de uma especificidade profissional: um estudo sobre a produção científica brasileira (1996-2009). 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/93643/292138.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 13 fev. 2023.

FRANCO, Luiza; IDOETA, Paula Adamo. Como a desigualdade no pagamento entre homens e mulheres prejudica a economia brasileira. **BBC News Brasil em São Paulo**. 6 jan. 2016. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46655125>. Acesso em: 10 jan. 2020.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação**: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FUNDAÇÃO MARIA CECÍLIA SOUTO VIDIGAL. INC – **Índice de Necessidade de Creche 2018-2020 e estimativas de frequência**: insumos para a focalização de políticas públicas. 2022. Disponível em: <https://www.fmcsv.org.br/pt-BR/biblioteca/publicacao-indice-necessidade-creche-2022/> . Acesso em: 2 mar. 2023.

FURTADO, Anésia Maria Martins. **A organização da hora-atividade**: desafios, contradições e possibilidades da profissão docente na educação infantil. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/219505/PEED1522-D.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>. Acesso em: 9 fev. 2023.

GADOTTI, Fabio. **Florianópolis quer empréstimo internacional de US\$ 67 milhões**. Disponível em: <https://ndmais.com.br/educacao/florianopolis-quer-emprestimo-internacional-de-u-67-milhoes/>. Acesso em: 5 nov. 2022.

GALVÃO, Julia. **Mobilidade urbana deve ser eficaz para garantir o acesso a diferentes destinos**. 2023. Disponível em: <https://jornal.usp.br/radio-usp/jornal-da-usp-no-ar-2/jornal-da-usp-no-ar/mobilidade-urbana-deve-ser-eficaz-para-garantir-o-acesso-a-diferentes-destinos/>. Acesso em: 28 jan. 2024.

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso; MICHELS, Maria Helena. Educação e inclusão: equidade e aprendizagem como estratégias do capital. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 46, n. 3, p. e116974, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/2175-6236116974>.

GUEDES, Neide Cavalcanti. As condições de trabalho na escola básica: nova lentes para detectar o mal-estar-docente. **Caderno de Pesquisa**, São Paulo, v. 26, n. 3, jul./set. 2019. Disponível em: <http://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/12766/6908>. Acesso em: 30 abr. 2022.

GOMES, Valdete Aparecida Fernandes Moutinho; NUNES, Célia Maria Fernandes; PÁDUA, Karla Cunha. Condições de trabalho e valorização docente: um diálogo com professoras do ensino fundamental I. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, DF, v. 100 n. 255, p. 277-296, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.100i255.4146>. Acesso em: 29 abr. 2022.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano. [org.]: Rios, Flávia e Lima, Márcia**. Disponível em: <https://mulherespaz.org.br/site/wp-content/uploads/2021/06/feminismo-afro-latino-americano.pdf>. Acesso em 10 jan. 2024.

G1 SANTA CATARINA. Gean anuncia pacote de medidas de cortes públicos em Florianópolis. Disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2017/01/gean-anuncia-pacote-de-medidas-de-cortes-publicos-em-florianopolis.html>. Acesso em 28 mar. 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS ANÍSIO TEIXEIRA (Inep). Professoras são 79% da docência de educação básica no Brasil. 2023. Disponível em:

<https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/institucional/professoras-sao-79-da-docencia-de-educacao-basica-no-brasil>. Acesso em: 8 mar. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Florianópolis. 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sc/florianopolis.html>. Acesso em: 27 nov. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Plano de dados abertos 2018-2019. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/np_download/novoportal/documentos_institucionais/Plano_de_Dados_Abertos_IBGE_2018_2019.pdf. Acesso em: 27 nov. 2023.

INSFRAN, Fernanda Fochi Nogueira; LADEIRA, Thalles Azevedo. Remédios? Eu tomo vários – adoecimento e medicalização docente no interior do Estado do Rio de Janeiro. *In*: FACCI, Marilda Gonçalves Dias; URT, Sonia da Cunha. **Quando os professores adoecem: demandas para a psicologia e a educação**. Ano Disponível em <https://editora.ufms.br/produto/quando-os-professores-adoecem-demandas-para-a-psicologia-e-a-educacao/>. Acesso em: 30 maio 2022.

KRAMER, Sonia. As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no Brasil: educação infantil e é fundamental. **Revista Educação & Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 96, p. 797-818, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/Vc4sdh6KwCDyQPvGGY8Tkmn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 out. 2022.

KRAMER, Sonia; NUNES, Maria Fernanda R.; CORSINO, Patrícia. Infância e criança de 6 anos: desafios das transições na educação infantil e no ensino fundamental. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 1, p. 69-85, jan./abr. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/vZGy5F6XjQ3C9rS4VvrcMXJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 5 fev. 2023,

KOSÍK, Karel. **Dialética do Concreto**. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio, 6. Reimp. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LEHER, Roberto. Estado, reforma administrativa e mercantilização da educação e das políticas públicas. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**. Salvador, v. 13, n. 1, p. 9-29, abr. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/43851>. Acesso em: 10 set. 2022.

LEHER, Roberto; VITTÓRIA, Paolo; MOTTA, Vânia. Educação e mercantilização em meio à tormenta político-econômica do Brasil. **Revista Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 9, n. 1, p. 14-24, abr. 2017.

LEONTIEV, Alexis. O homem e a cultura. *In*: LEONTIEV, Alexis. **O desenvolvimento do psiquismo**. Tradução de Rubens Eduardo Frias 2. ed. São Paulo, 2004. p. 277-302. Disponível em: https://www.academia.edu/22546933/O_desenvolvimento_do_psiquismo_Leontiev_Alexis. Acesso em: 12 maio 2018.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MAFRA, Aline; SIMÃO-BUSS, Márcia. Processos regulatórios e a educação das crianças: um diálogo com a produção científica recente. *In*: PINTO, Maria Raquel Barreto; RAUPP, Marilene Dandoli (org.). **Educação infantil: reflexões decorrentes de um processo de formação continuada**. Florianópolis: NUP/UFSC, 2017.

MANACORDA, Mario Alighiero. **História da Educação: da antiguidade aos nossos dias**. Tradução de Gaetano lo Monaco. São Paulo: Cortez: autores Associados, 1989. (Coleção Educação Contemporânea).

MARTINS, Márcia Lígia. **A personalidade do professor**. 2019. Disponível em: <http://33reuniaio.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/Minicursos%20em%20PDF/GT20.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2023.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: o processo de produção do capital**. [Livro I]. Tradução de Rubens Enderle. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. Tradução de Álvaro Pina e Ivana Jinkings. São Paulo: Boitempo, 2010.

MELGAREJO, Mariano Moura. **A agenda do Banco Interamericano de Desenvolvimento para a educação: um estudo do acordo com a Rede Municipal de Educação de Florianópolis**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/188268/PEED1302-D.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 mar. 2023.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008. (Mundo do trabalho).

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 30. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

MOTTA, V. C.; ANDRADE, M. C. P. O empresariamento da educação de novo tipo e suas dimensões. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 41, p. e224423, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/3DnTFnDYxsY9crTsnxFzQBB/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 15 set. 2022.

MOTTA, Vania Cardoso da; LEHER, Roberto. Trabalho docente no contexto do retrocesso do retrocesso. **RTPS: Revista Trabalho, Política e Sociedade**, [s. l.], v. 2, n. 3, p. 243-258, dez. 2017.

MOURA, Juliana da Silva; RIBEIRO, Júlia Cecília De Oliveira Alves; CASTRO Neta, Abília Ana de; NUNES, Claudio Pinto. À precarização do trabalho docente e o adoecimento mental no contexto neoliberal. **Revista Profissão Docente**, Uberaba, v. 19, n. 40, p. 1-17, jan./abr. 2019. Disponível em: https://rnp-primo.hosted.exlibrisgroup.com/permalink/f/vsvpiv/TN_cdi_crossref_primary_10_31496_rpd_v19i40_1242. Acesso em: 27 abr. 2022.

MUNIZ, Marize; VIEIRA, Amanda. Duas PECs de Bolsonaro que tramitam no congresso atacam direitos dos professores. **CUT: Central Única dos Trabalhadores Notícias**. nov. 2021. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/duas-pecs-de-bolsonaro-que-tramitam-no-congresso-atacam-direitos-dos-professores-1fe4>. Acesso em: 17 jan. 2023.

NAZÁRIO, João Dimas. **O acesso de crianças de zero a seis anos à educação infantil de Florianópolis: uma análise sociodemográfica de crianças em “lista de espera”**. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/95815>. Acesso em: 9 fev. 2023.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. 8 ed. – São Paulo: Cortez, 2012. – (biblioteca básica de serviços social; v. 1).

NEVES, Rosa Maria Corrêa das. PICCININI, Cláudia Lino. Crítica do imperialismo e da reforma curricular brasileira da educação básica: evidência histórica da impossibilidade da luta pela emancipação da classe trabalhadora desde a escola do estado. **Revista Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 10, n. 1, p. 184-206, maio 2018. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/26008>. Acesso em: 7 ago. 2022.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley; SANT’ANNA, Ronaldo. Gramsci, o estado educador e a nova pedagogia da hegemonia. *In*: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso** (org.). **EccoS: Revista Científica**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 473-489, jul./dez. 2005. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/eccos/article/download/452/435>. Acesso em: 6 fev. 2023.

NOGUEIRA, Cláudia Mazzei. **A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização**. Campinas: Autores Associados, 2004.

OESTREICH, Marlise. **O acordo do Banco Interamericano de desenvolvimento e a Prefeitura Municipal de Florianópolis: o monitoramento da qualidade da educação e a formação continuada – implicações para a docência na educação infantil**. 2020. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/216558/PEED1497-T.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>. Acesso em: 2 dez. 2022.

OLIVEIRA, Dalila Andrade; VIEIRA, Livia Fraga (org.). **Trabalho na educação básica: a condição docente em sete estados brasileiros**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2018.

OLIVEIRA, Gabriela. Florianópolis apresenta desigualdades de gênero e de raça maiores que a média nacional. **Catarinas**. Florianópolis, 22 nov. 2021. Disponível em:

<https://catarininas.info/florianopolis-apresenta-desigualdades-genero-raca-maiores-media-nacional/>. Acesso em: 22 nov. 2023.

OLIVEIRA, Mariana Esteves de. Piorou a diabetes pelo emocional: precarização do trabalho docente e o adoecimento dos professores paulista. **Fronteiras & Debates**, Macapá, v. 6, n. 1, p. 109-123, jan./jun. 2019a. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18468/fronteiras.2019v6n1.p109-123>. Acesso em: 30 abr. 2022.

OLIVEIRA, Mariana Esteves de. **Professor, você trabalha ou só dá aula?** um olhar sobre a história e precarização do trabalho docente. Curitiba: CRV, 2019b.

OLIVEIRA, Wendel Cristian de; SILVA, Flávia Gonçalves da. Alienação, sofrimento e adoecimento do professor na educação básica. **Revista Labor**, Fortaleza, v. 1 n. 13, p. 7-27, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.29148/labor.v1i13.6557>. Acesso em: 1º maio 2022.

OXFAM – BRIEFING DE MÍDIA. **Lucrando com a dor**: sobre a urgência de tributar os ricos em meio a um aumento na riqueza bilionária e a uma crise do custo de vida em nível global. maio 2022. Disponível em: <https://ijf.org.br/wp-content/uploads/2022/05/Oxfam-Media-Brief-BR-Lucrando-com-a-Dor-Davos-2-sem-embargo.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2023.

PAULA, Wagner Eduardo Estácio de; LIMA, Rita de Cássia Gabrielli Souza. Docência na Educação Infantil: neoliberalismo, desumanização e adoecimento na república inacabada brasileira. **Revista Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 1-20, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00230>. Acesso em: 29 abr. 2022.

PEIXE, Débora Cristina de Sampaio; BRAGAGNOLO, Regina Ingrid; CONDE, Soraya Franzoni (org.). **Desafios e perspectivas da formação continuada de professores de educação infantil em Santa Catarina**. Florianópolis: NUP/UFSC, 2016.

PERONI, Vera Maria Vidal; CAETANO, Maria Raquel. O público e privado na educação: projetos em disputa? **Revista Retratos da Escola**, Brasília, DF, v. 9, n. 17, p. 337-352, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/584/658>. Acesso em: 10 maio 2020.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Tradução de Ângela M. S. Côrrea. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2017a.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. Tradução de Denise Bottmann. 7. ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Paz e Terra, 2017b.

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (PNE). **Semana de Ação Mundial 2022**. 2022. Disponível em: https://media.campanha.org.br/acervo/documentos/00_BalancoPNE_Cartelas2022_ok_1.pdf. Acesso em: 10 fev. 2023.

PREFEITURA DE FLORIANÓPOLIS (PMF). **Decreto nº 17.146, de 06 de fevereiro de 2017**. Cria comissão de estudos para a elaboração do plano de carreira, cargos e salários dos

servidores públicos do município de Florianópolis. Florianópolis, 2017. Disponível em: <https://cutt.ly/swI59HBO>. Acesso em: 27 nov. 2023.

PREFEITURA DE FLORIANÓPOLIS (PMF). **Lei Complementar nº 597, de 27 de janeiro de 2017**. Altera a Lei Complementar CMF nº 063, de 2003, revoga dispositivos e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sc/f/florianopolis/lei-complementar/2017/60/597/lei-complementar-n-597-2017-altera-a-lei-complementar-cmf-n-063-de-2003-revoga-dispositivos-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 27 nov. 2023.

PREFEITURA DE FLORIANÓPOLIS (PMF). **Lei Complementar CMF nº 063/2003**. Dispõe sobre o estatuto dos servidores públicos do município de Florianópolis. Florianópolis, 2003. Disponível em: https://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/05_05_2016_17.15.33.4d8e88e6735aa40477f3e27d8fce5e3a.pdf. Acesso em: 27 nov. 2023.

PREFEITURA DE FLORIANÓPOLIS (PMF). **Lei Complementar nº 433, de 25 de maio de 2012**. Brasília, DF: Presidência da República, 2012. Autoriza o poder executivo municipal a contratar empréstimo financeiro com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Disponível em: <https://cutt.ly/RwI5lrnR>. Acesso em: 27 nov. 2023.

PREFEITURA DE FLORIANÓPOLIS (PMF). **Lei nº 17.484, de 16 de janeiro de 2018**. Assegura ao espectador o acesso nas salas de cinema, cineclubes, teatros, espetáculos musicais e circenses com alimentos e bebidas, na forma que especifica. Florianópolis, 2018. Disponível em: http://leis.alesc.sc.gov.br/html/2018/17484_2018_Lei.html. Acesso em: 27 nov. 2023.

PREFEITURA DE FLORIANÓPOLIS (PMF). **Lei nº 2.915, de 26 de abril de 1988**. Institui o Plano de vencimentos e de carreira do magistério público municipal e das outras providências. Disponível em: https://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/28_02_2013_13.01.36.f042b0e3c6d4953bfd69d2d0b0a6e277.pdf. Acesso em: 27 nov. 2023.

PREFEITURA DE FLORIANÓPOLIS (PMF). **Lei nº 6.847, de 18 de novembro de 2005**. Amplia, por opção e no interesse da administração, a duração de trabalho semanal dos servidores do quadro único de pessoal civil, do instituto de planejamento urbano de Florianópolis - IPUF e das fundações, pertencentes aos grupos ocupacionais ii e iii, nível médio e superior respectivamente e dá outras providências. Florianópolis, 2005. Disponível em: <https://l1nq.com/QcZYw>. Acesso em: 12 out. 2023.

PREFEITURA DE FLORIANÓPOLIS (PMF). **Instrução Normativa nº 004/SMA/2018**. Estabelece critérios e procedimentos para a utilização do sistema digital de ponto eletrônico e controle de frequência, além de codificação de afastamentos funcionais. Florianópolis, 2018. Disponível em: http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/25_09_2018_8.00.14.dc9648e822cee67812a48343d96d2877.pdf. Acesso em: 15 abr. 2022.

PREFEITURA DE FLORIANÓPOLIS (PMF). **Manual do(a) servidor(a) da educação de Florianópolis**. Diretoria de Administração Escolar. Florianópolis: SME, 2011.

PREFEITURA DE FLORIANÓPOLIS (PMF). **Perfil Municipal – Florianópolis – SC.** Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. [2000?]. Disponível em: https://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/05_11_2009_13.00.43.d53d27cbe464ff1805a76dbb96e1cf6c.pdf. Acesso em: 5 de nov. 2023.

PREFEITURA DE FLORIANÓPOLIS (PMF). **Plano Municipal de Educação de Florianópolis 2018-2019.** Florianópolis, 2020. Disponível em: http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/11_08_2021_15.49.21.dcdccb64e483f26003354bd46b5ff98.pdf. Acesso em: 7 abr. 2021.

PREFEITURA DE FLORIANÓPOLIS (PMF). **Plano Municipal de Educação de Florianópolis 2015-2025.** Florianópolis, 2016.

PREFEITURA DE FLORIANÓPOLIS (PMF). **Projeto de Lei 16.998/17.** Institui a concessão de bolsas de estudos por permuta do Imposto Predial e Territorial Urbana (IPTU), pela rede particular de ensino. Disponível em: <https://floripamanha.org/2017/08/aprovado-pl-que-concede-bolsas-de-estudos-por-permuta-do-iptu/>. Acesso em: 27 nov. 2023.

PREFEITURA DE FLORIANÓPOLIS (PMF). Secretaria Municipal de Educação. Diretoria de Educação Infantil. **Currículo da Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis.** Florianópolis, 2015. v. III.

PREFEITURA DE FLORIANÓPOLIS (PMF). Secretaria Municipal de Educação. **Portaria nº 176/2018.** Dispõe sobre o expediente e a jornada de trabalho nas unidades educativas da Rede Municipal de Ensino. Florianópolis, 2013b. Disponível em: http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/02_08_2018_11.46.58.3fe74e5a5f67ead249fbb1f52ff52f56.pdf. Acesso em: 21 out. 2023.

PREFEITURA DE FLORIANÓPOLIS (PMF). Secretaria Municipal de Educação. **Servidores tem semana de integração:** todos terão direito a uma série de atividades de entretenimento, formação e lazer. Florianópolis, 2022. Disponível em: <https://www.pmf.sc.gov.br/entidades/educa/index.php?pagina=notpagina¬i=2712>. Acesso em: 15 abr. 2022.

PREFEITURA DE FLORIANÓPOLIS (PMF). Secretaria Municipal de Educação Diretoria de Administração Escolar Diretoria de Educação Infantil Diretoria de Ensino Fundamental. **Portaria nº 03/13.** Normatiza a jornada de trabalho dos membros do quadro do magistério referente a hora/atividade durante o ano letivo de 2013 e estabelece outras providências. Florianópolis, 2013a. Disponível em: http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/17_04_2013_10.49.57.38f7a0759425c3af75ecd8f8884fcc66.pdf. Acesso em: 10 fev. 2019.

PREVITALI, Fabiane Santana; FAGIANI, Cílon César. Trabalho digital e educação no Brasil. In: NOGUEIRA, Arnaldo Mazzei *et.al.* **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0.** Organização de Ricardo Antunes; Tradução de Murillo van der Laan e Marco Gonsales. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 14.

PREVITALI, Fabiane Santana; FAGIANI, Cílon César. Educação básica sob a pandemia Covid-19 no Brasil e a educação que convém ao capital. **RTPS: Rev. Trabalho, Política e**

Sociedade, [s. l.], v. 6, n. 11, p. 499-518, jul./dez. 2021. Disponível em: <http://costalima.ufrrj.br/index.php/RTPS/article/view/907/1112>. Acesso em: 20 dez. 2022.

RAMOS, Mylena Carla Almeida Tenório. **O que tenho a comemorar? O que foi que eu fiz da minha vida?** a saúde mental de professores da educação básica de Garanhuns/PE. 2018. Dissertação (Mestrado Educação) – Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2018. Disponível em: <http://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/4516>. Acesso em: 15 jul. 2022.

REIS, Geny Gonçalves dos. **Sufrimento e prazer no trabalho:** um estudo sobre os processos de saúde-doença de professores da educação municipal. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/9375/DissGGR.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 jul. 2022.

REIS, Juliana Christina de Souza. **Impactos das políticas públicas educacionais mineiras, no período de 2003 a 2014, sobre a saúde do professor da rede estadual de Uberaba.** 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Triângulo Mineiro, 2017. Disponível em: <http://bdtd.uftm.edu.br/handle/tede/459>. Acesso em: 10 jul. 2022.

REIS, Maria Izabel Alves dos. **O adoecimento dos trabalhadores docentes na Rede Pública de Ensino de Belém-Pará.** 2014. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2014. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFPA_8bb38f6950ef3efe2895b51563ed18a0. Acesso em: 28 abr. 2022.

ROSSO DAL, Sadi. **Intensidade e imaterialidade do trabalho e saúde.** Disponível em <https://www.scielo.br/j/tes/a/Rxgz6YjbMvTVm8C5sPDrMyN/>. Acesso em 02 fev. 2023.

SAFLATE, Vladimir; SILVA, Nelson da; DUNKER, Junior Christian (org.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico.** Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

SAMPAIO, Telmano Rodrigues. **O trabalho docente na educação básica pública no município de Fortaleza:** contradições que envolvem a busca por resultados. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/40352>. Acesso em: 28 abr. 2022.

SANTOS, Renata Guilões Barros; FERNANDES, Cláudia Sabino; GOMES, João Gabriel Hüberet al. Processo de precarização do trabalho docente em tempos de pandemia da Covid-19. **Revista Labor**, Fortaleza, v.1, n. 26, p. 33-5, 2021. Disponível em: https://rnp-primo.hosted.exlibrisgroup.com/permalink/f/vsvpiv/TN_cdi_crossref_primary_10_29148_labor_v1i26_71595. Acesso em: 30 abr. 2022.

SAVIANI, Dermeval. **Histórias das ideias pedagógicas no Brasil.** 3.ed. rev. 1 reimpressão. – Campinas, SP: Autores Associados, 2011. – (Coleção memória da educação). Disponível em https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7311446/mod_resource/content/1/Sav.pdf. Acesso em: 30 maio 2023.

SAVIANI, Dermeval. **Trabalho e educação:** fundamentos ontológicos e históricos. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/wBnPGNkvstzMTLYkmXdrkWP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 mar. 2022.

SEMIENTCOSKI, Suzana; CONDE, Soraya Franzoni. As relações entre as condições de trabalho e o adoecimento docente na educação infantil. *In*: HAMMEL, Ana Cristina *et al.* (org.). **Estudos sobre a realidade brasileira: fundamentos e processos em educação**. Curitiba: CRV, 2020. 312 p. (Coleção estudos sobre Educação e Realidade Brasileira. v. 1).

SEKI, Allan; COSTA, Hellen Balbinotti; MELGARETO, Mariano Mour; EVANGELISTA, Olinda. O BID e a agenda do capital na Rede Municipal de Educação de Florianópolis. 2017. **Trabalho Necessário**, [s. l.], ano. 15, n. 26, p. 30-50, 2017. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/9625/6746>. Acesso em: 28 de jan. 2023.

SHIROMA, Eneida Oto; MICHELS, Maria Helena; EVANGELISTA, Olinda; GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. A tragédia docente e suas faces. *In*: EVANGELISTA, Olinda; SEKI, Allan Kenji. **Formação de professores no Brasil: leituras a contrapelo**. Araraquara: Junqueira&Marin, 2017. p. 17-58.

SHIROMA, Eneida Oto; ZANARDINI, Isaura Mônica Souza. Estado e gerenciamento da educação para o desenvolvimento sustentável: recomendações do capital expressas na Agenda 2030. **RPGE: Revista online de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 24, n. esp. 1, p. 693-714, ago. 2020. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/download/13785/9372/43052>. Acesso em: 10 ago. 2022.

SINDICATO DOS SERVIDORES E EMPREGADOS PÚBLICOS DE BELO HORIZONTE (SINDIBEL). **Esclarecimentos sobre a PEC 32 e os principais pontos negativos que podem impactar no serviço público**. Belo Horizonte, 2021. Disponível em: <https://sindibel.com.br/2021/10/esclarecimentos-sobre-a-pec32-e-os-principais-pontos-negativos-da-reforma/>. Acesso em: 9 set. 2022.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS (SINTRASEM). **A educação não está à venda**. 2017a. Disponível em: <http://www.sintrasem.org.br/files/1098/jornal-outubro-completo.pdf>. Acesso em: 1 set. 2022.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS (SINTRASEM). **Conheça o pacote de maldades do prefeito Gean Loureiro, que só será barrado com muita luta**. Florianópolis, 2017b. Disponível em: <http://www.sintrasem.org.br/Default/Noticia/481/conheca-o-pacotao-de-> Acesso em: 9 set. 2022.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS (SINTRASEM). **Denúncia Sintrasem**. 1 vídeo (3:26 min). Florianópolis, 17 fev. 2021. Facebook: @Sintrasem Florianópolis. Disponível em: <https://www.facebook.com/sintrasem/videos/775272043101407/>. Acesso em: 5 ago. 2023.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS (SINTRASEM). **Estatuto do SINTRASEM**. 2016. Disponível em: <http://www.sintrasem.org.br/Interna/23/Estatuto>. Acesso em: 8 mar. 2018.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS (SINTRASEM). **Monitoramento Covid-19 na PMF**. 2020a. Disponível em: <http://www.sintrasem.org.br/Default/Noticia/12950/participe-monitoramento-covid-19-na-pmf>. Acesso em: 10 ago. 2020.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS (SINTRASEM). **Nas ruas! Organizar a luta pelo atendimento das reivindicações**. 2023a. Disponível em: <http://www.sintrasem.org.br/files/1098/2023%20-%20Jornal%20PMF%20fevereiro%202023.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2023.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS (SINTRASEM). **Notas sobre abertura de concurso emergencial do magistério**. Florianópolis, 2023b. Disponível em: <http://www.sintrasem.org.br/Default/Noticia/27993/nota-sobre-abertura-de-concurso-emergencial-do-magisterio>. Acesso em: 7 out. 2023.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS (SINTRASEM). **Por dentro da Reforma Administrativa (PEC 32/2020)**. Florianópolis, 2020b. Disponível em: <http://www.sintrasem.org.br/files/1098/cartilha%20Sintrasem%20-%20reforma%20administrativa%20-%20color%20-%2012%20PAGINAS.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2022.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS (SINTRASEM). **Sob forte repressão prefeito impõe seu projeto privatizador**. Florianópolis, 2018. Disponível em: <http://www.sintrasem.org.br/Default/Noticia/1433/sob-forte-repressao-prefeito-impoe-seu-projeto-privatizador>. Acesso em: 2 set. 2022.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS (SINTRASEM). **Teletrabalho na educação**: imposição aumenta sobrecarga da categoria. Facebook: Sintrasem, Florianópolis, 2020c. Disponível em: <https://www.facebook.com/sintrasem/posts/2743490845930134>. Acesso em: 26 jun. 2021.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS (SINTRASEM). Live. **Perícia médica**: da dignidade humana à moralidade pública. Florianópolis, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=auOaM1o25q0>. Acesso em: 20 jun. 2023.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS (SINTRASEM). **Sobre a implementação da Hora Atividade em tempo**. Florianópolis, 2014. Disponível em: [http://www.sintrasem.org.br/Default/Noticia/193/1\)-sobre-a-implementacao-da-hora-atividade-em-tempo](http://www.sintrasem.org.br/Default/Noticia/193/1)-sobre-a-implementacao-da-hora-atividade-em-tempo). Acesso em: 22 nov. 2023.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS (SINTRASEM). **Vídeo**: falta de água se torna problema corrente nas unidades. Florianópolis, 29 jun. 2023c. Disponível em: <http://www.sintrasem.org.br/Default/Noticia/28115/video-falta-de-agua-se-torna-problema-corrente-nas-unidades>. Acesso em: 5 ago. 2023.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS (SINTRASEM). **Vídeo**. Denúncia com a falta de manutenção no NEIM no bairro Rio Tavares. Florianópolis, 2023d. Disponível em: https://www.facebook.com/sintrasem/?locale=pt_BR. Acesso em: 21 out. 2023.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS (SINTRASEM). **Vídeo**. Merenda escolar de Florianópolis pode ficar sem carne e ovo até o final do ano. Florianópolis, 2023e. Disponível em: https://www.facebook.com/sintrasem/?locale=pt_BR. Acesso em: 20 out. 2023.

SOLIMÕES, Andréa Cristina Cunha. **Impactos da precarização do trabalho sobre a saúde das docentes da educação infantil**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 2015. Disponível em: <http://ppgedufpa.com.br/arquivos/File/FinalAndrea.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2022.

SOUZA, Farney Vinícios Pinto. Adoecimento mental e o trabalho do professor. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 103-117, 2018. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cpst/v21n2/a01v21n2.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2022.

SOUZA, Jackeline Maria; VEIGA DELI'AGLIJ, Betânia Alves Veiga; COSTA, Rodney Querino Ferreira da; CAETANO, Luciana Maria. Docência na pandemia: saúde mental e percepções sobre o trabalho on-line. **Teoria e Prática da Educação**, Rio Claro, v. 24, n. 2, p. 142-159, maio/ago. 2021. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/TeorPratEduc/article/view/59047/751375152606>. Acesso em: 1 maio 2021.

SOUZA, Kátia Reis de; SANTOS, MARIA, Blandina Marques dos; PINA, José Augusto; MARIA, Amabel Bianca Vial; CARMO, Maria Auxiliadora T.; JENSEN, Mirdney. A trajetória do sindicato dos profissionais da educação do Rio de Janeiro (Sepe-RJ) na luta pela saúde no trabalho. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 1.057-1.068, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v8n4/a27v8n4.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2018.

STEMMER, Marcia Regina Goulart. Reflexões sobre o papel e a formação do professor de educação infantil. *In*: PEIXE, Débora Cristina de Sampaio; NEIVERTH, Thaisa (org.). **Creches catarinenses: experiências de formação e práticas pedagógicas**. Florianópolis: UFSC, CED, NUP, 2014.

TONET, Ivo; LESSA, Sérgio. **Introdução à filosofia de Marx**. **Redação Vital**, [s. l.: s. n.], v. 8, p. 1-77, 2004. Disponível em: https://ivotonet.xp3.biz/arquivos/Introducao_a_Filosofia_de_Marx.pdf. Acesso em 25 abr. 2023.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2010.

VIANNA, Eduardo; STETSENKO, Anna. Compromisso e posicionamento: ética em pesquisa ativista transformadora. *In: OLIVEIRA, Apoluceno Ivanilde et al. Ética e pesquisa em educação: subsídios*. Comissão de Ética em Pesquisa da ANPEd. Rio de Janeiro: ANPEd, 2021. cap. 3, p. 31-40. Disponível em: <https://shre.ink/ThLu>. Acesso em: 27 nov. 2023.

VIGOTSKI, Lev Semionovitch. **Psicologia, educação e desenvolvimento**: escritos de L. S. Vigotski. Organização e Tradução de Zoia Prestes e Elizabeth Tunes (prefácio). São Paulo: Expressão Popular, 2021.

XAVIER, Adão aparecido. **Violência estrutural e adoecimento docente**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/47431>. Acesso em: 28 abr. 2022.

APÊNDICE A – QUADROS BALANÇO DE PRODUÇÃO

QUADRO 1: BALANÇO DE PRODUÇÃO BLOCO TEMÁTICO: CONDIÇÕES DE TRABALHO			
TÍTULO/REFERÊNCIA	ANO	NÍVEL/ INSTITUI ÇÃO	BASE
SOLIMÕES, Andréa Cristina Cunha. Impactos da precarização do trabalho sobre a saúde das docentes da educação infantil. 2015. 158 f. Dissertação (Mestrado em Educação da) – Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 2015. Disponível em: http://ppgedufpa.com.br/arquivos/File/FinalAndrea.pdf . Acesso em: 29 abr. 2022.	2015	Dissertação/ UFPA	BDTD
GOMES, Valdete Aparecida Fernandes Moutinho; NUNES, Célia Maria Fernandes; PÁDUA, Karla Cunha. Condições de trabalho e valorização docente: um diálogo com professoras do ensino fundamental I. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos , Brasília, DF, v. 100 n. 255, p. 277-296, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.100i255.4146 . Acesso em: 29 abr. 2022.	2019	Artigo	SCIELO
GUEDES, Neide Cavalcanti. As condições de trabalho na escola básica: nova lentes para detectar o mal-estar-docente. Caderno de Pesquisa, São Paulo, v. 26, n. 3, jul./set. 2019. Disponível em: http://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/12766/6908 . Acesso em: 30 abril, 2022.	2019	Artigo	CAPES
SOUZA, Jackeline Maria et al. Docência na pandemia: saúde mental e percepções sobre o trabalho <i>on-line</i> . Teoria e Prática da Educação, Rio Claro, v. 24, n. 2, p. 142-159, maio/ago. 2021. Disponível em: https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/TeorPratEduc/article/view/59047/751375152606 . Acesso em: 1º maio 2021.	2021	Artigo	CAPES
OLIVEIRA, Wendel Cristian de; SILVA, Flávia Gonçalves da. Alienação, sofrimento e adoecimento do professor na educação básica. Revista Labor , Fortaleza, v. 1 n. 13, p. 7-27, 2015. Disponível em: https://doi.org/10.29148/labor.v1i13.6557 . Acesso em: 1º maio 2022.	2015	Artigo	CAPES

QUADRO 2: BALANÇO DE PRODUÇÃO BLOCO TEMÁTICO: ADOECIMENTO DOCENTE			
TÍTULO	ANO	NÍVEL/ INSTITUIÇÃO	BAS E
DIAS, Maria José Pereira de Oliveira. Mal-estar e adoecimento docente na rede da educação infantil . 2020. Tese (Doutorado em Educação) – PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS. 2020. Disponível em: http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/handle/tede/4474 . Acesso em: 28 de abr. 2022.	2020	Tese/PUC-GOIÁS	BDTD
XAVIER, Adão aparecido. Violência estrutural e adoecimento docente . 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná. 2015. Disponível em: https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/47431 . Acesso em: 28 de abr. 2022.	2015	Dissertação/UFRP	BDTD
COUTO, Andrea Lobato. Adoecimento de docentes na educação básica: uma revisão sistemática da literatura . 2018. 124 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, 2018. Disponível em: http://repositorio.ufpa.br:8080/jspui/handle/2011/10903 . Acesso em: 28 abr. 2022.	2018	Dissertação/UFP	BDTD
ASSIS, Camila Carolina Alves. Trabalho e mal-estar docente na educação infantil da rede pública municipal de Mineiros-GO: mediações de enfrentamento dos professores . 2020. Dissertação (Mestrado em Educação). – Universidade Federal de Goiás. 2020. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/421/o/Disserta%C3%A7%C3%A3o - Camila Carolina Alves Assis - 2020.pdf . Acesso em: 29 abr. 2022.	2020	Dissertação/UF	BDTD
EUGENIO, Benedito; SOUZAS, Raquel; DI LAURO, Angela Dias. Trabalho e adoecimento do professor da educação básica no interior da Bahia. Laplage em Revista , São Carlos, v. 3, n. 2, p. 179-191, May/August 2017. Disponível em: https://iplogger.com/2ozcP1 . Acesso em: 27 abr. 2022.	2017	Artigo	CAPES
FARIAS, José Valvernagesde; MIGUEL, Joelson Rodrigues. Readaptação funcional: uma voz silenciada no canto da escola. Revista Multidisciplinar e Psicologia , [s. l.], v. 13, n. 44, p. 301-332, 2019. Disponível em: https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/1620 . Acesso em: 2 maio 2022.	2019	Artigo	CAPES
REIS, Geny Gonçalves dos. Sofrimento e prazer no trabalho: um estudo sobre os processos de saúde-doença de professores da educação municipal . 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/9375/DissGGR.pdf?sequence=1&isAllowed=y . Acesso em: 10 jul. 2022.	2017	Dissertação/UFSCar	BDTD

QUADRO 3: BALANÇO DE PRODUÇÃO BLOCO TEMÁTICO: ADOECIMENTO DOCENTE			
TÍTULO	ANO	NÍVEL/ INSTITUIÇÃO	BASE
BISPO, Paula Marília de Oliveira; AGUIAR, Carolina Villa Nova. Saúde e adoecimento psíquico de professores: estudo sobre burnout e qualidade de vida no trabalho. Revista Psicologia, Diversidade e Saúde , Salvador, v. 7, n. 1, p. 10-19, mar. 2018. Disponível em: https://doi.org/10.17267/2317-3394rpds.v7i1.1665 . Acesso em: 1º maio 2022.	2018	Artigo	CAPE S
SOUZA, Farney Vinícios Pinto. Adoecimento mental e o trabalho do professor. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho , São Paulo, v. 21, n. 2, p. 103-117, 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cpst/v21n2/a01v21n2.pdf . Acesso em: 30 abr. 2022.	2018	Artigo	CAPE S

QUADRO 4: BALANÇO DE PRODUÇÃO BLOCO TEMÁTICO: PRECARIZAÇÃO			
TÍTULO	ANO	NÍVEL/ INSTITUIÇÃO	BASE
SANTOS, Renata Guilões Barros; FERNANDES, Cláudia Sabino; GOMES, João Gabriel Hüberet al. Processo de precarização do trabalho docente em tempos de pandemia da Covid-19. Revista Labor , Fortaleza, v.1, n. 26, p. 33-5, 2021. Disponível em: https://rnp-primo.hosted.exlibrisgroup.com/permalink/f/vsvpiv/TN_cdi_crossref_primary_10_29148_labor_v1i26_71595 . Acesso em: 30 abr. 2022.	2021	Artigo	CAPES

OLIVEIRA, Mariana Esteves de. Piorou a diabetes pelo emocional: precarização do trabalho docente e o adoecimento dos professores paulista. Fronteiras & Debates , Macapá, v. 6, n. 1, p. 109-123, jan./jun. 2019a. Disponível em: http://dx.doi.org/10.18468/fronteiras.2019v6n1.p109-123 . Acesso em: 30 abr. 2022.	2020	Artigo	CAPES
---	------	--------	-------

QUADRO 5: BALANÇO DE PRODUÇÃO			
BLOCO TEMÁTICO: TRABALHO DOCENTE NO MODO CAPITALISTA			
TÍTULO	A N O	NÍVEL/ INSTITUI ÇÃO	BAS E
SAMPAIO, Telmano Rodrigues. O trabalho docente na educação básica pública no município de Fortaleza: contradições que envolvem a busca por resultados . 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, 2019. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/40352 . Acesso em: 28 abr. 2022.	2019	Dissertação/ UFCE	BDT D
PAULA, Wagner Eduardo Estácio de; LIMA, Rita de Cássia Gabrielli Souza. Docência na Educação Infantil: neoliberalismo, desumanização e adoecimento na república inacabada brasileira. Revista Trabalho, Educação e Saúde , Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 1-20, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00230 . Acesso em: 29 abr. 2022.	2020	Artigo	SCIELO
MOURA, Juliana da Silva <i>et al.</i> À precarização do trabalho docente e o adoecimento mental no contexto neoliberal. Revista Profissão Docente , Uberaba, v.19, n.40, p. 1-17, jan./abr. 2019. Disponível em: https://rnp-primo.hosted.exlibrisgroup.com/permalink/f/vsvpiv/TN_cdi_crossref_primary_10_31496_rpd_v19i40_1242 . Acesso em: 27 abr. 2022.	2019	Artigo	CAPES

<p>FAVARO, Neide de almeida Lança Galvão et al. Trabalho docente na educação básica: subsunção ao capital. Revista Research, Society and Development, Vargem Grande Paulista, v. 9, n. 8, p. e342985468, 2020. Disponível em: https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/5468. Acesso em: 30 abr. 2022</p>	20 20	Artigo	CAP ES
<p>REIS, Juliana Christina de Souza. Impactos das políticas públicas educacionais mineiras, no período de 2003 a 2014, sobre a saúde do professor da rede estadual de Uberaba. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Triângulo Mineiro, 2017. Disponível em: http://bdtd.ufm.edu.br/handle/tede/459. Acesso em: 10 jul. 2022.</p>	20 17	Dissertação/UFTM	BDT D

**ANEXO A – CARTA DE APRESENTAÇÃO À DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAL
DA EDUCAÇÃO - DGPE**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

CARTA DE APRESENTAÇÃO

À Diretoria de Gestão de Pessoal da Educação - DGPE

Venho por meio desta, apresentar minha orientanda/mestranda **SUZANA SEMIENTCOSKI**, que é estudante regularmente matriculada no Curso de Pós-Graduação em Educação – PPGE da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. A referida acadêmica pretende desenvolver a sua Dissertação a partir do projeto intitulado: **O ADOECIMENTO DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL DURANTE A PANDEMIA COVID-19 DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE FLORIANÓPOLIS**.

O projeto de dissertação tem como objetivo compreender o adoecimento docente na Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis, por meio da identificação dos motivos do adoecimento antes e durante a pandemia causada pelo COVID-19.

Para isso, a acadêmica necessita de acesso aos Dados Estatísticos dos professores/as afastados/as, com os devidos códigos estabelecidos pela Secretaria Municipal da Administração, conforme a Instrução Normativa de nº 004/SMA/2018. Desta forma, solicita-se um relatório com a quantidade de professores/as afastados/as em cada unidade de Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis, no período de 2017-2021 com os seguintes códigos: **05 - Ausência para Tratamento de Saúde, por até três dias; 37 - Readaptação de Função; 48 - Licença para Tratamento de Saúde INSS, a partir do 16º dia; e 58 - Licença para Tratamento de Saúde acima de três dias**.

Após o levantamento dos dados de professores/as afastados/as, a referida mestranda aplicará um questionário estruturado com perguntas fechadas para professores (as).

A referida pesquisa está amparada e aprovada pelo Comitê de Ética da UFSC, com parecer número 3.166.575. Todas as medidas necessárias para o anonimato das/os pesquisadas/os, bem como de agentes públicos que eventualmente venham contribuir com a pesquisa, serão mantidas. Todo material de pesquisa coletado será utilizado única e exclusivamente para o desenvolvimento da dissertação.

Neste sentido, solicito a esta Diretoria que autorize a acadêmica a fazer contato com as instituições de educação infantil, com as/os docentes e com os órgãos responsáveis pelos documentos necessários para a efetiva realização da pesquisa.

Desde já, agradeço a compreensão e apoio e coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Florianópolis, 11 de abril, 2023.

Dra. Soraya Franzoni Conde